



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade UnB Planaltina – FUP

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – MADER

**COMUNICAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS AGRESTE ALAGOANO E  
ALTO SERTÃO SERGIPANO: OS PAPÉIS DOS ATORES SOCIAIS E DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**MARIA CLARA GUARALDO NOTAROBERTO**

Brasília

2020

**MARIA CLARA GUARALDO NOTAROBERTO**

**COMUNICAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS AGRESTE ALAGOANO E  
ALTO SERTÃO SERGIPANO: OS PAPÉIS DOS ATORES SOCIAIS E DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília/FUP, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril.

Brasília

2020

NN899c      Notaroberto, Maria Clara Guaraldo  
Comunicação Popular nos Territórios Agreste Alagoano e  
Alto Sertão Sergipano: os papéis dos atores sociais e das  
políticas públicas / Maria Clara Guaraldo Notaroberto;  
orientador Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril. -- Brasília,  
2020.  
162 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. Comunicação Popular. 2. Agroecologia. 3.  
Desenvolvimento Rural. 4. Políticas Públicas. 5. Semiárido.  
I. Bizerril, Marcelo Ximenes Aguiar, orient. II. Título.

**MARIA CLARA GUARALDO NOTAROBERTO**

**COMUNICAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS AGRESTE ALAGOANO E  
ALTO SERTÃO SERGIPANO: OS PAPÉIS DOS ATORES SOCIAIS E DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília/FUP, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Aprovada em:

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril (orientador)  
PPG Mader – Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Mônica C. Rabelo Nogueira (membro interno)  
PPG Mader – Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (membro externo)  
PPG CÊN – Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila (suplente)  
PPG Mader – Universidade de Brasília

Dedico este trabalho ao povo do Semiárido, que  
mudou a minha forma de ver e pensar este mundo.

## AGRADECIMENTOS

Ao sertão nordestino, fonte de toda a minha inspiração. A essa gente linda que vive no Semiárido, que nos ensina que construir um mundo melhor sempre será possível, mesmo diante das adversidades. Aos amigos e amigas que lá fiz e que tenho profunda admiração por sua riqueza cultural, conhecimentos e, principalmente, pelo carinho com que me receberam e apoiaram para que a pesquisa de campo desta dissertação pudesse ser realizada: Daniela Bento, Egídio dos Santos Neto, Gleice Mary Gomes, Bruna Fernandes, Simone Lopes e Moisés Oliveira. Em especial, à Daniela Bento, comunicadora da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), pelo acolhimento e longas conversas sobre comunicação popular e pelos recitais de cordel. Às mulheres do sertão agroecológico Ana Celma, Josefa de Jesus, Josefa dos Santos, Maria Aparecida Vieira, Iva de Jesus, Elilelma Barros e Maria Eunice de Jesus, por contarem suas histórias e comprovarem que é possível produzir de forma agroecológica e com dignidade no sertão, onde a vida pulsa e o povo resiste. Aos integrantes do Teatro Raízes Nordestinas, por abrirem as portas de sua sede para me receberam, em especial à Euziane Rafael Silva. À coordenadora de comunicação da ASA, Fernanda Cruz, sempre parceira nos desafios e disponível para falar sobre a comunicação popular. Ao meu querido amigo Fernando Fleury Curado, pesquisador que me guiou pelas trilhas da agroecologia, me desafiando a novos conhecimentos. Às companheiras de lutas e de sonhos, Selma Beltrão e Juliana Andréa Oliveira, pela parceria em projetos, artigos e seminários. Aos meus pais, Salvador e Cléa Notaroberto, por compreenderem as constantes ausências impostas pela distância. Ao meu companheiro Irineu Tamaio, pelo apoio durante esses dois anos de dedicação ao mestrado, período em que tive de me dividir entre a vida acadêmica, doméstica e profissional. À Beatriz Gonçalves, por me ajudar nessa jornada tripla. Às colegas de trabalho Yara Cioffi, Kamila Dantas e Mara Rúbia pelo apoio de todos os dias. Ao Jorge Duarte e à Juliana Escobar, profissionais e pesquisadores da comunicação pela ajuda na concretização desta pesquisa. À amiga Radígia de Oliveira, que gentilmente realizou a revisão deste trabalho com profunda dedicação. Aos professores que conheci na Faculdade de Planaltina/UnB, que continuam resistindo firmemente a este momento tão sensível da educação brasileira, sem perder as esperanças e os sonhos. Ao meu orientador, professor Marcelo Bizerril, por me acolher e guiar nesta construção. Aos professores Rafael Villas Bôas, Mônica Nogueira e Mário

Ávila, por gentilmente acolherem o convite de participação na banca de defesa. E, por fim, à minha querida filha Luísa Tamaio (Lulu), por suportar com carinho os longos períodos em que passei sentada na escrivaninha do quarto.

## RESUMO

Este trabalho problematiza o papel da comunicação popular nos contextos da agroecologia e do desenvolvimento rural. O objetivo foi investigar como este tipo de comunicação está presente nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano e de que forma favorece a compreensão sobre a agroecologia e a disseminação de práticas voltadas para o desenvolvimento rural. Os dois territórios incluem em sua caracterização a produção agroecológica e a presença de organizações não governamentais que atuam com a comunicação popular. No campo conceitual, optou-se por aportes teóricos em comunicação de Freire (1983), Lima (2001), Puntel (1994), Peruzzo (2015). Agroecologia: Petersen (2013), Caporal e Costabeber (2013), Altieri (2012). Desenvolvimento Rural: Grisa e Scheneider (2014), Delgado e Leite (2011), Sabourin *et al* (2018), Lota e Favaretto (2016). Para a coleta e a análise dos resultados, elegeu-se a abordagem qualitativa com aporte teórico de Strauss e Corbin (2008). Como métodos de coleta de dados, utilizaram-se a observação e os questionários. Para compreensão dos resultados e análises, foram criadas categorias em um processo de codificação aberta. O estudo apontou que: (i) a comunicação popular nos territórios do Semiárido se fortaleceu como alternativa à comunicação dominante, contribuindo para a valorização dos modos de vida dos territórios; (ii) a comunicação popular ainda é apenas uma fissura no âmbito da Indústria Cultural; (iii) o diálogo entre agroecologia e comunicação popular vem se fortalecendo, porém ainda carece de aprofundamento; (iv) a descontinuidade das políticas públicas de desenvolvimento rural enfraquece os movimentos e dificulta a execução das ações de comunicação. Esses apontamentos orientam caminhos para a ampliação do espaço de discussão sobre o papel da comunicação no âmbito da agroecologia, bem como para a possibilidade de ampliação do diálogo entre comunicação popular e agroecologia no âmbito dos estudos desta ciência no Brasil.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Comunicação Popular. Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Semiárido.

## ABSTRACT

This work problematizes the communication responsibility in the contexts of agroecology and rural development. The objective was to investigate how popular communication is present in the Agreste Alagoano and Alto Sertão Sergipano territories and how it contributes to the understanding of agroecology and how the dissemination of these practices in turn, benefit rural development. The practice of agroecological production and the presence of non-governmental agencies that work with popular communication are present in these two territories. In the conceptual field, the use of theoretical contributions in Popular Communication by Freire (1983), Lima (2001), Puntel (1994), Peruzzo (2015) were chosen. Agroecology: Petersen (2013), Caporal e Costabeber (2013), Altieri (2012). Rural Development: Grisa e Scheneider (2014), Delgado e Leite (2011), Sabourin *et al* (2018), Lota e Favaretto (2016). For the collection and analysis of the results, the qualitative approach was chosen with theoretical input from Strauss e Corbin, 2008. Observations and questionnaires were techniques employed for data collection. Open coding process categories were created in this study, to understand the results and analysis (Strauss e Corbin, 2008). The study points out that: (i) popular communication in the semi-arid territories was strengthened as an alternative to dominant communication, contributing to the valorization of the ways of life in the territories; (ii) popular communication is still only a fissure within the cultural industry; (iii) the dialogue between agroecology and popular communication has been strengthened, however more research is needed; (iv) lack of continuity of public rural development policies, weakens movements and hinders the execution of communication actions. These points open the possibilities to expand the discussion regarding the communication role in the Agroecology field, as well as for the possibility of developing the concept of “Agroecological communication” within the scope of agroecology studies in Brazil.

**Keywords:** Agroecology. Popular Communication. Public Policies. Rural Development. Semi-arid

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território Agreste Alagoano.....	56
Figura 2 – Municípios do Território Agreste Alagoano.....	56
Figura 3 – Proporção da população urbana e rural do Agreste Alagoano.....	57
Figura 4 – Municípios do Território Alto Sertão Sergipano.....	61
Figura 5 – Proporção da população urbana e rural do Agreste Alagoano.....	62
Figura 6 – Cordel sergipano.....	82
Figura 7 – Boletim O Candeeiro.....	90
Figura 8 – Boletim O Candeeiro.....	90
Figura 9 –Agricultora agroecológica de Poço Redondo (SE).....	92
Figura 10 – Agricultora agroecológica de Porto da Folha (SE).....	93
Figura 11 – Agricultora agroecológica de Igaci (AL).....	94
Figura 12 – Agricultora guardiã de sementes de Simão Dias (SE).....	95
Figura 13 – Rádio Mariano em Estrela de Alagoas (AL) .....	97
Figura 14– Cisterna para armazenamento de água para consumo humano.....	101
Figura 15– Campanha contra a instalação das cisternas de PVC no Semiárido.....	107
Figura 16 – Grupo de Teatro Raízes Nordestinas.....	111
Figura 17 – Unidade de Produção Camponesa (UPC).....	114
Figura 18 – Campanha Cada Família Adota uma Semente.....	117
Figura 19 – Simbologia adotada pela Unidade de Produção Camponesa.....	118
Figura 20 – Biblioteca instalada no interior da UPC.....	119
Figura 21 – Ponto de Cultura Teatro Raízes Nordestinas.....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil territorial do Território Agreste Alagoano.....	58
Tabela 2 – Indicadores Sociais dos municípios do Agreste Alagoano.....	59
Tabela 3 – Perfil territorial do Alto Sertão Sergipano.....	62
Tabela 4 – Indicadores Sociais dos municípios do Alto Sertão Sergipano.....	63
Tabela 5 – Os sujeitos da pesquisa.....	68

## LISTA DE SIGLAS

- AACA– Associação Comunitária de Arte e Cultura do Agreste
- AAGRA – Associação dos Agricultores Alternativos
- ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
- ACRANE – Associação Cultural Raízes Nordestinas
- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
- ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
- ASACOM – Assessoria de Comunicação da ASA
- CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
- CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
- DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
- GRH – Gerenciamento de Recursos Hídricos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC – Ministério da Educação
- MMC– Movimento das Mulheres Camponesas
- MMT– Movimento Minha Terra
- MMTRP– Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MCP – Movimento Camponês Popular

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

P1+2 – Programa Uma Terra, Duas Águas

PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBSM – Plano Brasil Sem Miséria

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RESEA – Rede Sergipana de Agroecologia

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SASAC – Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD – Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UPC – Unidade de Produção Camponesa

## SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO.....	16
2 –PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	19
3 –A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO POPULAR.....	28
3.1 Ações opostas: alienação cultural e leitura crítica dos meios	
3.2 A relação entre Cultura, Educação e Comunicação Popular	
4 –AGROECOLOGIA, COMUNICAÇÃO POPULAR E O PARADIGMA DA CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA.....	39
4.1 Relação entre o paradigma e o campo científico na agricultura	
4.2 A Revolução Verde e a consolidação do agronegócio como ideologia	
4.3 A contribuição dos processos comunicativos na (des) construção do paradigma da modernização no campo da agricultura	
5 –REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	47
5.1 Opções metodológicas	
5.2 Coleta de dados	
5.3 Análise de dados	
6 –CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	53
6.1 Território Agreste Alagoano	
6.2 Território Alto Sertão Sergipano	
6.3 Descontinuidade das políticas públicas nos territórios	
6.4 Os sujeitos da pesquisa	
7 –RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	80
7.1 O papel da comunicação popular para a autonomia dos sujeitos	
7.2 A (des) construção do conceito de Semiárido no imaginário popular	
7.3 Comunicação popular e agroecologia	
7.4 Políticas públicas e comunicação popular	
7.5 O papel das rodas de conversa nos espaços comunitários	
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
APÊNDICES.....	159
ANEXOS .....	162

## **1 –APRESENTAÇÃO**

### **Motivação da Pesquisa**

Sempre acreditei no papel social da comunicação. Desde o período de graduação que me interessei pela comunicação alternativa. O tema do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) já dava sinais que iria caminhar nessa direção, pois pesquisei a contribuição de um jornal regional para o desenvolvimento dos municípios da Zona da Mata Mineira.

Iniciei minha carreira como jornalista em uma rádio AM em Juiz de Fora. Nosso foco era contar as histórias dos moradores da periferia que enfrentavam, em seu dia a dia, dificuldades de acesso ao transporte, à saúde, educação e moradia. Perdi as contas das vezes em que subi morros para falar sobre a queda de um barranco ou o desmoronamento de residências por conta das fortes chuvas que todos os anos atingiam a cidade no verão. Minha intenção com essas reportagens era chamar a atenção das autoridades e cobrar direitos de cidadania.

Migrar para Brasília me deu oportunidades inéditas de conhecer mais de perto um Brasil profundo. Profundo em suas belezas, diversidade e desigualdades sociais. Trabalhei no Ministério da Educação, em um projeto que permitiu que eu conhecesse aldeias indígenas no Amazonas, comunidades quilombolas no Brasil central e assentamentos rurais por várias partes do país.

Passar por outros dois ministérios ampliou a minha convicção sobre a necessidade de se fazer uma comunicação comprometida com o social, que, em vez de ser adepta à Indústria Cultural e a grupos hegemônicos de comunicação, fosse realmente voltada para a transformação social. No Programa Fome Zero e na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, lugares onde atuei como jornalista, me dei conta de que o que falta no país é uma informação mais justa para o povo, que ajude a formar e a informar.

Em 2008, entrei na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) por concurso público. Na Empresa, tive a oportunidade de atuar no campo da comunicação junto a comunidades rurais do Plano Brasil Sem Miséria.

Minha primeira incursão ao Semiárido foi em 2014, quando participei pela primeira vez da Oficina de Comunicação para a Convivência com o Semiárido, em Igaci, cidade do interior de Alagoas. A partir de então, a Embrapa, em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), organização social que congrega mais de 3 mil

organizações não governamentais do Semiárido, foi construindo processos de comunicação popular junto a comunidades que participavam no Plano Brasil Sem Miséria.

Nosso papel era discutir com agricultores, jovens rurais e comunicadores populares do sertão as políticas públicas de combate à pobreza rural, em especial os programas que estavam sendo executados pela Embrapa, mas avançar também na discussão sobre a comunicação em contextos de políticas públicas.

Vivíamos um período de políticas públicas que visavam à inclusão social e também ao desenvolvimento rural por meio de programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, entre outros.

Foi justamente nesse contexto que tive o meu primeiro contato com a agroecologia. No sertão, conheci famílias que passaram a viver com qualidade dentro desse modelo de produção de alimentos. Vi nos olhos do agricultor e da agricultora a vontade de mudar e o orgulho de dizer: “Sou agroecológico”. Participamos de processos intensos de sistematização de experiências, ocasiões em que ouvimos as narrativas dos guardiões de sementes crioulas, dos agricultores experimentadores, considerados exemplos para outros agricultores, bem como dos comunicadores populares. A eles coube a tarefa de mostrar que é no Semiárido que a vida pulsa e que o povo resiste, como bem diz o slogan da ASA.

Por este trabalho de comunicação junto às comunidades atendidas pelo Plano Brasil Sem Miséria recebemos da Fundação Banco do Brasil a certificação de Tecnologia Social, pois desenvolvemos e registramos uma metodologia participativa intitulada: “Comunicação Comunitária para o Fortalecimento do Desenvolvimento Local”<sup>1</sup>.

Foi a partir de então que me senti instigada a aprofundar os estudos sobre o papel da comunicação popular nos territórios do Plano Brasil Sem Miséria e também quais são os diálogos possíveis entre essa comunicação e a agroecologia. A ideia de mapear e problematizar as experiências com a comunicação agroecológica do sertão, praticadas pelos movimentos sociais, me motivou a cursar o Programa de Pós-

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/comunicacao-comunitaria-para-o-fortalecimento-do-desenvolvimento-local>

Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader), por meio do qual concluo agora esta dissertação de mestrado.

Pelo fato de já ter vivenciado as oficinas de comunicação nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano e constatado a riqueza de experiências em comunicação popular nas duas localidades, como o teatro, o cordel, as rádios comunitárias, as rodas de diálogos entre os agricultores, o intercâmbio de sementes e de experiências agroecológicas, escolhi os dois territórios como meu campo de pesquisa.

Os dois territórios incluem em sua caracterização a produção agroecológica e a presença de organizações não governamentais que atuam no campo da comunicação popular. Para chegar aos atores sociais desta pesquisa, contei com o apoio da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nos estados de Alagoas e Sergipe, representada pelos comunicadores populares vinculados à Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra), com sede em Igaci (AL), e pela Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultura (Sasac), com sede em Simão Dias (SE). Entre os pré-requisitos para a entrevista estava o fato de ser comunicador popular no Semiárido e atuar em processos de agroecologia.

Uma vez identificados os primeiros comunicadores, utilizamos o método de indicação mútua para mapear outros profissionais que também atuam em organizações não governamentais com processos pedagógicos, de extensão rural e comunicação.

Minha escolha por um mestrado interdisciplinar se deu justamente por isto: ultrapassar o campo teórico da comunicação social, incorporando novos conhecimentos nos campos da sociologia, agroecologia e do desenvolvimento rural.

Essa trajetória faz com que o meu papel de pesquisadora em comunicação social tenha um significado ainda maior, alimentando em mim o desejo de estar mais próxima aos movimentos sociais e contribuir para que a comunicação popular possa ser mais bem compreendida cientificamente no campo da agroecologia e nos espaços acadêmicos.

## 2 –PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DA PESQUISA

No período de 2003 a 2016, o governo brasileiro conseguiu colocar em prática a perspectiva do desenvolvimento com inclusão social em detrimento das políticas públicas vigentes até então baseadas no receituário neoliberal, caracterizado pela redução dos direitos sociais, trabalhistas e de cidadania. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2011, demonstram que o país alcançou um desempenho positivo nos indicadores de desenvolvimento econômico, com redução da pobreza e da desigualdade (LOTTA; FAVARETO, 2014).

Um conjunto de arranjos institucionais foram implementados com o objetivo de promover a melhoria de renda da população. O Programa Bolsa Família, no período de 2003–2006, atingiu quase 45 milhões de cidadãos, um quarto da população do país. A capacidade de compra do salário mínimo aumentou significativamente, melhorando a situação de milhares de assalariados e de aposentados. Mais jovens nas universidades por meio de programas educacionais, tais como Reuni, ProUni e Fies<sup>2</sup>, políticas de cotas<sup>3</sup>, programa Luz para Todos<sup>4</sup>. Enfim, um leque de políticas públicas que contribuíram para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros (INSTITUTO DE CIDADANIA, 2006).

Na agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 2003, aumentou o aporte de recursos para o agricultor familiar. De R\$ 2,4 bilhões para a safra de 2002, saltou para R\$ 16 bilhões, em 2010, e R\$ 30 bilhões, em 2016 (MELLO, 2018). Nos anos subsequentes, após o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), entre 2017 e 2018, o governo manteve o financiamento do Pronaf na casa dos R\$ 30 bilhões, porém, estendeu o

---

<sup>2</sup>Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni) teve como finalidade propor uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Disponível em: <reuni.mec.gov.br>. Acesso em: 03 fev. 2020. Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições de ensino superior privadas. Criada em 2004, pelo governo federal, oferece, em contrapartida, isenção de tributos às instituições que aderem ao programa. Disponível em: <prouni.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2019. Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do MEC destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

<sup>3</sup>Lei federal sancionada em 2012 garante a reserva de 50% das matrículas nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos do ensino médio público. Disponível em: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 18 jan. 2019.

<sup>4</sup> Programa Nacional de Universalização do acesso e uso de energia elétrica foi criado em 2003. Disponível em: <[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)>. Acesso em: 18 jan. 2019.

atendimento do Programa para o médio produtor, pois ampliou a renda máxima do agricultor para obter crédito do Pronaf de R\$ 360 mil para R\$ 415 mil. Tal medida interferiu e dificultou o acesso dos agricultores familiares classificados como tipos A, B e C aos financiamentos, privilegiando os agricultores mais tecnificados que se enquadram nas categorias D e E (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

No entanto, como o recorte temporal deste trabalho é de 2003 a 2016, nos interessa analisar a relação das políticas públicas para esse período, com foco na agricultura familiar, e as possíveis interseções entre a agroecologia e a comunicação popular. Destaca-se que foi a partir de 2003 que o governo federal criou políticas voltadas para o fortalecimento dos territórios, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Territórios da Cidadania, o Plano Brasil Sem Miséria, e, ainda, fortaleceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), determinando por meio de legislação específica que o mínimo de 30% dos recursos do Pnae fossem utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar, de acordo com a Lei 11.947, de 2009 (BRASIL, 2009).

O Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, segundo Porto (2015), buscou trazer para o contexto dos estados e municípios o enfoque territorial para as políticas públicas de desenvolvimento rural. Ele cita:

Ideias como gestão social, territórios rurais, competitividade territorial, articulação de políticas públicas, participação social, fortalecimento de atores sociais, articulação urbano-rural e desenvolvimento sustentável são algumas das noções que compõem o novo vocábulo das políticas de desenvolvimento rural e que passa a constituir prioridade para toda e qualquer ação dos atores que se envolvem no ambiente sociopolítico criado a partir dessas políticas públicas (PORTO, 2015,p.147).

Dessa forma, na região Nordeste, somam-se às políticas públicas territoriais, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), iniciativas da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>5</sup>, financiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além das políticas públicas de acesso à água, no Semiárido há também iniciativas dos movimentos sociais, como a de conservação das sementes crioulas – os chamados bancos de sementes, as feiras agroecológicas, os bancos comunitários de caráter financeiro<sup>6</sup>, entre outras ações

---

<sup>5</sup>A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Oscip etc. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>6</sup>Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

que reforçaram durante esse período o papel das associações, sindicatos e outras formas de organização social (PERUZZO, 2015).

Segundo Mello (2018), todo esse conjunto de arranjos institucionais favoreceu um contexto de mudança positiva na economia nordestina, aquecendo as vendas e proporcionando um aumento do consumo. Dados do IBGE demonstravam que enquanto o Brasil tinha um volume percentual das vendas do comércio varejista em 7,8%, o Maranhão aparecia com o maior índice, com 17,2%, e o Piauí, com 9,1%, para o período de 2003–2007. Os dados sustentam a visão de Sachs (SACHS, 2009 *apud* MELLO, 2018), para quem:

A solução para um desenvolvimento sustentável de regiões brasileiras mais distantes do centro, inclusive para países em situações de baixo nível de geração de riquezas, está em soluções endógenas que promovam o desenvolvimento a partir de dentro das próprias comunidades, estimulando e desenvolvendo processos de produção e valorização das culturas e saberes locais (SACHS, 2009, *apud* MELLO, 2018, p.32).

Foi com essa dimensão e nesse ambiente de políticas públicas e iniciativas populares de desenvolvimento rural que a agroecologia ganhou espaço, no período de 2003 a 2016, como um movimento de fortalecimento e de valorização da agricultura familiar, e como contraponto ao paradigma dominante do agronegócio, pois se caracteriza por ser uma ciência que busca, na sua essência, realizar inovações tecnológicas por meio da tríade baseada na ciência, na prática e na participação dos agricultores e dos movimentos sociais (PETERSEN, 2013a).

Um conjunto de expressões populares foram identificadas neste estudo que corroboram com o que destacam os anais do III Encontro Nacional de Agroecologia de 2014, o qual já afirmava, naquele ano, a existência de mais de 2 mil experiências publicizadas pela ASA, desde a sua criação, em 1999, apontando para as possibilidades diversas de convivência com o Semiárido (ANAIS III ENA, 2014, p. 23).

Nesse sentido, os dois últimos Encontros Nacionais de Agroecologia, datados de 2014 e 2017, destacam claramente a importância da comunicação nos processos agroecológicos nos territórios:

A agroecologia dialoga com a comunicação buscando o intercâmbio de experiências, a produção do conhecimento e a valorização dos saberes locais. Comunicar um Brasil Agroecológico é, assim, estimular o debate sobre a articulação de uma comunicação em rede, que integre participantes de diferentes territórios com um propósito comum. Nesse sentido, além de divulgar e de produzir instrumentais, a comunicação pode atuar para fortalecer o movimento agroecológico, facilitando o espaço de interlocução entre o mesmo e a sociedade (ANAIS III ENA, 2014, p.64).

Somado a isso, acompanhamos nos últimos anos o fortalecimento das reflexões acerca do modelo da Comunicação como um Diálogo, elaborado por Paulo Freire, que, de acordo com Venício Lima (2001), retoma um lugar importante nas teorias das comunicações com as potencialidades abertas pelas novas tecnologias interativas. O autor salienta:

Se até recentemente esse modelo parecia inadequado para qualquer tipo de aplicação no contexto da chamada “comunicação de massa”, unidirecional e centralizada, hoje a nova mídia reabre as possibilidades de um processo dialógico mediado pela tecnologia. [...] Dessa forma, o modelo normativo construído por Freire ganha atualidade e passa a servir de ideal para a realização plena da comunicação humana, em todos os seus níveis (LIMA, 2001, p. 51).

Com essa mesma compreensão, mas com uma dimensão da relação comunicação e agroecologia, Petersen (2013a) aponta que com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em 2012, tornou-se necessário o debate sobre o significado e possível alcance da institucionalização do enfoque agroecológico pelo Estado.

Reforçando essa compreensão, Petersen (2013a) defende a necessidade do desenvolvimento do ramo disciplinar da Agroecologia Política, justamente para se colocar em debate a questão do paradigma da modernização, representado pelo agronegócio, e o paradigma em construção, representado pela agroecologia.

De certa forma, essa leitura está presente nos movimentos agroecológicos, na medida em que consideram fundamental o processo de diálogo e convergências de pautas entre a agroecologia e a comunicação alternativa, permitindo assim que “a agroecologia torne-se mais visível a partir da atuação conjunta de seus protagonistas, rompendo sistematicamente com o monopólio da comunicação imposto pelo binômio agronegócio e grande mídia” (ANAIS III ENA, p. 29).

Desse modo, este trabalho problematiza o papel da comunicação popular nos contextos da agroecologia e do desenvolvimento rural territorial. Para isso, nos propomos a analisar, no período de 2003 a 2016, como se deram os processos de comunicação popular nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, região semiárida do Nordeste. Os dois territórios em questão fizeram parte do Plano Brasil Sem Miséria<sup>7</sup>, e, a partir de 2014, receberam assessoria técnica da Empresa Brasileira de

---

<sup>7</sup>O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi instituído em 2 de junho de 2011, por intermédio do decreto 7.492, do Governo Federal, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações para o público rural. Além dos eixos de garantia de renda e de acesso aos serviços públicos, o Plano destacou-se

Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>8</sup> para o desenvolvimento de projetos agroecológicos nas propriedades rurais.

Paralelo à implantação dos projetos agrícolas com apoio técnico da Embrapa, foram realizadas, por meio da parceria ASA e Embrapa, oficinas de comunicação que reuniram movimentos sociais e organizações não governamentais em torno do debate sobre a convivência com o Semiárido e o direito à comunicação. Como resultado final, os grupos criaram um conjunto de produtos e expressões comunicacionais, como vídeos, fotografias, programas de rádio, peças de teatro, literatura de cordel e contação de histórias (BELTRÃO *et al.*, 2017).

Por meio das oficinas de comunicação nos territórios, constatou-se empiricamente a existência de uma diversidade de expressões comunicacionais presentes nos dois territórios. Como exemplo, citamos: em Sergipe, o grupo de teatro Raízes Nordestinas, a produção de vídeos populares, cartazes e a página no Facebook do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a serigrafia do Movimento Camponês Popular (MCP), os programas de rádios do MST, a Rádio Comunitária FM Amanhecer de Canindé de São Francisco, o Boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), entre outros; em Alagoas, a contação de histórias, a ciranda e as místicas do Coletivo Macambira de Comunicação e Cultura, o mesmo Boletim O Candeeiro, porém destinado ao público de Alagoas, a produção de *banner* da ASA, o Cine Jaburu (cinema na praça), as rádios-postes e os carros de som, os encontros formativos em agroecologia e as rodas de conversa da Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra).

Além disso, nos dois territórios é forte a tradição do intercâmbio de sementes crioulas, movimento que envolve agricultores agroecológicos na conservação das sementes nativas, bem como as feiras agroecológicas (BELTRÃO *et al.*, 2017).

Por outro lado, apesar de as diversas políticas públicas do período de 2003 a 2016 reconhecerem a necessidade de se valorizar os processos comunicacionais e educacionais para o desenvolvimento rural, poucos estudos teóricos abordam a importância da comunicação popular no contexto dessas políticas (PNAPO, 2012).

---

pela criação do eixo de inclusão produtiva rural para as populações rurais de baixa renda. Como exemplo, pode-se destacar a construção de cisternas para facilitar o acesso à água, tanto para consumo humano como para a produção de alimentos; o financiamento da compra de pequenos animais para criação; a construção de fossas sépticas, dentre outras atividades (BRASIL, 2011).

<sup>8</sup>Empresa pública ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que atua com a pesquisa agropecuária a partir de suas 43 Unidades Descentralizadas localizadas em quase todos os estados brasileiros.

Como exemplo da percepção destacada, citamos as análises preliminares que fizemos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). O tema Comunicação encontra-se inserido no eixo 3 – Conhecimento – da Planapo como importante ferramenta de disseminação do conhecimento agroecológico, porém não há uma referência específica para esta ação.

O movimento agroecológico, que tem entre seus pilares de representação política a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), também reconhece e reafirma a importância da comunicação nos processos agroecológicos. No entanto, a carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia reconhece que ainda é um desafio tratar a comunicação como um eixo de luta política:

A comunicação e a cultura são formas de construção de conhecimentos e ampliação dos diálogos entre campo e cidade. Entretanto, é um desafio para o campo agroecológico assumir esses eixos como políticos, não só como ferramentas e instrumentos de registro, divulgação ou entretenimento (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018, p. 37).

Observa-se que, embora o tema da comunicação tenha relevância para os contextos agroecológicos, são poucos os estudos que se propõem a fazer análises mais profundas sobre a temática. Como exemplo, destaca-se a dinâmica de organização dos trabalhos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA Agroecologia).

Criada em 2004, com o objetivo de incentivar a produção do conhecimento científico no campo da agroecologia<sup>9</sup>, a ABA estabeleceu oito Grupos de Trabalho (GT)<sup>10</sup>: Agrotóxicos e Transgênicos; Campesinato e Soberania Alimentar; Construção do Conhecimento Agroecológico; Educação e Agroecologia; Gênero; Juventudes; Saúde; Comunicação e Cultura. No entanto, o grupo Comunicação e Cultura só foi criado em 2017, durante o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, o que demonstra que apenas recentemente houve um reconhecimento da importância da comunicação.

No entanto, ao analisarmos a página do GT Cultura e Comunicação percebe-se que não há objetivos claros quanto à finalidade do GT, que também reúne poucos

---

<sup>9</sup>Disponível em:<[www.aba-agroecologia.org.br](http://www.aba-agroecologia.org.br)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>10</sup>Os Grupos de Trabalho (GTs) pretendem ser um espaço sociopolítico de reflexão, sistematização e disseminação de conhecimentos, cujo objetivo é acompanhar e estimular a ABA-Agroecologia e o conjunto de associadas/os a participarem ativamente de debates que envolvam questões relevantes e atuais relacionadas à Agroecologia. Os GTs devem realizar um esforço de articulação permanente junto às demais organizações e movimentos que discutem tais temas, participando ativamente de iniciativas da sociedade civil.

documentos em seus espaços de divulgação que tratam o assunto de forma mais complexa.

Passados dois anos da criação do GT, somente no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em novembro de 2019, o debate sobre a comunicação popular foi incluído com mais atenção na programação<sup>11</sup>, porém, o tema não consta na carta política elaborada pelos organizadores do congresso (CARTA SERGIPANA DO XI CBA, 2019).

Tais evidências, associadas à reduzida quantidade de referências bibliográficas que associam a comunicação com a agroecologia, sinalizam para a importância que este estudo poderá trazer para a construção de novos conhecimentos no campo agroecológico, no momento em que os movimentos sociais encontram-se fragilizados mediante o contexto sociopolítico atual, onde o novo governo desqualifica e marginaliza o trabalho dessas organizações<sup>12</sup>.

Frente a esse cenário, esta pesquisa recorre às seguintes questões de investigação: como a comunicação, aqui referenciada por Puntel (1994) como alternativa, popular, horizontal, dialógica, está presente nos processos de desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro? A comunicação popular contribui para a autonomia dos sujeitos e para o desenvolvimento do território? Qual é o papel da comunicação nos contextos locais de agroecologia? E quem são os atores sociais que praticam a comunicação popular nos territórios?

Para responder a essas questões, esta pesquisa estabelece como seu objetivo principal: investigar como a comunicação popular está presente nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano e de que forma favorece a compreensão sobre a agroecologia e a disseminação de políticas públicas e práticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

E, ainda, como objetivos específicos: (1) identificar as principais expressões de comunicação existentes nos territórios (interpessoal, teatro, vídeo, poesia, cordel, boletins, fotografias etc.) e como se relacionam com os processos agroecológicos locais; (2) investigar se comunidades que adotam e fazem uso da comunicação popular ampliam suas capacidades de compreender, implementar e ampliar o uso das políticas públicas institucionais; (3) identificar de que forma as comunidades locais estão lidando

---

<sup>11</sup>Disponível em:<<https://aba-agroecologia.org.br/comunicacao-e-cultura-territorios-simbolicos-da-agroecologia/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

<sup>12</sup>Disponível em:<<https://jornalggn.com.br/noticia/os-movimentos-sociais-e-o-governo-bolsonaro-por-antonio-augusto-de-queiroz>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

com a ruptura das políticas públicas e como este tipo de comunicação favorece essa compreensão e contribui para o fortalecimento do território.

Também é importante ressaltar que o recorte temporal desta pesquisa se dá entre 2003 e 2016, onde destacam-se o avanço de um conjunto de políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento dos territórios, tais como: acesso ao crédito, à assistência técnica, à água para consumo e produção, à educação, à renda mínima, à eletrificação rural, entre outros (MELLO, 2018). Medidas que, segundo Mello (2018), contribuíram para a melhoria das condições de vida da população nos últimos anos.

O slogan “É no Semiárido que a vida pulsa. É no Semiárido que o povo resiste” passou a ser adotado pela ASA como uma manifestação política que expressa como parte do povo nordestino enfrenta a hegemonia do agronegócio e da cultura de massa<sup>13</sup>.

Por outro lado, a mídia convencional pouco modificou o seu comportamento de retratar o Semiárido brasileiro à população brasileira como um espaço de miséria e pobreza, reforçando, segundo Santos (2018), um discurso de vitimização da região considerada flagelada e castigada pela falta de chuva, impregnada, ainda, por ações de combate à seca propostas pelo Estado para os territórios semiáridos.

Portanto, essa pesquisa se dá em um contexto pautado por disputas de narrativas: por um lado, um Semiárido fortalecido pela pauta dos movimentos sociais que se opõem ao modelo hegemônico do capital, cuja visão de seus atores sociais é de que é possível fazer a vida pulsar a partir do desenvolvimento de ações de convivência com o Semiárido; por outro lado, um Semiárido retratado pela mídia como uma região inóspita e de miséria, espaço propício a propostas de políticas públicas que não incorporam a história e as características do bioma, mas fortalecem o desmatamento e consequentes processos erosivos (SANTOS, 2018).

Nessa disputa, está presente, por um lado, a mídia tradicional com seus canais de televisão, rádio e músicas que reforçam a ideologia da dominação e os mecanismos da Indústria Cultural, e, por outro, a mídia alternativa, chamada também de popular, constituída por expressões, tais como boletins, programas de rádio, vídeos, teatro, páginas de Facebook, blogs, desenvolvidos por movimentos sociais, organizações não governamentais ou associações comunitárias que buscam propor caminhos que visam a mudar o paradigma da comunicação, pautada pela mídia capitalista, despertando nos sujeitos o sentimento de pertencimento (SANTOS, 2018).

---

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2012/08/29/e-no-semiarido-que-a-vida-pulsa-e-no-semiarido-que-o-povo-resiste/>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

Após a apresentação da problemática desta pesquisa, passaremos, a seguir, aos aportes teóricos e metodológicos do trabalho, espaço no qual discutiremos a contribuição do pensamento de Paulo Freire aos processos de comunicação popular, analisaremos os conceitos de agroecologia na visão de um conjunto de autores e os relacionaremos com a discussão acerca do paradigma da ciência contemporânea. Em seguida, nos dedicaremos a apresentar a metodologia adotada para este trabalho, a descrição do nosso campo de pesquisa e seus sujeitos. A sétima seção está reservada às análises dos dados empíricos obtidos, relacionando-os e discutindo-os com os aportes teóricos. Por último, temos as considerações finais, referências bibliográficas, apêndices com os modelos de questionários aplicados e os anexos.

### 3 – A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO POPULAR

As ideias de Paulo Freire marcaram toda uma época da educação brasileira, no entanto, elas não ficaram restritas às salas de aula, foram assumidas por vários movimentos, entre os quais setores da Igreja Católica, alinhados à Teologia da Libertação, como a Pastoral da Terra, as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento da Educação de Base (MEB), organizações não governamentais, entre outros (Peruzzo, 2017). Assim destaca a autora:

As ideias de Paulo Freire perpassaram a educação formal e germinaram na educação não formal e na informal, desde a época em que mencionar explicitamente o seu nome era motivo de perseguição política e ideológica e rejeição de planos e projetos de intervenção (PERUZZO, 2017, p. 2).

Mais atual do que nunca, a afirmação de Peruzzo (2017) demonstra que o pensamento freireano ultrapassa o campo da educação, pois se tornou uma concepção de mundo para aqueles que acreditam em uma educação transformadora, capaz de promover a emancipação dos sujeitos, nos âmbitos cultural, social e político. É com essa compreensão que o legado de Freire faz-se presente em diversos campos do conhecimento, como nos processos comunicativos, tema que abordaremos tendo como pano de fundo o pensamento do educador e o conceito de comunicação popular.

Assim, iniciamos essa reflexão destacando o conceito de comunicação em Freire:

O sujeito pensante não pode pensar sozinho, não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos [...]. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser comunicado de um sujeito a outro. [...] O que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. [...] A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência desaber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1983, p.45-46).

Tomando como referência esse conceito, nos propomos a refletir sobre a influência do pensamento de Freire nos conceitos de Comunicação Popular.

Para este trabalho, além de Freire, adotou-se a visão de Puntel (1994) sobre comunicação popular:

A comunicação popular é um processo de origem social, cujo conteúdo e significado são moldados pelas dimensões adquiridas pela práxis social dos atores sob dominação. Nenhum tipo de comunicação alternativa é promovido como um fluxo de mão única, individualista e não-participativo que é a característica da comunicação institucionalizada (PUNTEL, 1994, p. 198).

Para a autora, trata-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando a suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.

Para esta pesquisa, trabalhamos com os conceitos de comunicação popular e comunitária de formas distintas. Na visão de Yamamoto (2008), a comunicação popular busca em sua atuação formas de ruptura com o sistema vigente, por meio da construção da hegemonia popular.

Para o autor, a vertente popular abarca as dimensões política, econômica e de igualdade social. Enquanto a comunitária, muitas vezes, não está em busca dessa transformação social (YAMAMOTO, 2008). Na perspectiva do autor, são duas vertentes diferentes. A comunicação comunitária busca a conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas. A comunicação popular procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular. Para Yamamoto (2008):

Na vertente popular a perspectiva não é a ingerência do poder dominante ou a reprodução de seus mecanismos de exclusão, práticas vigentes na comunicação comunitária; mas a ampliação dos direitos, do exercício de uma cidadania que abarca além de sua dimensão política, a igualdade social e econômica. [...] Entretanto, é importante observar que as atuais práticas de comunicação comunitária abandonaram esse ideal e atualmente passam a reproduzir características das mídias tradicionais. (YAMAMOTO, 2008, p.16).

Ainda no intuito de refletirmos sobre a influência do pensamento de Freire no campo comunicacional, destacamos o livro *Mídia: Teoria e Política*, no qual Lima (2001), teórico da comunicação que dedicou parte de sua obra em estudos sobre as ideias de Paulo Freire, apresenta o mapeamento dos principais modelos comunicacionais disponíveis para o estudo da comunicação: Manipulação, Persuasão, Função, Informação, Linguagem, Mercadoria, Cultura e, por fim, o modelo do Diálogo.

Dos modelos referenciais mapeados, os mais conhecidos são as teorias da Manipulação, da Persuasão e da Mercadoria, esta última representada pela Escola de Frankfurt, no âmbito da Indústria Cultural. São modelos que se transformaram em hegemônicos, no campo dos estudos da Comunicação, por terem como referência autores e escolas americanas e europeias, ao passo que a Teoria do Diálogo vai se

referenciar, fortemente, nos conceitos de autores da América Latina, como Paulo Freire, José Marques de Melo e o próprio Venício A. de Lima.

Destaca-se que, nesse contexto, a América Latina, à época da formação do conceito da comunicação como Diálogo, na década de 1960, era considerada atrasada culturalmente pelos países desenvolvidos e submetida, segundo Lima (1981), a um padrão de dependência cultural imposto por culturas dominantes poderosas.

Por isso, de acordo com Lima (1981), Freire é um exemplo de autor prejudicado pela visão estreita dos estudos de comunicação da época, pois mesmo suas concepções sendo amplamente conhecidas em outras áreas, não foi considerado devidamente no campo da comunicação.

Para Lima (2001), a Teoria do Diálogo, com o advento das tecnologias interativas, resultado da revolução digital e sua permanente atualização com plataformas interativas, que se inicia na década de 1980, com o surgimento da internet, e mais recentemente com as mídias digitais (WhatsApp, Facebook, Instagram, produção de vídeos com uso de celulares, softwares livres para edição de áudios e vídeos), retoma um lugar importante nas teorias das comunicações. O autor destaca:

Se até recentemente esse modelo parecia inadequado para qualquer tipo de aplicação no contexto da chamada “comunicação de massa”, unidirecional e centralizada, hoje a nova mídia reabre as possibilidades de um processo dialógico mediado pela tecnologia. [...] Dessa forma, o modelo normativo construído por Freire ganha atualidade e passa a servir de ideal para a realização plena da comunicação humana, em todos os seus níveis (LIMA, 2001, p. 51).

### **3.1 – Ações opostas: alienação cultural e leitura crítica dos meios**

Assim como os estudos de comunicação mapearam de maneira clara os diversos modelos teóricos, também é preciso discutir a ideia de alienação cultural que, segundo Lima (1981), ao problematizar o pensamento de Freire no contexto social de sua época, constituía um dos temas prioritários do movimento de cultura popular da década de 1960.

Fazendo um retorno ao período que antecedeu o Golpe Militar de 1964, a alienação era considerada pelo movimento progressista de então como uma situação de dependência colonial e de dominação do país por uma elite orientada para fora. Por isso, na concepção de Freire, era preciso trabalhar a cultura e as artes na prática educacional brasileira e também nos processos de comunicação (LIMA, 1981).

Em seus escritos, Freire e Guimarães (2013) afirmam que não há separação entre informar e educar e que, portanto, deve haver, por parte das pessoas, uma compreensão crítica da prática jornalística.

Quanto a isso, o autor faz crítica à formação dos alunos em sala de aula, afirmando que as pessoas precisam se vacinar contra a ação mercantil e até mesmo “mercenária” que a televisão e o rádio exercem sobre os telespectadores e ouvintes.

Freire não enxerga os meios de comunicação como simples instrumentos ou canais neutros no processo comunicativo, conforme apresenta a teoria da informação, mas como influenciadores da ação do indivíduo em sociedade e na própria estruturação do social, por exemplo, ao se referir à televisão: “Para mim, a televisão não pode ser compreendida em si. Ela não é um instrumento puramente técnico, o uso dela é político” (FREIRE; GUIMARÃES, 2013, p.66).

Transcorridos mais de 30 anos da fala de Freire sobre as mídias da sua época – rádio e televisão –, percebe-se que o país nunca se libertou de sua alienação cultural, social e política. A mídia permanece a mesma, ou seja, transmissora da ideologia dominante. Segundo Bastos e Gonçalves (2015, p.7), “os meios de comunicação são reconhecidamente a principal arma de manipulação ideológica da atualidade, cumprindo um papel importante na reprodução capitalista da vida”.

Com essa mesma ênfase, Bastos *et al* (2015) atribuem à Indústria Cultural, cujo surgimento se dá a partir da década de 1940, a permanente e atual articulação mercadológica entre cultura, arte e divertimento, tendo em vista a perpetuação da dominação do sistema produtivo sobre o trabalhador também no seu tempo livre: “A compreensão atual do conceito de Indústria Cultural exige necessariamente sua articulação com o conceito de hegemonia. São conceitos que se articulam e que se sustentam um ao outro” (BASTOS *et al*, 2015, p.29).

Para este estudo, tendo como referência Bastos *et al* (2015), compreendemos o conceito de hegemonia na perspectiva de Gramsci como sendo a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias). Na visão de Raymond Willians (WILLIANS, 1979, *apud* BASTOS *et al*, 2015), a hegemonia ultrapassa a questão cultural e se constitui em um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida, dotado de significados e valores, constituindo um senso da realidade para a maioria das pessoas e da sociedade.

É nesse contexto que se insere a Indústria Cultural, considerada pelos autores Bastos *et al* (2015) como os aparelhos que reafirmam a hegemonia (meios de comunicação e escolas).

A Indústria Cultural refletida no modelo de comunicação como mercadoria tem sua origem em autores da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, cujos primeiros textos sobre o tema foram publicados em 1947. No Brasil, com o início das transmissões diretas de TV para todo o país, entre as décadas de 1960 e 1970, a comunicação de massa, expressa por meio da Indústria Cultural, vai ganhando ampla dimensão (LIMA, 2001). No entanto, antes mesmo dessas transmissões, o sistema de radiodifusão no Brasil já se constituía em um promissor aparelho de hegemonia.

Ao longo desses anos, tem sido papel da Indústria Cultural estimular a população ao consumo, transformando os cidadãos em consumidores passivos, reforçando desejos que para a maioria dos brasileiros é inacessível. Porém, os produtos da Indústria Cultural são carregados de valores e necessidades que mantêm o sistema capitalista em pleno funcionamento (BASTOS *et al*, 2015).

São valores transmitidos pela Indústria Cultural: a livre iniciativa, a concorrência, a ação individual, a modernização da agricultura por meio da adoção de tecnologias ditas “modernas”, a mecanização de grandes propriedades, e, mais recentemente, a produção de riquezas pela exportação (commodities), que permite que a população aceite passivamente o uso intensivo de agrotóxicos e o desmatamento sob a justificativa de geração de renda e emprego para os brasileiros.

Sobre as consequências do fortalecimento da Indústria Cultural no Brasil, os autores afirmam:

A presença da TV nos lares de grande parte dos brasileiros, por todo o território, estimulada a partir da década de 1970 e alcançando o ápice nas décadas seguintes, forjou uma imagem de país útil para o regime militar eficiente para o cumprimento de mais um ciclo de modernização conservadora (BASTOS *et al*, 2015, p. 34).

Segundo Moraes *et al* (2014), atualmente são megagrupos midiáticos que detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que exerce interferência na circulação de informações, interpretação e crenças consideradas pelo autor como indispensáveis à consolidação de consensos sociais. O autor sustenta que o grau de influência varia de veículo para

veículo, em decorrência de recursos tecnológicos, linguagens, padrões de interação e perfil de públicos e audiências.

Ainda segundo Moraes (2014), os conglomerados de mídia também se converteram em atores econômicos de primeira linha, acumulando a propriedade de organizações de menor porte, esquema de distribuição de campanhas publicitárias, superproduções de filmes, editoras de livros, museus, além de canais como TV por assinatura, rádio, jornais, sites e redes sociais.

Para o autor, o sistema midiático composto por conglomerados de mídias exercem o papel de agentes econômicos tal como conglomerados de outros perfis corporativos, como a General Motors, McDonald's ou Coca-Cola. As nuances estão localizadas nas áreas de atuação, muito embora essa separação venha se reduzindo em função de fusões, alianças, participações cruzadas. Hoje megaempresas, fundos de investimento, magnata das finanças ou do petróleo têm participações acionárias e propriedades cruzadas em mídias.

As elites econômicas, ao manterem o domínio dos meios de produção, como a televisão, o cinema, o rádio, os jornais, as revistas e até mesmo o teatro comercial, conseguem legitimar no imaginário popular uma ideia de realidade que suprime o ponto de vista das classes populares (CEPATEC, 2006): “Com o discurso único das elites, ocorre um completo processo de naturalização da barbárie, das desigualdades sociais estabelecidas e das relações políticas ou de poder”(CEPATEC, 2006, p.9).

Na contramão da lógica da Indústria Cultural, a Educomunicação e a Comunicação Popular/Comunitária são propostas que buscam ocupar espaços políticos, se constituindo em campos de resistência ao paradigma dominante das correntes hegemônicas da comunicação e da educação. A Educomunicação é assim compreendida por Soares (2014):

Conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer “ecossistemas comunicativos”, qualificados como abertos e participativos, garantidos por uma gestão democrática dos processos de comunicação nos diferentes ambientes de relacionamento humano (envolvendo, no caso, em igualdade de condições, a comunidade como um todo, seja ela educativa ou comunicativa); amplia o potencial comunicativo e as condições de expressividade dos indivíduos e grupos humanos, mediante práticas culturais e artísticas, assim como através do uso dos recursos disponibilizados pela era da informação, tendo como meta prioritária o reconhecimento do protagonismo infantojuvenil; favorece referenciais e metodologias que permitam às comunidades humanas relacionarem-se, enquanto sujeitos sociais, com o sistema midiático (SOARES, 2014, p. 17).

Nessa perspectiva, o pensamento de Freire torna-se ainda mais valioso, pois se propõe ao diálogo, ao enfrentamento e à superação do opressor pelo oprimido, ao mesmo tempo em que questiona a cultura do silêncio, em um verdadeiro exercício de dialogar e comunicar.

Nessa direção, no livro “Educar com a Mídia” (FREIRE; GUIMARÃES, 2013), Freire traz a reflexão sobre o fato de que os meios de comunicação não são bons, nem ruins em si mesmos, mas resultados do avanço da tecnologia, expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. No entanto, na sua perspectiva, o problema é perguntar, a serviço de que e de quem os meios de comunicação se acham (FREIRE; GUIMARÃES, 2013).

Para Freire, os “educadores não podem silenciarem ou botar parênteses nesse problema, pois o que as mídias estão fazendo não é comunicação, mas transferência de dados ideológicos (FREIRE; GUIMARÃES, 2013, p.28).

Quando defende o diálogo, o autor confirma a necessidade de suscitar o debate, sem o direito de manipular. Para Freire, não se deve abandonar um sistema educacional por discordância, mas trabalhar no seu interior contra a preservação do sistema social”. Na mesma publicação, Freire enfatiza que transmitir e compreender faz parte de um mesmo processo educativo. Por isso, informar e educar não existem separadamente.

Peruzzo (2017), ao fazer uma análise da obra de Paulo Freire, destaca alguns de seus pressupostos que podem ser interpretados à luz da comunicação popular e que seguem na contramão da Indústria Cultural. São eles: o diálogo dos sujeitos entre si, a democratização da cultura no sentido de que é preciso reconhecer que o povo também é produtor de cultura, é preciso valorizar o saber e a arte do povo; a consciência crítica por meio dos processos educativos formais e informais; a educação das massas para que possam sair da condição da desinformação, manipulação e ignorância e se libertar do modo de pensar como a classe hegemônica:

Porque é a situação de submissão que favorece atitude de renúncia da própria capacidade de interferir e participar na transformação da sociedade. Freire está falando na Cultura do Silêncio e do mudismo instituídos na cultura brasileira desde a época colonial (PERUZZO, 2017, p. 6).

Para Peruzzo (2017), esses também são os princípios que pautam a comunicação popular, pois conduzem à leitura crítica dos meios e à produção de uma informação coletiva e verdadeira.

### 3.2 – A relação entre cultura, educação e comunicação popular

Nesta parte da seção será abordada a relação entre cultura popular, educação popular e comunicação popular. Inicialmente, faz-se necessário um resgate histórico da cultura popular no Brasil. Quando a expressão “cultura popular” apareceu no país, no início dos anos 1950, países socialistas, como China e Rússia já se discutiam a apropriação da cultura pelo povo (FAVERO 1983). No Brasil, entre os anos de 1960 e 1964, procurava-se definir o papel da cultura na revolução brasileira. Assim contextualiza Fávero:

Denunciava-se algo que ficava entre a elitização do saber e a manipulação populista das classes populares, através da escola e das campanhas de alfabetização e educação de adolescentes e adultos. Do mesmo modo, o que se denominou cultura popular e que se definiu e defendeu como um movimento, ora comum um instrumento de luta política em favor de classes populares, surgiu fazendo a crítica não apenas da maneira sobre como se pensava folclórica e ingênua a cultura do povo brasileiro, mas também e principalmente os usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares, através de símbolos e dos aparelhos de produção e reprodução de uma “cultura brasileira”, ela mesma colonizada, depois internamente colonialista (FÁVERO, 1983, p.8).

Nos anos 1960, cultura popular e educação popular estavam entrelaçadas. De acordo com Osmar Fávero (1983), as campanhas em educação rural voltadas para o nordeste e algumas tentativas de atuar em capitais das regiões Centro-Oeste e Norte iniciaram-se na década de 1950. O autor foi contemporâneo de Paulo Freire, e é um especialista em educação que dedicou toda a sua vida acadêmica a escrever sobre a educação de jovens e adultos e à educação popular. Atualmente, com 86 anos de idade, é professor emérito universidade federal fluminense, da faculdade de Educação.

Em conferência proferida, em 2010, sob o título de “Educação Popular: Histórico e Desafio”, para alunos da Universidade de Brasília, Campus Planaltina, Fávero (2010) destaca que no final da década de 1950 e início da década de 1960, estados e municípios começaram a organizar seus sistemas de educação, até então centralizados no sistema federal. Assim explica:

Na virada dos anos de 1950, o que acontece é uma grande discussão para a virada da educação nacional. De 1961 em diante, estados e prefeituras já podiam ter sistemas próprios de ensino, até então o ensino federal abafava as iniciativas. Nesse período são eleitos prefeitos em Recife (Arraes) e em Natal (Djalma Maranhão) que se declaravam socialista e comunista, respectivamente. [...] Em Recife a primeira demanda foi investimento na educação, escolas para crianças de periferia. Se começa então a montar escolas e treinar professores para as escolas mais pobres, negociando com os

bairros periféricos locais para a instalação das escolas. A prefeitura fornecia o material e as famílias construíam as escolas. Ao mesmo tempo, se chamou grupos de intelectuais para contribuir com a proposta educacional. Intelectuais trouxeram, a partir de um modelo inspirado no francês “povo e cultura”, a ideia de fazer um movimento cultural com adultos. Então se criou um processo de alfabetização de adultos, praças de cultura. [...] A prefeitura tinha possibilidades de transformar essas praças em locais de cultura, também salas de exposição de artesanatos, isso por volta de 1960 a 1964. Com a cidade de Natal também foi parecido. [...] Os familiares ofereceram a mão de obra para a construção de escolas de taipas bem arrumadas na beira da praia. Foi uma das melhores experiências de escolarização de camada popular, escolas bem construídas, professores trabalhando muito, indo a campo, se relacionando com a população (FÁVERO, 2010).

Ainda, segundo o autor (FÁVERO, 2010), paralelo a esse movimento de escolarização, na zona rural, nasce o movimento educação de base no qual as escolas radiofônicas são recuperadas tendo como referência experiências já existentes na América Latina. As emissoras católicas no Brasil coordenaram, durante cinco anos, as escolas radiofônicas que se mantiveram em funcionamento até 1966. Foram cerca de 9 mil escolas radiofônicas de alfabetização que utilizavam recursos como o teatro e a cultura popular.

Nos grandes centros, como São Paulo, foram criados pelas universidades, os círculos populares de cultura, que trabalhavam mais com recursos como o teatro e o cinema. “O teatro do Oprimido nasce em São Paulo, inspirado nos teatros de arena, totalmente diferentes dos teatros nacionais” (FÁVERO, 2010).

Na visão do autor, a síntese de todo esse período foi o trabalho de Paulo Freire, conforme relato abaixo:

A experiência básica de Paulo Freire começa no movimento de cultura popular em Recife. Ele trabalhava com alguns aspectos de cultura, mas a partir de sua experiência com grupos operários, Freire caminhou para a construção de um método de alfabetização de adultos em um processo diferenciado, usando cartilhas e recursos mais audiovisuais. [...] Nisso, sistematiza um método que hoje se chama método Paulo Freire. Naquela época ele foi convidado a fazer uma grande experiência de alfabetização no interior do Rio Grande do Norte, a primeira que mexeu com o Brasil inteiro (FÁVERO, 2010).

Ainda nesse sentido, Fávero (2010) destaca que Freire conseguiu fazer uma síntese de todos os movimentos: o Movimento de Cultura Popular (MCP) que trabalhava com a cultura popular, o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atuava com a alfabetização no meio rural, a União Nacional dos Estudantes (UNE) que atuava em cidades maiores com a questão do cinema popular. Assim afirma Fávero (2010):

Freire consegue sistematizar tudo isso em um método de alfabetização. Um modelo simples, de um homem frente a coisas da natureza e da cultura e isso ia crescendo até colocar o alfabetizando em uma atitude ativa transformadora da natureza pela cultura. Essa síntese estava pronta no final de 1963. [...] E o MEC criou um Programa Nacional de Alfabetização a partir dessa experiência. Só que isso deveria ser uma caminhada que vinha desde os anos de 1940 e chegava a 1964, porém foi radicalmente cortada a partir de 1964, com o golpe militar. O Movimento de Educação de Base [MEB] conseguiu ir até 1966 por ser da igreja católica. Foi um período rico em que se fazia cultura popular e com base na cultura popular se fazia a educação popular. Foi o período mais rico da história da educação chegando às camadas populares, pelo MEB no campo e nas cidades pelo Movimento de Cultura Popular (MCP). O MEB no meio rural com as escolas radiofônicas também tinha uma base muito forte na cultura. Depois disso foi se acabando, com o golpe militar de 1964 (FÁVERO, 2010).

Nesse sentido, segundo Fávero (1983), a cultura popular representou uma forma de luta política naqueles anos que subordinava a ela outra forma: a educação popular. Buscou-se, por meio da cultura popular e da educação popular, a partir da conscientização e da politização, a organização das classes populares. Pretendia-se transformar a cultura brasileira e por meio da cultura transformar as relações de poder e a vida do país. Como instrumentos que viabilizaram tanto a cultura popular quanto a educação popular destacavam-se: os círculos de cultura, os centros de cultura, as praças de cultura, o teatro popular, o rádio, o cinema, a música, a literatura, a televisão. “Instrumentos que se convertiam em movimentos” (FÁVERO, 1983, p. 9).

É nesse contexto que nasce também a comunicação popular, pois, segundo Puntel (1994), nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja começou a desenvolver uma nova dimensão de comunicação: as escolas radiofônicas. Segundo a autora, o exemplo pioneiro de rádio educativa foi dado por Padre Joaquim Salcedo, na Colômbia, com a Ação Cultural Popular – *Rádio Sutantenza*. Essa iniciativa atingiu milhares de famílias e de comunidades, isoladas em áreas montanhosas, sem serviços postais e telefônicos. Assim explica Puntel: “os líderes religiosos, muitos deles semi-alfabetizados, reuniam o povo em salas, distribuía material didático singelo e ajudavam os ouvintes a seguir as instruções radiofônicas” (PUNTEL, 1994, p. 108).

No Brasil, coube ao Movimento de Educação de Base (MEB) trazer esta experiência para o país. De acordo com Puntel (1994), o início das escolas radiofônicas se dá com Dom Eugênio Sales, em Natal, em 1958. Porém as escolas radiofônicas no Nordeste do Brasil foram além da experiência colombiana, pois mais do que se preocupar com a alfabetização e o catecismo, o MEB atuava na função de mobilização

social de conscientização, fornecendo aos participantes, homens e mulheres do campo, noções de seus direitos e de como alcançá-los. Em 1963, 1.410 escolas radiofônicas já estavam funcionando na diocese de Natal.

Por sua vez, o Movimento de Cultura Popular (MCP) também se destacou como importante experiência para a formação das Comunidades Eclesiais de Base. Os famosos círculos de cultura usaram o método de educação popular no nordeste, iniciado por Paulo Freire, no final da década de 1950 e no começo da década de 1960 (PUNTEL, 1994). Assim afirma Puntel:

As ideias e as técnicas de Paulo Freire para a educação de adultos, conhecidos como “Pedagogia do Oprimido” acentuaram o respeito pelas classes mais pobres e levaram em consideração suas habilidades. Freire insistiu no fato de que os educadores deveriam facilitar o conhecimento ao pobre, possibilitando-lhe desenvolver suas próprias ideias, em confronto com suas situações vitais e não simplesmente transmitindo-lhes conhecimento (PUNTEL, 1994, p. 215).

A partir do histórico apresentado nesta seção sobre as origens da cultura popular e da educação popular, observa-se que a comunicação popular se destaca como resultado das relações que se formaram entre os diversos processos de cultura e de educação popular, pois, constituem-se como instrumentos de ação tanto do campo da educação quanto da cultura popular com destaque para as seguintes expressões: teatro de arena, teatro do oprimido, rádio, círculos de cultura, bem como as diversas outras formas de manifestações culturais, consideradas para o escopo desta pesquisa como importantes expressões de comunicação popular, que ganharam destaque nas décadas de 1950 e 1960 e permanecem importantes para os movimentos sociais que se utilizam, ainda hoje, da comunicação popular como instrumento de mobilização social e politização.

#### **4 – AGROECOLOGIA, COMUNICAÇÃO POPULAR E O PARADIGMA DA CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA**

Os processos agroecológicos e a comunicação popular são caracterizados como movimentos contra-hegemônicos ao agronegócio e às mídias convencionais, em um processo de resistência ao paradigma da modernização, sustentado pelo produtivismo economicista, pelos postulados epistemológicos positivistas e pelo difusionismo tecnológico – pacotes tecnológicos que impõem forte ênfase na questão comunicacional, tanto referentes às informações necessárias para avaliar e aplicar inovações, quanto às mensagens motivadoras e persuasivas que promovem uma atitude inovadora geral (BORDENAVE, 1983).

É justamente por isso que a agroecologia é hoje um dos contrapontos ao paradigma dominante do agronegócio, pois se caracteriza por ser uma ciência que busca, na sua essência, realizar inovações tecnológicas por meio da tríade baseada na ciência, na prática dos agricultores e na participação dos movimentos sociais.

Diferentemente da ciência tradicional, que estabelece como verdade uma única corrente de pensamento da pesquisa cartesiana e a torna inquestionável para os milhares de agricultores, a agroecologia tem se destacado por ser uma proposta diferenciada, que busca a construção coletiva do conhecimento e o cooperativismo na sua forma de desenvolvimento.

Para Petersen (2013a), a agroecologia é ciência porque elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo bases conceituais e metodológicas. É prática social por valorizar os conhecimentos tradicionais e fortalecer a dinâmica de recampesinização, refundando a relação entre a agricultura, a natureza e a sociedade.

E, ainda, na visão do autor, é movimento social, pois é capaz de mobilizar atores engajados na justiça social, saúde ambiental, segurança e soberania alimentar, economia solidária, equidade de gêneros e nas relações mais equilibradas entre a cidade e o mundo rural.

Já Altieri (2012) compreende agroecologia como uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e à

avaliação do efeito de tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Petersen (2013a) acrescenta a essa visão o fato de a agroecologia ser um paradigma em construção. O autor analisa que, com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em 2012, tornou-se necessário o debate sobre o significado e possível alcance da institucionalização do enfoque agroecológico pelo Estado.

Reforçando essa compreensão, ele defende a necessidade do desenvolvimento do ramo disciplinar da Agroecologia Política, justamente para se colocar em debate a questão do paradigma da modernização, representado pelo agronegócio, e o paradigma em construção, representado pela agroecologia. O autor mostra que ambos paradigmas são ideologias em disputa pela sociedade.

Na mesma direção, Altieri, na publicação *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável* (2012), busca apresentar ao leitor a agroecologia como ciência, justamente com o intuito de disseminar um modelo alternativo à agricultura industrial que, embora tenha cumprido seu papel de aumentar a quantidade de alimentos disponíveis no mundo, em quantidade e regularidades suficientes, por outro lado, impõe à sociedade mundial um alimento à base de agrotóxicos, muitas vezes originários de campos de monocultivos, frutos do desmatamento e da devastação ambiental.

Altieri (2012) destaca principalmente a base conceitual da agroecologia, sua relação com o campo científico da Ecologia, estratégias técnicas para o manejo agroecológico, a construção de agrossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa, a relação com o solo, a ciclagem de nutrientes e a importância da participação dos agricultores na difusão dos processos agroecológicos.

Para Petersen (2013a), no entanto, a grande lacuna da agroecologia atualmente é “trazer a dimensão política para o centro do debate sobre estratégias de transição agroecológica em âmbitos sociais e geográficos que extrapolem a escala das unidades de produção familiares” (PETERSEN, 2013, p. 96).

É também nesse espaço de oposição ao paradigma dominante que a comunicação popular se insere. Trata-se de uma ampla variedade de iniciativas de comunicação alternativa em rede que expressa a heterogeneidade de movimentos, organismos, grupos e coletivos provenientes de diferentes lugares e contextos, com singulares acumulações de experiências e leques de propósitos.

Segundo Moraes (2013), os participantes, atores sociais com protagonismo em seus territórios, atuam no mesmo campo: o da oposição ao domínio dos conglomerados midiáticos e à mercantilização da vida e da informação: “Repõem, ainda que com raio de abrangência muito inferior aos dos meios massivos, a circulação social de conteúdos críticos, com o intuito de fecundar contrassentidos e reinterpretações de fatos e acontecimentos” (MORAES, 2013).

Portanto, tanto teóricos da agroecologia, como Petersen (2013a) e Altieri (2012), quanto estudiosos do campo da comunicação alternativa, como Moraes (2013), Puntel (1994) e Peruzzo (2006), colocam no centro do debate a questão da disputa de modelos, no qual a agroecologia e a comunicação popular se colocam em contraposição aos modelos dominantes do agronegócio e da Indústria Cultural, respectivamente.

Bastos e Gonçalves (2015) seguem nessa mesma direção ao destacar que é preciso ter clareza de que os meios de comunicação vigentes no campo hegemônico reproduzem os valores da Indústria Cultural, bem como participam da produção das desigualdades sociais que fundamentam a propriedade da terra baseada no latifúndio e no agronegócio.

#### **4.1 –Relação entre o paradigma e o campo científico na agricultura**

Problematizar sobre o paradigma da modernidade e a sua relação com a ciência e a tecnologia no campo do agronegócio e da agroecologia requer refletir sobre a compreensão de paradigmas a partir do aporte teórico de Thomas Kuhn (1998), para quem paradigma é um termo estreitamente relacionado com a ciência normal, sustentado por bases teóricas que raramente provocarão desacordo declarado sobre pontos fundamentais: “Suas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior” (KUHN, 1998, p.29).

Ainda na visão de Kuhn sobre paradigmas, suas realizações no âmbito de um campo de pesquisa são capazes de atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares: “Homens cujas pesquisas estão baseadas em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica” (KUHN, 1998, p.30).

A partir dessa concepção de Kuhn, é possível estabelecer uma relação direta entre as tecnologias agropecuárias que geram inovações para o agronegócio e a visão de

ciência dominante, composta por grupos de pesquisadores partidários ao agronegócio, cuja trajetória de formação acadêmica se deu em espaços de aprendizagem convencionais.

É nessa mesma direção que incluímos na discussão o pensamento de Bourdieu (2004) sobre campo científico. Em “Os usos sociais da ciência”, conferência proferida por ele no Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica (Inra), em Paris, no ano de 1997, o autor destacou que todo o campo, em especial o científico, é um campo de forças e de lutas para conservar ou transformar esse campo.

Especificamente para este trabalho, no campo teórico, também nos interessa fazer a relação entre paradigmas e campo científico no âmbito do paradigma dominante da modernidade, que estabelece como referencial a ciência e a tecnologia a serviço de uma agricultura que se intitula capaz de solucionar os problemas de acesso à alimentação do mundo – o agronegócio.

#### **4.2 –A Revolução Verde e a consolidação do agronegócio como ideologia**

Com a Revolução Verde, o paradigma do agronegócio como proposta de modernização agrária se consolida no Brasil. De acordo com Cox (2012), a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratórios, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado com o difusionismo tecnológico no campo, onde os agricultores eram persuadidos pela extensão rural a adotarem técnicas agrícolas consideradas “modernizantes”, sob a alegação de que tais procedimentos contribuiriam para o aumento da produtividade.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a população rural foi transformada em mera receptora de políticas governamentais de desenvolvimento do meio rural. Na visão de Callou e Tauk Santos (2014), tratava-se de uma comunicação persuasiva, na qual não havia troca de ideias entre os autores, não permitindo que os agricultores e suas famílias fossem sujeitos de sua transformação.

No livro *Extensão ou Comunicação?*, Freire (1983) faz uma análise crítica sobre o papel do extensionista na desconstrução da cultura do agricultor ao adotar como prática profissional o difusionismo:

Tal é o dilema do agrônomo extensionista, em face do qual precisa manter-se lúcido e crítico. Se transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo,

concordará com o conceito de extensão e estará negando o homem como um ser da decisão. Se, ao contrário, afirma-o através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista; nega, então, a compreensão do termo extensão (FREIRE, 1983, p.29).

Para Freire (1983), a invasão cultural não é dialógica e destrói a afirmação do ser humano enquanto sujeito capaz de transformar a sua realidade. Portanto, na sua concepção, o papel do agrônomo enquanto extensionista e educador é problematizar e promover a mudança por meio de uma construção participativa:

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação (FREIRE, 1983, p. 36).

Ao contrário do pensamento de Freire (1983), a dialogicidade foi substituída pela difusão de valores da Revolução Verde por meio de uma comunicação rural carregada de valores externos aos camponeses. Na visão de Bastos (2015), essa invasão cultural provocou mudanças de hábitos de consumo no produtor rural e também de valores. Pode-se afirmar que, junto com o pacote tecnológico, veio também uma base ideológica de valorização do progresso e da modernização que, segundo Cox (2012), ao longo do século 20, levou a grandes transformações e a uma ruptura no modo de conceber a agricultura.

A autora afirma que modificações radicais transformaram a base da agricultura: o conhecimento milenar prático do agricultor foi substituído pelo conhecimento científico, deixando o agricultor dependente dos insumos externos, agrotóxicos, fertilizantes, bem como provocando perdas da agrobiodiversidade.

Segundo Bastos (2015), não é por acaso que a explosão da Revolução Verde no Brasil coincidiu com a nova fase da Indústria Cultural, estabelecida com o fortalecimento dos monopólios das grandes redes de comunicação. O autor compara a questão agrária, com as grandes monoculturas ou extensões de terras e latifúndios, aos grandes latifúndios da comunicação, fortalecendo a visão hegemônica da modernização baseada no conhecimento científico.

Villas Bôas (2015) acrescenta que atualmente há um novo ciclo de modernização conservadora, com a manutenção do poder concentrado na questão agrária. Essa visão é corroborada por Delgado (2013), para quem a economia do

agronegócio vai além da estratégia econômica, ao construir ideologicamente a visão hegemônica baseada nas grandes propriedades fundiárias, cadeias agroindustriais voltadas para o setor externo e a burocracia do Estado (créditos fundiários).

Em torno desse projeto organizam-se vários aparatos ideológicos: uma frente agropecuária articulada para defesa dos interesses do agronegócio no Congresso Nacional; grupos de mídias (rádios, TVs e jornais) que fortalecem a visão ideológica do agronegócio para a sociedade; grupos com atuação no mercado do agronegócio com poder financeiro para investir em propagandas e mudar a percepção popular sobre as commodities brasileiras, com forte cooptação de grupos acadêmicos que contribuem com a sustentabilidade dessa visão (DELGADO, 2013).

Destaca-se, ainda, que, principalmente, nas primeiras gestões nacionais do PT, portanto, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, identificou-se os maiores investimentos no agronegócio brasileiro, com o compromisso, inclusive, com o capital financeiro (DELGADO, 2013). Nessa direção, Delgado (2013) reafirma:

Atravessam já quatro mandatos presidenciais – FHC II, Lula I, Lula II e Dilma, com completa aderência do Poder Executivo Federal a essa estratégia de acumulação de capital, cuja pretensão é de autolegitimar-se, submetendo toda política agrária, ambiental e externa ao seu estilo. E isto vem sendo feito de maneira tácita ou ostensiva há mais de uma década, sem que tenhamos atentado para os ingredientes perversos desse projeto, que aparentemente somente se discutem nas crises (DELGADO, 2013, p. 67).

No campo da comunicação, embora o surgimento das mídias sociais tenham provocado maior interação entre os grupos e movimentos sociais, o paradigma dominante da comunicação hegemônica ainda permanece, apesar dos diversos movimentos pautados pelas mídias alternativas e comunitárias.

É justamente a partir dessa leitura, segundo Bastos (2015), que surge a crítica aos padrões hegemônicos de representação da realidade e a necessidade de organização de representação dos sujeitos do campo:

Aprendendo a usar os novos meios de comunicação a seu favor, sabendo dosar suas funções e momentos adequados, os movimentos sociais do campo vêm dando interessantes respostas aos desafios do tempo presente, porque são pautados por uma compreensão dos antagonismos que os determinam (BASTOS, 2015, p.102).

Portanto, trata-se de uma luta travada entre duas vertentes: a comunicação dos grandes grupos de mídia, que atua ao lado do poder hegemônico, apoiando o

agronegócio, e a comunicação alternativa, que busca contrapor os grandes grupos de mídia, valorizando os modos de vida de sua população e territórios. É nesse contexto que esta pesquisa se insere, incluindo também o elemento da agroecologia como contraponto ao agronegócio brasileiro.

#### **4.3 – A contribuição dos processos comunicativos na (des) construção do paradigma da modernização no campo da agricultura**

Delgado (2013) aponta dois sinais de crise do paradigma da modernização baseado no agronegócio. O primeiro deles é de cunho econômico, que demonstra a desvalorização do preço das commodities brasileiras no mercado internacional, ao mesmo tempo em que elas deixam de influenciar positivamente o fechamento da conta-corrente do Tesouro Nacional, que, há mais de seis anos, apresenta resultado negativo.

O segundo sinal é o crescimento e o fortalecimento de diversos movimentos sociais como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Marcha das Margaridas, realizada pelas mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, as rádios comunitárias e também as organizações não governamentais, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

A ASA é uma organização da sociedade civil que congrega mais de 3 mil organizações não governamentais no Semiárido brasileiro, e, nos últimos 20 anos, foi responsável pela execução do programa de acesso à água do governo federal, o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2)<sup>14</sup>, de financiamento da construção de cisternas para consumo e de cisternas para a produção de alimentos, no Semiárido brasileiro. Mais de 1 milhão de cisternas foram construídas até agora.

É nesse contexto que a comunicação popular se encaixa, pois faz parte da dinâmica dos movimentos sociais a reflexão crítica, não só sobre as questões socioeconômicas do país, mas também sobre questões relacionadas à cidadania, como o direito à água, à comunicação, à diversidade (ASA, 2018).

Para Káplun (1998), o paradigma informacional e comunicacional tradicional impede o diálogo, transformando a educação e o acesso à informação em (in) comunicação, ou seja, em algo que não contribui para o desenvolvimento do ser humano e em sua formação enquanto sujeito crítico. O autor é especialista em processos

---

<sup>14</sup>Mais informações em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>

comunicacionais alternativos e defende a comunicação como um ato pedagógico. Ele acredita que:

É fundamental ultrapassar esta visão redutora e postular que a Comunicação Educativa abarca certamente o campo da mídia, mas não apenas esta área: abarca também, e em lugar privilegiado, o tipo de comunicação presente em todo processo educativo, seja ele realizado com ou sem o emprego de meios. Isso implica considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico (KÁPLUN, 1998, p. 68).

Nessa direção, destacamos o caráter de enfrentamento da comunicação popular ao paradigma da modernização, pois se trata de uma estratégia que busca estimular os movimentos sociais e comunitários a refletir sobre o ato de comunicar. A ASA é exemplo da proposta de uma comunicação que faz o debate sobre as contradições do sistema capitalista hegemônico.

Desde a sua fundação, a instituição incorporou a comunicação popular como estratégia para o fortalecimento da convivência com o Semiárido. Mais do que isso, foi essa comunicação que fortaleceu o surgimento de outro olhar sobre a região, substituindo as imagens de fome, morte e miséria decorrentes da seca, por imagens de um Semiárido vivo<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup>Para conhecer as ações de comunicação da ASA, acesse [http://www.asabrasil.org.br/sugestao-de-leitura?cat\\_show=160#categoria\\_img](http://www.asabrasil.org.br/sugestao-de-leitura?cat_show=160#categoria_img)

## 5 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 5.1 – Opções metodológicas

Este trabalho adota como opção metodológica a pesquisa qualitativa, que segundo Flick (2009) caracteriza-se por não ser uma pesquisa quantitativa ou padronizada. Ao contrário, usa o texto como material empírico, em vez de números, tem interesse nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia que se relacionam com a questão e os objetivos do estudo. Sendo assim, Flick conceitua a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem (FLICK, 2009, p.16).

Portanto, pode-se afirmar que na pesquisa qualitativa existe atualmente uma ampla gama de métodos diferentes disponíveis que podem ser usados para responder à pergunta de pesquisa.

Ainda segundo Flick (2009), no caso da pesquisa qualitativa, a amostragem pode ter dois tipos básicos: amostragens mais formais, com critérios previamente definidos, e as mais flexíveis, com foco nas necessidades que aparecem durante a realização da pesquisa.

Este trabalho adota a pesquisa qualitativa, com métodos diferentes para a coleta de dados, priorizando amostragens mais flexíveis, conforme as necessidades que surgiram no decorrer do levantamento de campo. Portanto, seguindo o pensamento de Flick (2009), nosso desenho de pesquisa foi amplo, com abordagem intencional, conforme destaca o autor:

Os pesquisadores qualitativos estão interessados nas pessoas que estão realmente envolvidas e têm experiência com a questão em estudo. Portanto, estamos em busca de casos fundamentais em função da experiência, do conhecimento, da prática, etc. que queremos estudar. Assim, nossa amostra deve ser representativa, não no sentido estatístico ou por representar a realidade em uma população básica; nossos casos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno que queremos estudar em termos de experiência e envolvimento dos participantes de nossa pesquisa com esses

fenômenos. Na maioria dos estudos, há variedade de experiências, de forma que não devemos ter apenas casos comparavelmente centrais ou fundamentais, como também a variabilidade no campo de estudo e as diferenças nos vínculos com a questão (FLICK, 2009, p.47).

Dessa forma, as estratégias de seleção da amostra se deram de forma gradual, ou seja, partimos de uma amostra inicial para coleta de dados, e, de acordo com o prosseguimento do trabalho, ampliamos a coleta para novos casos, uma vez que, segundo Flick (2009), numa pesquisa qualitativa, a amostragem pode estar relacionada a vários níveis, entre eles: pessoas, situações, casos, materiais.

Especificamente neste estudo, a amostragem envolve pessoas relacionadas a instituições/movimentos sociais específicos e também grupos que, embora pertençam a instituições/movimentos sociais diferentes, se reúnem periodicamente em redes para refletir e problematizar seus contextos locais.

Quando se faz um estudo com entrevistas pode ser difícil saber de antemão ou no início quem serão as pessoas certas para serem abordadas. Na maioria dos casos, você estará interessado em encontrar as pessoas com mais conhecimento para lhe dar informações sobre seu tópico e estará em busca de diferentes pontos de vista (FLICK, 2009, p. 49).

Além disso, este estudo tem como base uma amostra de participantes que estavam diretamente envolvidos em processos de comunicação popular ou comunitária em ambos os territórios, bem como outros atores que participam das redes de agroecologia dos dois territórios.

## **5.2 – Coleta de dados**

De acordo com Flick (2009), os mais importantes métodos qualitativos para coleta e análise de dados podem ser situados em duas perspectivas: como primeira perspectiva, podem ser aplicadas entrevistas semiestruturadas ou narrativas e os procedimentos para decodificação e análise de conteúdo. Na segunda perspectiva, os dados são coletados em grupos focais, etnografia ou observação participante e pelo registro de interações em áudio ou vídeo.

Com base nas perspectivas apresentadas, para este trabalho adotamos as seguintes técnicas de coleta de dados: (1) entrevistas individuais, com uso de um roteiro orientador (disponível na seção “anexos” deste trabalho), realizadas a partir de visitas às propriedades rurais, rádios e aos pontos de cultura. As entrevistas foram gravadas por celular e degravadas para uso neste estudo; (2) observação direta de apresentações de

peças teatrais e de uma noite de cordel; (3) rodas de conversa com integrantes do grupo de Teatro Raízes Nordestinas de Poço Redondo (SE), do banco comunitário Olhos d'Água de Igaci, e com professores da Escola Municipal João Mariano Filho, na comunidade de Lagoa da Areia dos Marianos, em Estrela de Alagoas (AL); (4) vivência das atividades da Unidade de Produção Camponesa de sementes crioulas de Canindé de São Francisco (SE).

A observação direta, segundo Gerhardt e Tofo (2009), consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo. Assim destacam Gerhardt e Tofo (2009):

A ideia de sua incursão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. A técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (GERHARDT; TOFO, 2009, p.75).

Peruzzo (2005) complementa o pensamento de Gerhardt e Tofo (2009) destacando que a observação participante, na perspectiva da comunicação social, adquire três finalidades:

Observar fenômenos importantes, especialmente os ligados a experiências populares de comunicação, voltadas para o desenvolvimento social, que eram até então pouco expressivas ou até ausentes no âmbito da pesquisa em universidades no Brasil; realizar estudos de recepção de conteúdos da mídia que ultrapassem os padrões até então vigentes e pudessem enxergar os mecanismos de apropriação de mensagens ou mesmo de reelaboração de mensagens, partindo dos pressupostos da existência de interferência de outras fontes na formação da representação da realidade. Que os resultados da pesquisa – ou até mesmo o seu processo de realização – pudessem retornar ao grupo pesquisado e ser aplicados em seu benefício. Por exemplo – a pesquisa poderia se propor a contribuir a resolver problemas de comunicação nas comunidades e/ou ajudar na melhoria das condições de existência dos grupos pesquisados (PERUZZO, 2005, p. 131).

Mediante a exposição conceitual dos autores destacados acima, para este trabalho optou-se pela ação da observação direta, articulada com a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Laville e Dionne (1999), esta última caracteriza-se por uma série de perguntas abertas feitas verbalmente em uma ordem prevista, havendo a possibilidade de o entrevistador incluir perguntas de esclarecimentos: Por quê? Como?

Pode exemplificar? Essa técnica foi aplicada junto aos comunicadores populares, em uma primeira etapa, e, em uma segunda etapa, junto aos agricultores, onde a comunicação popular ou comunitária acontece.

O objetivo foi verificar a compreensão desses atores locais acerca da importância da comunicação e como as expressões ou produtos de comunicação contribuem para o desenvolvimento do território.

Buscou-se investigar, por exemplo, se o Teatro Raízes Nordestina – por estar inserido em um município (Poço Redondo) que tem a agroecologia como uma importante produção agrícola, no Território Alto Sertão Sergipano, se preocupa em elaborar peças cênicas que busquem estimular o público a refletir e problematizar sobre questões inerentes ao processo produtivo local, ao uso de agrotóxicos, à questão agrária, às políticas públicas e ao contexto atual.

Portanto, neste trabalho, optou-se por um diálogo com a participação e reflexão dos comunicadores populares. Isso porque considerou-se, a partir da visão de Freire (1983) e Lima (2001), a comunicação popular como um processo de Diálogo.

### **5.3 – Análise de dados**

Os dados coletados por meio das entrevistas e rodas de conversa foram problematizados com o uso da técnica de codificação aberta. Strauss e Corbin (2008) recomendam, para o caso da pesquisa qualitativa, o uso da codificação aberta, técnica que se dispõe a nomear conceitos, definir categorias e desenvolvê-las em termos de propriedades e dimensões. Assim detalham os autores sobre esta técnica:

Por que codificação aberta? Porque para revelar, nomear e desenvolver conceitos devemos abrir o texto e expor pensamentos, ideias e significados que ele contém. Durante a codificação aberta os dados são separados em partes distintas, rigorosamente examinados e comparados em busca de similaridades e de diferenças. Eventos, acontecimentos, objetos e ações/interações considerados conceitualmente similares em natureza ou relacionados em significados são agrupados sob conceitos mais abstratos chamados categorias. Categoria é o mesmo que associar diversos acontecimentos, objetos e ações similares e nomeá-lo abstratamente – criação de uma categoria. Qualquer objeto pode ser nomeado e assim localizado de inúmeras formas. A natureza de um objeto depende de como ele é definido (STRAUSS;CORBIN, 2008, p. 114).

Strauss e Corbin também trabalham a análise do conceito, ou seja, análises de palavras-chave. Para eles:

Fazer a análise de uma palavra, uma frase ou um parágrafo consiste em examinar o documento ou pelo menos algumas páginas dele e depois voltar o foco para uma palavra ou uma frase que chame a atenção dos analistas por ser importante ou analiticamente importante (STRAUSS;CORBIN, 2008, p. 115).

São objetivos das ferramentas analíticas acima destacadas por Strauss e Corbin (2008): (1) afastar o pensamento do pesquisador do confinamento da literatura técnica e da experiência pessoal; (2) evitar formas padronizadas de pensar sobre fenômenos; (3) estimular o processo indutivo; (4) focar no que está nos dados e não assumir nada como certo; (5) permitir esclarecimentos ou desmistificação das suposições feitas por aqueles que estão sendo estudados; (6) ouvir o que as pessoas estão dizendo, evitar passar por cima de diamantes brutos ao examinar os dados; (7) estimular as pessoas a fazerem perguntas e a darem respostas; (8) permitir rotulação proveitosa de conceitos, embora provisoriamente, descobrir as propriedades e as dimensões das categorias.

Os autores destacam as perguntas dos questionários como sendo a primeira ferramenta analítica. Para eles, perguntas como Quem? Quando? Por quê? Onde? O quê? Como? Quanto? Com que resultados? não são usadas para gerar dados, mas para gerar ideias ou formas de olhar os dados. E acrescentam outras com a mesma finalidade: Quem são? O que fazem? Como fazem? Onde atuam? Pode-se incluir também questões temporais, como frequência, duração, índice e momento adequado. Também questões espaciais, como, por exemplo, Onde? Com que frequência? Quanto tempo de duração?

Duarte (2005) complementa o pensamento de Strauss e Corbin (2008) explicando que categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados.

Em cada categoria, o pesquisador aborda um conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo-se à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado...[...] As categorias, no caso de entrevistas abertas, são identificadas ao longo da pesquisa. Nas entrevistas semi-abertas, as categorias têm origem no marco teórico e são consolidadas no roteiro de perguntas semi-estruturadas. Elas não podem, entretanto, ser entendidas como camisas-de-força (DUARTE, 2005, p. 79).

Nessa direção, foram entrevistados por esta pesquisa 18 sujeitos localizados nos dois territórios: Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano. Foram aplicados questionários semiestruturados com um roteiro de perguntas abertas que se modificaram a partir das respostas e do perfil dos entrevistados em questão.

A seguir, será apresentada a caracterização dos territórios, tendo como subsídio seus respectivos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDTRS), elaborados a partir de uma demanda do Programa Territórios da Cidadania, com a participação dos representantes dos Colegiados Territoriais.

## **6 – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Nesta seção, os dois territórios estudados serão apresentados a partir de suas dinâmicas econômicas, sociais e territoriais, com base nos dados dos Planos Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), construídos segundo a ótica daqueles que participavam dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial.

De acordo com Abdala (2015), os colegiados territoriais são espaços de gestão social do programa Territórios da Cidadania, política pública do governo federal de descentralização de programas e recursos visando a processos de desenvolvimento local de múltiplas dimensões.

No âmbito desse programa, foram estabelecidas as seguintes instâncias de participação: (1) Comitê Gestor Nacional, formado pelos ministérios, sob a gestão do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); (2) Comitê de Articulação Estadual, compostos por órgãos federais, estaduais e prefeituras; (3) Colegiados Territoriais, formados por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada (ABDALA, 2015). São espaços de discussão, planejamento e execução das ações de desenvolvimento dos territórios.

Cabe ressaltar que os territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano elaboraram, a partir de seus colegiados territoriais, seus Planos Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), considerados instrumentos norteadores para as ações territoriais.

São nesses dois territórios que os sujeitos desta pesquisa estão localizados. Eles integram organizações não governamentais com atuação no campo da agroecologia, cooperativas, associações de agricultores, associações artístico-cultural, associações comunitárias de radiodifusão (rádios comunitárias), espaços em que atuam como comunicadores populares, extensionistas, agricultores agroecológicos, assessores pedagógicos, atores e radialistas.

De acordo com Delgado e Leite (2011), o conceito de território adotado oficialmente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, diz respeito a:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, MDA/SDT, 2005).

Essa concepção de território passou a ser adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, a partir do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, que, segundo Delgado e Leite (2011), está no cerne da formação da própria secretaria, ocorrida em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula.

O programa, que passou a ser executado em 2005, após regulamentação, permitiu a criação adicional do Territórios da Cidadania, que começou a ser operacionalizado em 2008, com o reconhecimento do governo federal da necessidade de ampliar a atenção aos territórios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs). Assim, diversos territórios no Semiárido brasileiro passaram a ser organizar conforme as premissas e eixos estratégicos do programa Territórios da Cidadania.

Para Porto (2015), o enfoque territorial para as políticas públicas de desenvolvimento rural trabalha com um conjunto amplo de temáticas: gestão social, territórios rurais, competitividade territorial, articulação de políticas públicas, participação social, fortalecimento dos atores sociais, articulação urbano rural e desenvolvimento sustentável. Essas temáticas passam a interagir com novas estruturas e instrumentos de interação, como os colegiados territoriais, os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e as matrizes de projetos.

Ainda segundo Delgado e Leite (2011), autores que buscaram compreender a dinâmica das políticas públicas dos governos Lula e Dilma com enfoque territorial, no âmbito de pesquisa realizada a partir do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a abordagem territorial busca garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira, como será possível aferir a partir da descrição e análise do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Alagoano (BRASIL, 2011) e do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Sergipano (BRASIL, 2006).

Foi justamente com esse objetivo que a então Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) buscou justificar a escolha dessa abordagem para o desenvolvimento

das políticas públicas. Segundo a SDT, o rural não se resume ao agrícola e o território é a perspectiva que melhor dimensiona os laços de proximidades entre as pessoas, instituições, grupos sociais, uma vez que a escala municipal é muito restrita e a estadual, ampla demais. Portanto, a escolha da dimensão territorial para a descentralização das políticas públicas e o estímulo à participação social foi considerada a melhor alternativa para a SDT (DELGADO; LEITE, 2011).

No âmbito da participação social enfatizada por esses autores, destaca-se, neste estudo, que os comunicadores populares, considerados como sujeitos para esta pesquisa, atuam em regiões marcadas pela cultura do cangaço<sup>16</sup> e fortes manifestações culturais, como o cordel, o teatro, as festas juninas, as danças folclóricas, o intercâmbio de sementes crioulas, a festa do carro de boi, entre outras (BRASIL, 2006).

A seguir, os dois territórios são descritos com mais detalhes, tendo como fonte seus respectivos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011).

### **6.1 – O Território Agreste Alagoano<sup>17</sup>**

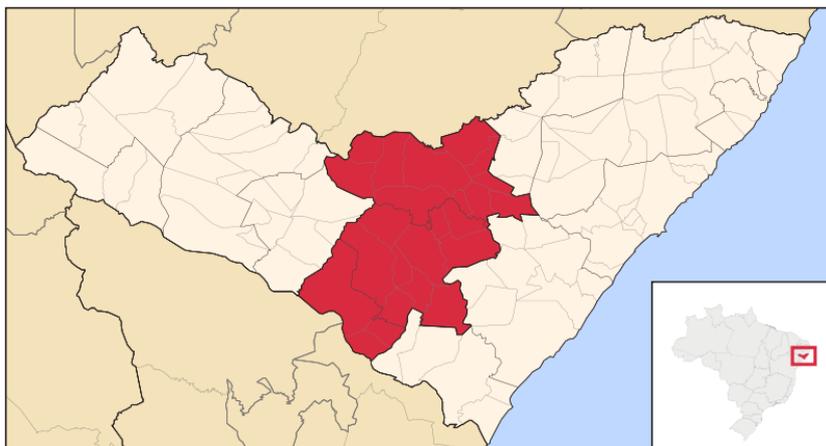
Com base nos dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Alagoano (PTDRS), elaborado em 2011, pode-se afirmar que o território do Agreste Alagoano está localizado em uma zona de transição entre o litoral e o sertão (fig.1). É formado por 19 municípios: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho d'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Teotônio Vilela, Tanque d'Arca (fig.2).

---

<sup>16</sup>Movimento de indiscutível presença no imaginário popular nordestino, o Cangaço reservou para Sergipe o seu mais marcante momento: a queda de Lampião e do seu bando na Grota do Angico, em confronto com a volante pernambucana. Disponível em: “Sergipe, Cultura e Diversidade”, 2010, p. 95.

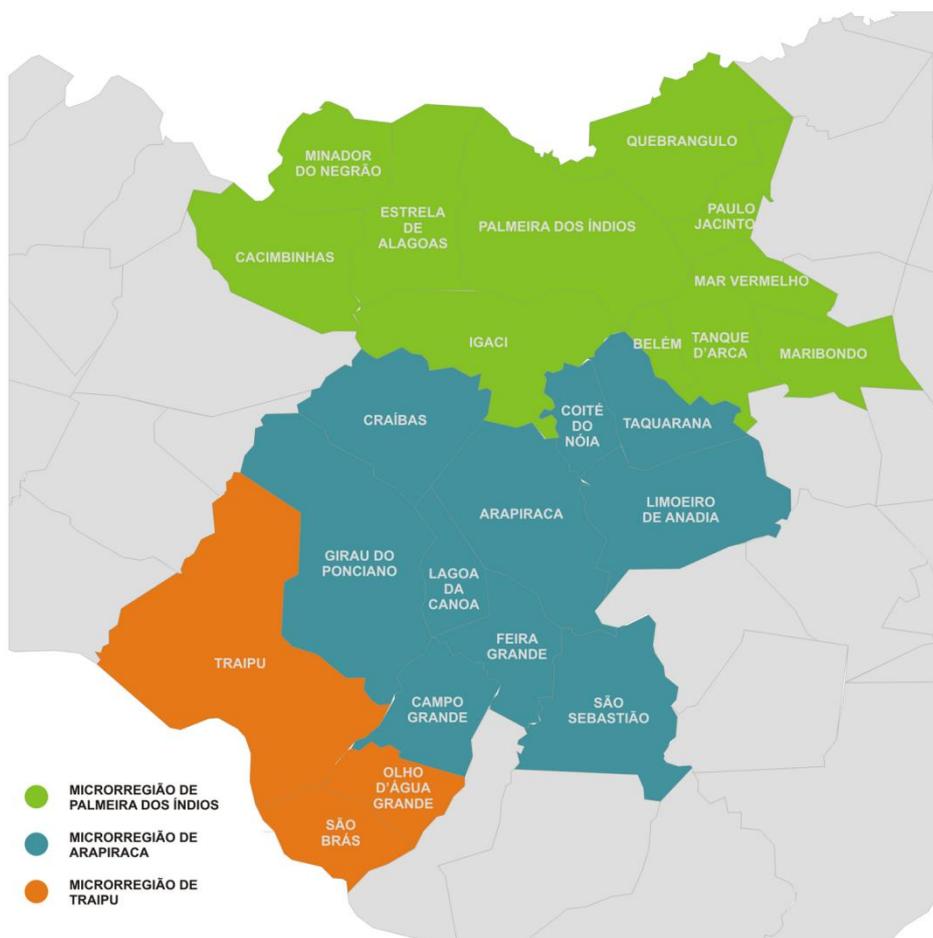
<sup>17</sup>Dados sobre o território obtidos por meio do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado em 2011. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio039.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio039.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Figura 1 – Mapa do Agreste Alagoano



Fonte: MDA 2015

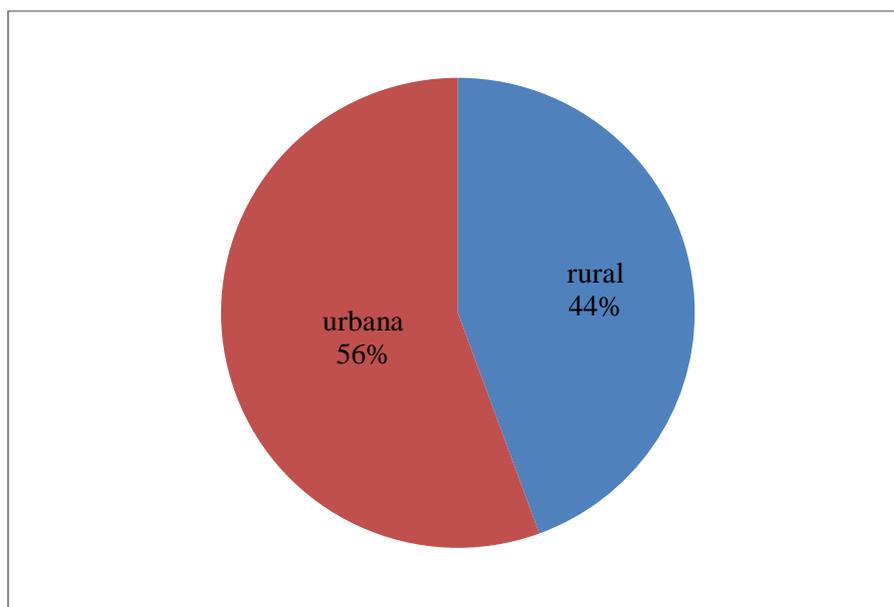
Figura 2– Municípios do Território Agreste Alagoano



Fonte: MDA 2015

Com um total de 578.100 habitantes, o território possui 56% de sua população localizada em áreas urbanas e 44%, em áreas rurais. Do total de municípios, somente Arapiraca, Palmeira dos Índios e Teotônio Vilela possuem um número maior de população urbana, os demais são municípios predominantemente rurais (fig.3).

Figura 3 – Proporção de população urbana e rural



Fonte: IBGE 2010

Os municípios que compõem o território têm de 27 a 185 anos. O mais novo é o município de Estrela de Alagoas, cuja instalação data de 1993. Os municípios mais antigos são Palmeira dos Índios e Traipu, ambos instalados em 1835.

De acordo com o perfil territorial elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que compõe o PDTRS de Alagoas, cerca de 20% do total de habitantes do Agreste Alagoano encontram-se ocupados com atividades da agricultura familiar. São mais de 48 mil estabelecimentos de agricultura familiar no território e 973 assentamentos da reforma agrária, conforme demonstrado a seguir (tabela 1):

Tabela 1 – Perfil territorial do Agreste Alagoano

Variável	Valor
Área	<b>4.547,10</b>
População total	578.100
População urbana	321.340
População rural	256.760
Nº de famílias assentadas da reforma agrária	973
Nº de projetos de reforma agrária	14
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	48.168
Pessoal ocupado na agricultura familiar	137.788
Nº de pescadores	0

Fonte: IBGE 2010 e Inkra 2014

Em 2004, houve a homologação do território do Agreste e a instauração de um processo participativo de construção do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), concluído em 2006. Com o programa Territórios da Cidadania, o território passou a ser denominado Território da Cidadania do Agreste e houve a ampliação da atuação de outros ministérios no processo de desenvolvimento territorial, reforçando o desafio da sensibilização, articulação e do envolvimento de outros atores territoriais, facilitando, assim, a atuação territorial diante das outras dimensões do desenvolvimento sustentável, garantindo a intersetorialidade das ações (BRASIL, 2011). Assim destaca o documento:

É válido reservar um momento para que o colegiado reflita sobre a classificação do IBGE, sobre o que é Rural ou Urbano e se aprofunde no conceito de ruralidade(s). Essas reflexões apontam para a valorização do espaço do campo, onde o direcionamento das políticas públicas termina sendo voltado para estas classificações. Faz-se necessário refletir sobre essa classificação. Por exemplo, as escolas “consideradas urbanas em pequenas cidades”, será que são urbanas ou podemos considerar todas como escolas do campo? [...] Qual a identidade territorial? Como influenciar nas políticas públicas com a identidade territorial, por exemplo: escolas nos assentamentos, como influenciar no projeto político pedagógico dessas escolas? (BRASIL, 2011, p. 13).

Em 2009–2010, inicia-se o processo de revisão do PTDRS (BRASIL, 2011). Ao fazer a análise comparativa entre o primeiro PDTRS do Agreste Alagoano, elaborado em 2006, e sua revisão, concluída em 2010 e publicada em 2011, é possível inferir, a partir do Diagnóstico Territorial, a ocorrência da melhoria dos indicadores sociais do território, como, por exemplo, a redução da taxa de mortalidade infantil de 36,4% (2003) para 20,7% (2009), bem como a melhoria da renda da população e dos indicadores educacionais (BRASIL, 2011).

A tabela abaixo apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>18</sup> nos municípios que compõem o território, e o Índice de Gini<sup>19</sup> para o período de 2000 a 2010.

Tabela2 – Indicadores sociais dos municípios do Agreste Alagoano

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Arapiraca	0.476	0.649	0.57	0.55
Campo Grande	0.337	0.524	0.68	0.58
Coité do Nóia	0.354	0.533	0.57	0.52
Craibas	0.344	0.525	0.49	0.53
Estrela de Alagoas	0.322	0.534	0.61	0.51
Feira Grande	0.371	0.533	0.59	0.53
Girau do Ponciano	0.335	0.536	0.60	0.58
Igaci	0.366	0.564	0.62	0.57
Junqueiro	0.426	0.575	0.63	0.57
Lagoa da Canoa	0.383	0.552	0.50	0.51
Limoeiro de Anadia	0.369	0.580	0.57	0.64
Olho d'Água Grande	0.368	0.503	0.66	0.59
Palmeira dos Índios	0.482	0.638	0.58	0.56
São Sebastião	0.351	0.549	0.63	0.54
Taquarana	0.375	0.541	0.60	0.51
Traipu	0.320	0.532	0.75	0.64
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE (censo demográfico 2000), IBGE (censo demográfico 2010)

Ainda com base na análise do segundo PDTRS, observa-se o crescimento do número de associações no território, que passou a contar com 480, entre associações e cooperativas rurais. Parte desse conjunto de entidades era responsável pela gestão do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e pelo fornecimento da alimentação escolar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Ao analisar o documento (BRASIL, 2011), observa-se também o surgimento de cooperativas de crédito e organizações não governamentais. O PDTRS demonstrou, ainda, a existência de um número de movimentos sociais de luta pela terra e de agricultura familiar, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras (MMTRP), o Movimento Minha Terra (MMT), entre outros. Há também 6

<sup>18</sup>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (Pnud/ONU). Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

<sup>19</sup>O Índice de Gini mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto (Ipea). Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 7 fev. 2020.

assentamentos da reforma agrária, 10 comunidades quilombolas, 7 pontos de cultura e 12 conselhos municipais de desenvolvimento rural.

Observa-se que é justamente a partir do programa Territórios da Cidadania que a organização comunitária se fortalece e melhor se organiza, pois as políticas públicas que giravam em torno do Território Agreste Alagoano, como, por exemplo, o PAA, estimularam melhor organização para atender à demanda pela produção e fornecimento de alimentos para uma rede local constituída de escolas públicas, creches e hospitais (BRASIL, 2011).

Também nesse contexto surgem os bancos comunitários com moedas próprias que visavam a apoiar os agricultores no fornecimento de empréstimos e movimentar a economia local. Um exemplo foi a criação, em 2016, do Banco Comunitário Olhos d'Água e da Moeda Social Terra, no município de Igaci, mesmo local onde está localizada a Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra), uma das operadoras do PAA no município, especialmente do PAA Leite (COSTA; LINS, 2017).

Os arranjos Produtivos Locais listados no PDTRS indicam a importância do PAA para o território e também do Pronaf, pois os programas de desenvolvimento territorial incentivaram o crescimento da produção local de grãos e de hortaliças, conforme descreve o PDTRS:

Dados oficiais atestam que a cultura do milho registrou um vertiginoso aumento de área cultivada nos últimos anos. Em 2009, a produção de milho no território foi de 16.671 toneladas (BRASIL, 2011, p. 52).

As mudanças promovidas na política de financiamento através do PRONAF Infraestrutura, quando deixou de atender a demandas municipais para priorizar o desenvolvimento territorial, fez com que o município de Arapiraca se posicionasse na vanguarda e incorporasse de imediato a nova proposta de estratégia de desenvolvimento, preservando assim sua característica de líder regional e mantendo o acesso das políticas públicas para os agricultores familiares locais (BRASIL, 2011, p.55).

O fumo cedeu consideráveis áreas para a horticultura, fruticultura, pecuária e, principalmente, para a mandioca (BRASIL, 2011, p. 57).

Além de analisar a produção agrícola local, o PTDRS apontou a necessidade de implementação de processos de educação, com ênfase em contextos de educação contextualizada, com demandas por formação de educadores, propostas de intervenção pedagógica e espaços para troca de experiências (BRASIL, 2011).

## 6.2 – O Território Alto Sertão Sergipano<sup>20</sup>

O Território Alto Sertão Sergipano é formado por 7 municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha (fig.4).

Figura 4 – Municípios do Território Alto Sertão Sergipano

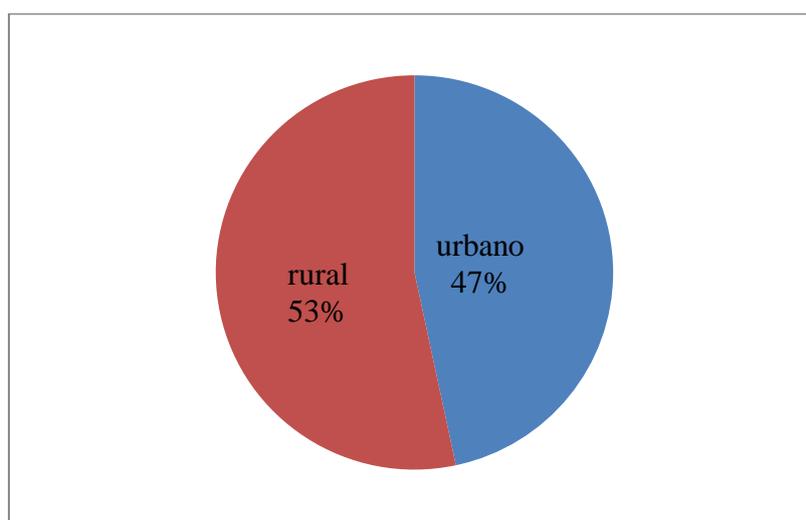


Fonte: IBGE 2010

Com um total de 146.409 habitantes, o território possui 47% de sua população localizada em áreas urbanas e 53% em áreas rurais (fig.5). O município de Poço Redondo tem mais de 70% de sua população na área rural e é considerado um dos mais rurais do país. Três dos seis municípios concentram mais de 60% de toda a população da região: Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha.

<sup>20</sup>Dados sobre o território obtidos por meio do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado em 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio008.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio008.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Figura 5– Proporção população urbana e rural



Fonte: IBGE/2010 e Incra/2014

De acordo com o perfil territorial elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que compõe o PDTRS do Alto Sertão Sergipano, 25% do total de habitantes encontram-se ocupados com atividades da agricultura familiar. São mais de 12 mil estabelecimentos de agricultura familiar no território e mais de 4 mil assentamentos da reforma agrária, conforme demonstrado a seguir (tabela 3):

Tabela 3 – Perfil territorial do Alto Sertão Sergipano

<b>Área</b>	<b>4.911,62</b>
<b>População total</b>	146.479
<b>População urbana</b>	68.339
<b>População rural</b>	78.140
<b>Nº de famílias assentadas da reforma agrária</b>	4.418
<b>Nº de projetos de reforma agrária</b>	98
<b>Nº de estabelecimentos da agricultura familiar</b>	12.833
<b>Pessoal ocupado na agricultura familiar</b>	37.179
<b>Nº de pescadores</b>	0

Fonte: IBGE/2010 e Incra/2014

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Sergipano (PTDRS), elaborado em 2006, pelo Colegiado Territorial, a água foi considerada o tema essencial para o desenvolvimento da região, localizada no Semiárido. O PTDRS traz a seguinte informação obtida a partir do processo de planejamento realizado com representantes da sociedade civil do território:

Há uma disputa entre um modelo de perímetros irrigados, cujo foco é agricultura capitalista em larga escala e altamente tecnificada (por exemplo, a fruticultura), em detrimento de um modelo onde os principais beneficiários seriam os assentados, os posseiros e os pequenos agricultores, cujo foco seria a universalização do acesso à água. Ainda segundo o documento, a disputa pelo acesso e uso da água está no fato de que a única fonte disponível de água superficial de boa qualidade para atender à população e à demanda da agropecuária é o rio São Francisco (BRASIL, 2006, p. 7).

Portanto, o documento demonstra que a diferença fundamental com relação ao uso da água no desenvolvimento da região está na posição dos atores envolvidos neste debate. Assim destacava o PTDRS à época de sua elaboração:

Enquanto o Incra e os movimentos sociais e outros atores propõem um modelo que visa a atender mais universalmente possível às populações locais e as suas atividades produtivas, o Governo do Estado de Sergipe defende o modelo de perímetros irrigados, voltado para uma agricultura capitalista em larga escala (BRASIL, 2006, p.7).

A renda do território vem, na sua maior parte, da agricultura e pecuária, representando 55% da ocupação da população no ano 2000. Destacam-se a produção de hortaliças, quiabo, feijão e predomínio da pecuária. No entanto, segundo dados do Incra, de 2003, apesar da presença de diversos assentamentos e acampamentos da reforma agrária fazendo pressão nas políticas de redistribuição de terras no território, a concentração fundiária ainda prevalece (BRASIL, 2006).

A tabela a seguir (tabela 4) apresenta a evolução dos indicadores sociais do Território Alto Sertão Sergipano para o período de 2000 a 2010:

Tabela 4 – Indicadores sociais dos municípios do Alto Sertão Sergipano

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Canindé de São Francisco	0.381	0.567	0.64	0.55
Gararu	0.391	0.564	0.61	0.61
Monte Alegre de Sergipe	0.390	0.553	0.56	0.56
Nossa Senhora da Glória	0.432	0.587	0.64	0.52
Nossa Senhora de Lourdes	0.459	0.598	0.49	0.49
Poço Redondo	0.363	0.529	0.64	0.59
Porto da Folha	0.387	0.568	0.58	0.56
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE (censo demográfico 2000), IBGE (censo demográfico 2010)

De acordo com o documento PTDRS (Brasil, 2006), 50% das escolas rurais não contavam com energia elétrica e nem água encanada, em 2006. Os problemas principais eram a questão fundiária e a indisponibilidade de água de qualidade. O documento

aponta a queda nos serviços de assistência técnica e extensão rural, com terceirização dos serviços e descontinuidade das ações.

Por outro lado, nos período de 2003 a 2015, percebe-se mais investimentos na política de crédito rural, que passou a contemplar os assentamentos da reforma agrária. Os assentamentos rurais tornam possível a moradia, a alimentação, o emprego, o lazer e a cidadania para um contingente significativo de trabalhadores sem perspectiva, ou seja, que se encontram à margem dos circuitos mercantis, sociais e políticos. Trazem, então, em seu horizonte, alternativas econômicas e sociais para uma parte significativa da população brasileira que se encontra marginalizada e excluída do processo de produção vigente. O documento PTDRS chama a atenção para esse aspecto ao relatar que:

Pode-se perceber que no plano da população pobre, os assentamentos rurais vão se formando como uma política pública de inclusão social e econômica em contraposição ao desemprego e à exclusão social. Neste contexto, vale dizer que os assentados se apresentam como uma espécie de segmento de produtores que o singulariza diante de outros segmentos de pequenos produtores agrícolas. Esse novo produtor é uma identidade coletiva, que atua sobre uma base territorial. A interação entre o assentamento e o território onde está inserido acontece por vários processos e relações sociais/econômicos/ambientais[...]. Os assentamentos representam um conjunto de espaços, onde se desenvolvem múltiplas experiências, não abstratas, mas sim projetos em construção e que apresentam uma série de relações intervenientes com atores sociais e locais (BRASIL, 2006, p.76).

Assim, encontram-se mais organizados enquanto movimentos sociais o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de coletivos de juventude. Há, ainda, cooperativas e organizações não governamentais com forte atuação no território, como o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), a Associação Mãos no Arado (Amase) e a Sociedade de Apoio Socioambientalista e Cultural (Sasac), que trabalham com questões voltadas à assessoria técnica aos agricultores e assentados e com atividades nas escolas, como o programa Cisternas nas Escolas e de Educação Contextualizada, além de oficinas de comunicação e cultura.

São atividades que contam com o apoio da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Também estão presentes no território a Cáritas Diocesana e o Projeto Dom Helder Câmara.

### 6.3 – A descontinuidade das políticas públicas nos territórios

Não se pode deixar de considerar que essa perspectiva de desenvolvimento para os municípios já ganhava peso no fim da década dos anos 1990, mas foi a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que, de fato, essa visão de articulação horizontal das intervenções públicas ganharam notoriedade (VALÊNCIA *et al*, 2018).

Nessa direção, Valência *et al* (2018) ampliam o conceito de territórios adotado pelo extinto MDA, o qual foi apresentado no início desta seção. Na compreensão dos autores, trata-se de uma política que revaloriza o espaço e os ativos territoriais:

Sob esta perspectiva, o território é concebido como uma complexa malha de negociações mediadas pelas práticas e representações dos atores. A partir deste princípio, o programa dos territórios rurais no Brasil postula o território como uma construção social e propõe ações que dinamizem esse espaço de negociação como a definição de uma visão de futuro, a constituição de grupos de participação, nomeados como colegiados territoriais, e a elaboração de planos territoriais de desenvolvimento (VALÊNCIA *et al*, 2018, p.90).

Por outro lado, é preciso refletir que o resultado de uma política pública em determinado território está associada, principalmente, à identidade social das comunidades que ali habitam. Ao contrário, serão justamente as características de uma comunidade que irão dar sentido à política pública, transformando-a ou adequando-a àquela realidade local.

Nogueira (2009) destaca que a identidade social é resultado do compartilhamento de experiências, cheiros, símbolos, palavras, fatos históricos que irá remeter os sujeitos para um significado coletivo. Para a autora, pode-se haver uma cumulatividade de identidades, pois o indivíduo pode desenvolver o sentido de pertencimento a grupos étnicos, gêneros, profissionais, religiosos, afetivos e territoriais (NOGUEIRA, 2009).

Em consonância com essa visão, Vargas (2011) afirma que as expressões, manifestações ou práticas culturais, presentes na formação das identidades, são frutos históricos de um processo de longo ou médio prazo que se materializam em produtos materiais, práticas ou linguajares e modos de pertencimento (VARGAS, 2011). Para a autora, esse conjunto de expressões, manifestações e práticas culturais se materializam nos chamados territórios identitários.

Os territórios identitários são constituídos pela valorização simbólica de inúmeras manifestações e por incontáveis grupos sociais que, ao se expressarem, ou seja, ao exercitarem e praticarem suas manifestações conformam territorialidades e tornam os territórios múltiplos e flexíveis, independentemente da forma que se expressam (VARGAS, 2011, p.101).

Vargas (2011) enfatiza a importância de se incorporar aos mecanismos de promoção do desenvolvimento territorial, no caso as políticas de intervenção, a diversidade de expressões culturais e a valorização da cultura.

Portanto, este estudo reconhece que programas de inclusão social e de desenvolvimento rural poderão percorrer diferentes trajetórias nos territórios de sua implementação, tendo em vista os sentidos identitários presentes entre os grupos territoriais. E que muitas vezes deixam de ser considerados por implementadores de políticas públicas e seus respectivos programas.

Assim afirma Bourdieu (2010) em suas análises sobre identidade e representação:

É preciso, pois, romper com o economismo — marxista ou qualquer outro — que reduz o regionalismo à paixão, ou mesmo à patologia, porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação colectiva da representação colectiva dá à transformação da realidade (BOURDIEU, 2010, p. 129).

Voltando a olhar a questão da descontinuidade das políticas públicas nos territórios, destaca-se que, apesar do número significativo de análises e aprendizados sobre o desenvolvimento rural com enfoque territorial, a partir do governo Michel Temer (2016–2018) inicia-se a desconstrução da lógica de funcionamento desse programa.

Em 2016, o MDA é extinto e reduzido a uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), com uma Direção de Desenvolvimento Rural, que substitui a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e cuja unidade de intervenção volta a ser o município (PERAFAN; ÁVILA, 2017).

Também se destaca nesse cenário a análise sobre a aplicação dos recursos federais no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), na qual identifica-se gradativo desinvestimento no programa, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento: a partir de 2015, observa-se queda considerável de recursos investidos no programa, que passou de R\$ 338 milhões

aplicados, em 2014, para R\$ 287 milhões, em 2015, chegando a R\$ 124 milhões em 2017 (BRASIL, 2018).

Em entrevista concedida à Seção Debate da Revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade (PERAFAN; ÁVILA, 2017), Cátia Grisa (professora do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) avalia que a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a paralisação do Programa Territórios da Cidadania também são elementos desmotivadores e que dificultam o protagonismo dos atores sociais que atuam nos territórios. Ela destaca:

As mudanças políticas e institucionais em curso, particularmente desde o processo de impeachment da Presidente Dilma, têm afetado as políticas para a agricultura familiar e as políticas territoriais. [...] as políticas territoriais foram paralisadas ou minimizadas e, com elas, enfraquecidos (ou esvaziados) os espaços de participação social e a democratização do Estado brasileiro. Esta é uma das principais implicações da crise vivenciada no Brasil. Minimiza-se a participação e o protagonismo dos atores territoriais na definição e construção de suas trajetórias de desenvolvimento (PERAFAN;ÁVILA, 2017, p.169).

A afirmação de Grisa corrobora com a visão de Favaretto (PERAFAN; ÁVILA, 2017) de que o desmantelamento das políticas públicas territoriais é fruto de algumas questões, tais como: (1) a frágil institucionalização dos instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento territorial, considerada um mero apêndice, sem lugar estratégico no conjunto da ação do Estado brasileiro; (2) ausência de coordenação adequada, incluindo nessa interação Estado, sociedade e mercado; (3) ausência de projeto estratégico de acesso a mercado pelos agricultores, que seguem olhando exclusivamente para os programas de compras públicas.

As afirmações dos especialistas em desenvolvimento rural se refletem na situação atual dos Territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano que, desde 2017, lidam com o desinvestimento em programas como o PAA e buscam alternativas para romper com a questão da dependência de recursos públicos federais e estaduais. Esse tema será abordado na seção Resultados e Discussão, a partir das falas dos entrevistados para esta pesquisa.

#### **6.4 – Os sujeitos da pesquisa**

Nesta seção serão apresentados os 18 sujeitos desta pesquisa, considerados as fontes de dados para o trabalho. São assessores pedagógicos, radialistas, comunicadores populares com atuação nos projetos da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA),

assessores técnicos com atuação em extensão rural de organizações não governamentais, professores com vivência em Educomunicação, agricultoras agroecológicas, cordelistas e atores de teatro com atuação nos Territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano.

Os dois territórios incluem em sua caracterização a produção agroecológica e a presença de organizações não governamentais que atuam com a comunicação popular. São nesses espaços temáticos de interseção entre a comunicação popular e a agroecologia que estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, os quais passaremos a denominar a partir de agora de comunicadores populares.

Eles vivenciaram as políticas públicas do período de 2003 a 2016 e tiveram a oportunidade de atuarem em pontos de cultura, teatros, produção agroecológica, rádios comunitárias, entre outros espaços onde as políticas públicas territoriais, de certa forma, alcançaram.

Destaca-se, ainda, que embora os dois territórios tenham participado ativamente das políticas, os seus sujeitos já traziam consigo uma história repleta de identidades e modos de vida, o que, conseqüentemente, permitiu desenhos diferenciados de implantação das políticas e dos programas.

No entanto, a intenção deste trabalho, ao entrevistar os sujeitos que serão apresentados a seguir, é compreender como a comunicação popular está presente nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano e de que forma favorece a compreensão sobre a agroecologia pela sociedade e a disseminação de políticas públicas e práticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. O primeiro passo foi identificar as expressões de comunicação presentes nos territórios, o diálogo dessas expressões com a agroecologia e os seus resultados. E, por fim, compreender como o grupo de entrevistados está lidando com a ruptura dos processos de implementação de programas de desenvolvimento territorial. A seguir, a tabela com a apresentação dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 5 – Os sujeitos da pesquisa

Nome	Território	Idade	Papel social	Instituição	Município
1. Bruna Fernandes	Agreste Alagoano	26	Assessora pedagógica	Coletivo Macambira	Palmeira dos Índios (AL)
2. Gleice Mary Gomes	Agreste Alagoano	38	Educadora e coordenadora de programas	Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra)	Igaci (AL)
3. Maria Eunice de Jesus	Agreste Alagoano	51	Coordenadora-institucional da	Associação dos Agricultores	Igaci (AL)

			Agra e presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Alternativos (Aagra)		
4.	Maria do Amparo Feitosa	Agreste Alagoano	44	Professora	Escola Municipal João Mariano Filho	Estrela de Alagoas (AL)– Comunidade rural Lagoa da Areia dos Marianos
5.	Leandro Justino Pereira	Agreste Alagoano	34	Professor	Escola Municipal João Mariano Filho	Estrela de Alagoas (AL) –comunidade rural Lagoa da Areia dos Marianos
6.	José Leão da Silva	Agreste Alagoano		Radialista	Rádio Comunitária Mundial FM	Igaci(AL)– Comunidade rural Sítio Cachoeira
7.	Nicélio da Silva Leite	Agreste Alagoano	44	Radialista	Rádio Comunitária Sertãozinho FM	Major Isidoro (AL)
8.	Maria Aparecida Vieira Barros	Agreste Alagoano	53	Agricultora agroecológica	ASA/AL	Igaci(AL)– Assentamento Unidos pela Terra
9.	Josefa Vieira Barbosa	Alto Sertão Sergipano	54	Agricultora agroecológica	ASA/SE	Poço Redondo (SE) – Comunidade Sítio Óleo
10.	Josefa Santos de Jesus	Alto Sertão Sergipano	61	Agricultora Agroecológica	ASA/SE	Simão Dias (SE) – Povoado Sítio Alto
11.	Ana Celma Gois	Alto Sertão Sergipano	61	Agricultora Agroecológica	ASA/SE	Porto da Folha (SE) – Povoado Barra das Almas
12.	Daniela Bento Alexandre	Alto Sertão Sergipano	49	Comunicadora popular e assessora técnico-pedagógica	Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (Sasac) e ASA/SE	Poço Redondo(SE)
13.	Egídio dos Santos Neto	Alto Sertão Sergipano	32	Comunicador popular e assessor técnico pedagógico	Centro Dom José Brandão de Castro e ASA/SE	Aldeia Xokó, Ilha de São Pedro, Porto da Folha(SE)
14.	Euziane Rafael Silva	Alto Sertão Sergipano	34	Militante do MPA/SE e comunicadora popular	Grupo de Teatro Raízes Nordestinas	Poço Redondo (SE)
15.	Jean Marx Santos dos Anjos	Alto Sertão Sergipano	20	Militante do MPA/SE	Grupo de Teatro Raízes Nordestinas	Poço Redondo(SE)
16.	Iva de Jesus Santos	Alto Sertão Sergipano	33	Miliante do MPA/SE e agroecóloga	Unidade de Produção Camponesa (UPC)	Canindé de São Francisco(SE)
17.	Elielma Barros Vasconcelos	Alto Sertão Sergipano	38	Coordenadora estadual do MPA/SE	Unidade de Produção Camponesa (UPC)	Canindé de São Francisco(SE)
18.	Fernanda Cruz de Oliveira Falcão	Recife (PE)	38	Coordenadora da Assessoria de Comunicação da ASA	ASA/SE	Recife (PE)

Fonte: autora da pesquisa/ano: 2020

A escolha dos entrevistados se deu por meio de técnicas de indicações mútuas (BALDIN;MUNHOZ, 2011), ou seja, de contatos pessoais com lideranças nos dois territórios para, a partir daí, ampliar o grupo de entrevistados.

Nesse sentido, os quatro primeiros entrevistados (Bruna, Daniela, Egídio e Gleice), comunicadores populares com atuação em agroecologia e em projetos da Articulação Semiárido Brasileiro, em Sergipe e Alagoas, foram escolhidos para iniciar a formação da amostra do estudo em decorrência de já terem participado de atividades de formação em comunicação popular e convivência com o Semiárido e serem considerados referências em suas respectivas áreas de atuação.

Para a seleção desta amostra utilizamos os seguintes critérios: (1) indicação dos quatro comunicadores dos dois territórios; (2) serem profissionais/mediadores que em seu dia a dia atuam com expressões da comunicação popular para dialogarem com suas comunidade; (3) atuarem em organizações não governamentais e/ou movimentos sociais que dialogam com a agroecologia.

As expressões de comunicação analisadas presentes nos territórios foram: cordel, teatro, fotografia, intercâmbio de sementes crioulas, boletins, rádio e rodas de conversa. A forma com que são utilizadas relaciona-se diretamente com a relação do sujeito com o seu território, sua história de vida e formação política. Assim, foram analisados e categorizados os depoimentos dos seguintes entrevistados:

- Quatro agricultoras agroecológicas: Ana Celma Gois, Josefa Santos de Jesus, Josefa Vieira Barbosa, Maria Aparecida Vieira Barros, moradoras dos municípios de Porto da Folha (SE), Simão Dias (SE), Poço Redondo (SE) e Igaci (AL), respectivamente. Em comum, elas destacaram a importância do boletim O Candeeiro, publicação impressa pela Articulação Semiárido Brasileiro, no âmbito do Programa Uma Terra, Duas Águas, para as suas vidas e para o resgate de sua autoestima enquanto agricultoras agroecológicas, demonstrando, por meio de suas falas e modos de vida, o diálogo com a agroecologia e as várias dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômica, ética e política (COSTABEBER;CAPORAL, 2003).

- Dois integrantes do Teatro Raízes Nordestinas<sup>21</sup>, de Poço Redondo (SE): Euziane Rafael Silva, 34 anos, e Jean Marx Santos dos Anjos, 20 anos. Os dois integram o grupo, que nasceu no meio rural, a partir do protagonismo de jovens das comunidades de Maranduba e Queimadas, filhos de agricultores que, inicialmente, queriam somente fazer o catecismo. O teatro cresceu, ganhou visibilidade e sede própria. Atualmente, tem uma estrutura localizada no centro do município de Poço Redondo e se organiza por meio da Associação Cultural Raízes Nordestinas (Acrane). Seus integrantes, em torno de 30, são da faixa etária de 16 a 35 anos, estudantes, filhos de agricultores, comunicadores populares e militantes do Movimento do Pequenos Agricultores (MPA).

Eles atuam com monólogos, apresentações em praças e centros comerciais em municípios vizinhos, nas capitais, em eventos como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, em atividades de capacitação da ASA, entre outros. Os jovens também se dedicam à produção de panfletos e cartazes. A maioria possui formação política ministrada pelo MPA. As peças do grupo possuem temáticas relacionadas diretamente com a luta camponesa, como soberania alimentar, direito à terra, agroecologia, violência contra as mulheres, respeito à diversidade, LGBT, Semiárido, homem sertanejo, entre outras. Criado em 2001, o grupo passou a se articular com o MPA a partir de 2011. Também recebeu apoio de diversos projetos, entre eles, o Projeto Dom Helder Câmara, em 2009, e o Programa Semear (IICA), em 2015.

Por meio de editais, tiveram projetos apoiados nesse período pelo Banco do Nordeste, Petrobras, ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para a coleta de dados para esta pesquisa, optamos por realizar uma roda de conversa com os jovens adolescentes que estão há pouco tempo no grupo e com os fundadores do teatro. A roda foi em abril de 2019, na sede do Grupo de Teatro, em Poço Redondo (SE). Participaram as fundadoras do grupo, Euziane e Jaqueline, e os integrantes jovens, totalizando 6 entrevistados. A roda durou aproximadamente uma hora e foi gravada para fins de utilização como fonte de dados para esta pesquisa. Utilizamos as perguntas do roteiro (Apêndice a) e incluímos novas perguntas, a fim de

---

<sup>21</sup>O grupo foi criado em 2001 como Juventude União Base da Confraternização (JUBC). Em 2005, se formalizou por meio da Associação Cultural Raízes Nordestinas (Acrane), o que permitiu participar de editais públicos para captação de recursos. Em 2011, se deu a articulação com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), quando o grupo passou a fazer parte da juventude do MPA e recebeu formação na militância com aulas e reuniões. Mais informações pelo site <http://portalsemear.org.br/boaspraticas/arte-popular-engajada/>

obtermos as respostas para as nossas questões de pesquisa evidenciadas na problemática (seção 2) deste trabalho.

Entre os participantes, destacamos para este trabalho a fala dos dois integrantes, o jovem Jean Marx, militante do MPA, e Euziane, uma das fundadoras do grupo, atualmente responsável pela coordenação.

O Raízes Nordestinas nasceu da vontade de jovens interessados em fazer a catequese e virou um grupo de teatro interessado em sistematizar as histórias dos camponeses de Queimadas e Maranduba. Atualmente, o Raízes Nordestinas participa ativamente das lutas pela reforma agrária e soberania alimentar.

- Dois comunicadores populares que integram a Articulação Semiárido Brasileiro no Estado de Sergipe, com atuação tanto no campo da agroecologia quanto no campo da comunicação popular e da cultura popular: Daniela Bento, 49 anos, e Egídio dos Santos Neto, 32 anos. Ao mesmo tempo em que esses profissionais estão nas áreas rurais desenvolvendo, junto com as comunidades, ações de assessoria técnico-pedagógica, como orientações para a conservação e recuperação dos solos, quintais agroecológicos, plantio da palma forrageira, conservação das sementes crioulas, construção de cisternas, acesso à água, entre outros, como comunicadores populares atuam na formação política das comunidades.

Um dos comunicadores populares é o assessor técnico-pedagógico do Centro Dom José Brandão de Castro. Egídio é indígena, da etnia Xokó, da Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha, Território Alto Sertão Sergipano. Ele é técnico em agropecuária. A outra comunicadora popular é a assessora técnica da Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (Sasac) e coordenadora da ASA em Sergipe. Daniela é graduada em história e representante da ASA no Estado de Sergipe.

- Duas integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que trabalham na Unidade de Produção Camponesa (UPC), um espaço de produção e formação nos princípios da agroecologia e da soberania alimentar: Iva de Jesus, 33 anos, e Elielma de Vasconcelos, 38.

A UPC destaca-se por se propor a produzir de forma agroecológica, realizando o intercâmbio de sementes, recebendo centenas de agricultores de todos os estados do país, especialmente do Nordeste, para a dinâmica de troca de sementes. É também nesse espaço em que ocorrem as trocas, o armazenamento e o cuidado com a

conservação das sementes, bem como capacitações ministradas por professores universitários, pesquisadores e pelos próprios agricultores da região.

Os agricultores agroecológicos consideram a UPC como espaço de resistência. A Casa de Sementes da UPC destaca-se por ser considerada a “Casa Mãe”, onde agricultores das chamadas “Casas Filhas” – pequenas casas de sementes instaladas nas comunidades –, levam suas sementes para trocas, armazenamento e proteção de possíveis contaminações por agrotóxicos. A chamada “Casa Mãe” foi construída com recursos do Programa de Sementes da ASA. A UPC se mantém com doações de recursos da sociedade, projetos com universidades e organizações não governamentais, comercialização de produtos da agroecologia.

O intercâmbio de sementes entre os agricultores, que ocorre periodicamente, é considerado por seus participantes e grupo coordenador não apenas uma ação técnica, mas de comunicação, pois expressa simbolicamente a luta das comunidades por sua soberania alimentar, por seus direitos a acessarem políticas públicas que lhes garantam uma produção agroecológica. Também é considerado uma ação pedagógica de aprendizagem e troca de conhecimentos entre os camponeses.

O movimento luta pela soberania alimentar por meio de ações pedagógicas formativas que buscam fortalecer a troca de sementes, bem como a formação técnica em agroecologia. Os integrantes da UPC estão organizados em Grupos de Trabalho temáticos, entre eles, o GT da Comunicação. Por meio deste GT, eles elaboram peças de comunicação, como fôlderes, cartazes e bonés.

Atualmente, a campanha “Cada Família Adota uma Semente” tem sido levada a diversas comunidades e também postada nas redes sociais da UPC, como o Instagram e o Facebook. As duas representantes entrevistadas atuam no campo, com o plantio de culturas e produção de sementes, armazenamento das sementes e tratamento para conservação, intercâmbio e em atividades políticas de fortalecimento do movimento, com ações nacionais e divulgação.

- Uma integrante do Coletivo Macambira de Comunicação e Cultura: Bruna Fernandes, 26 anos. Ela integra um grupo de comunicação popular, criado em 2011, que teve origem a partir da atuação de seus integrantes em organizações como a ASA Alagoas e a Cáritas Diocesana de Alagoas de Palmeira dos Índios. O Coletivo Macambira é um braço do trabalho de comunicação que a ASA Alagoas realiza no Território Agreste Alagoano. Seus comunicadores são assessores pedagógicos, com

experiência em desenhos de oficinas com temáticas que trabalham elementos como ancestralidade, identidade, agroecologia, convivência com o Semiárido, entre outras. Utilizam a arte, a cultura popular do Nordeste, as sementes, as técnicas de contação de histórias, a antropologia visual, a construção de narrativas para a produção de vídeos, áudios e vivências.

Segundo Campos (1996), a antropologia visual se caracteriza por ser um registro fotográfico que assume o formato de documento antropológico. Portanto, na perspectiva da autora, não basta apenas um fotógrafo experiente com o pleno domínio do equipamento, mas alguém dotado de sensibilidade investigadora capaz de elaborar uma seleção consciente entre a realidade observada e a captada, fundando-se assim outro olhar sobre grupos sociais desconhecidos.

- Duas assessoras técnicas da Associação dos Agricultores Alternativos (Aagra): Gleice Mary Gomes, 38 anos, e Maria Eunice de Jesus, 51 anos. Para compreender o papel das entrevistadas nos processos de comunicação popular faz-se necessário realizar um resgate da história da criação da Aagra, que em determinados momentos confunde-se com a dos movimentos eclesiais de base no Território Agreste Alagoano.

A Aagra foi fundada em 1989 com o objetivo de fazer uma agricultura diferente em oposição ao modelo vigente. Porém, antes de sua criação, os agricultores já se organizavam nas feiras e utilizavam como instrumento de comunicação um sistema de som que convidava os agricultores para se reunirem naquele espaço para participarem de debates, discussões e processos formativos durante a feira. Envolvia as comunidades eclesiais de base e foi assim que o movimento foi se organizando e os debates foram se aprofundando na temática da agricultura alternativa.

Atualmente, as duas integrantes da Aagra coordenam projetos de desenvolvimento rural sustentável, produção e comercialização solidária, bem como Educação do Campo e Agroecologia, além de implantação de tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido. Seus associados são agricultores familiares residentes em comunidade rurais do Território Agreste Alagoano, com sede no município de Igaci. A Aagra completou 30 anos de existência em 2019. Tem como missão promover a melhoria da qualidade e do nível de vida dos agricultores familiares por meio da produção e da comercialização de seus produtos agroecológicos, do apoio à conservação de seus recursos naturais e do resgate de valores culturais. A gestão da instituição está

organizada em quatro programas: Gestão da Água, Educação e Agroecologia, Gestão Institucional e Produção, e Comercialização.

Localizada em Igaci, interior de Alagoas, a Aagra possui um componente forte de comunicação presencial, por meio de rodas de diálogos, que promove periodicamente com seus associados e também com jovens filhos de agricultores agroecológicos. É assim que a maioria de seus processos acontece, por meio de reuniões presenciais com os agricultores, onde místicas, arte, contação de histórias, música também são elementos utilizados nos encontros. A instituição ministra ainda um curso de agroecologia para jovens, filhos de agricultores, e recentemente executou o projeto "Metodologia de produção pedagógica de materiais multimídia com enfoque agroecológico para a agricultura familiar" (Pedagroeco), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>22</sup>. Cerca de 25 jovens foram convidados pela organização a participarem de um processo de formação continuada na qual tiveram a oportunidade de aprender a produzir vídeos, programas de rádio, cordéis, ilustrações sobre a temática da agroecologia.

É também na Aagra que se encontra uma experiência que tem sido referência para as demais localidades: o Banco Comunitário Olhos d'Água, uma parceria entre a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Campus de Arapiraca, por meio do Projeto Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Ufal, que permitiu a criação do banco, com a utilização da Moeda Terra, utilizada como dinheiro para a compra de produtos em farmácias, supermercados, feiras, lojas, entre outros estabelecimentos comerciais de Igaci, totalizando 33.

- Dois professores da Escola Municipal João Mariano Filho, que lideraram o processo de formação e de atuação dos alunos em comunicação popular: Maria do Amparo, 44 anos, e Leandro Justino, 34 anos. Os dois professores coordenaram diversos trabalhos realizados em parceria com a ASA Alagoas. E como resultado foram produzidas peças de teatro, campanhas contra a poluição da lagoa, bem como uma caminhada de estudantes, professores e famílias até a lagoa para refletirem sobre o fato

---

<sup>22</sup>Projeto coordenado pela Embrapa, em parceria com movimentos sociais do campo da agroecologia em cinco estados brasileiros: Alagoas, Sergipe, Bahia, Piauí e Paraíba. Tem como objetivo a produção audiovisual de autoria dos próprios participantes do projeto, jovens filhos de agricultores e estudantes de escolas de educação do campo, com a sistematização de experiências agroecológicas de seus territórios. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30840160/projeto-pedagroeco-realiza-primeiras-oficinas-de-formacao-com-juventude-rural>>. Acesso em: 8 fev. 2020

de o volume de água estar baixando, bem como sobre a questão do lixo espalhado pelo meio ambiente.

- Um integrante da Rádio Comunitária Mundial FM, localizada no Sítio Cachoeira, em Igaci: José Leão da Silva, coordenador da rádio situada bem no coração da comunidade, em uma propriedade rural, que, em 2011, época do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, foi reconhecida como Ponto de Cultura Meninos do Sítio, espaço aberto à comunidade onde se realizam apresentações folclóricas, musicais, teatrais típicas da região.

A rádio é bem conhecida pelos moradores, no entanto, há cerca de um ano, interrompeu suas transmissões diárias e passou a funcionar quinzenalmente, nos fins de semana. Foi criada no começo dos anos 2000, por intermédio da Associação Comunitária de Arte e Cultura do Agreste (Aaca). Situada na zona rural denominada Sítio Cachoeira, a rádio já chegou a ter programação diária das 6h às 18h. Atualmente, funciona somente aos domingos, quinzenalmente, das 6h às 14h, quando o coordenador, José Leão da Silva, está na comunidade. Ele é o fundador da Associação e coordenador da rádio. Reside em Maceió.

- Um integrante da Rádio Comunitária Sertãozinho FM 104,9, de Major Izidoro: Nicélio Leite, 44 anos. Nicélio começou sua carreira como radialista da Rádio Comunitária Sertãozinho FM. A emissora é comunitária e integra a Associação Comunitária Major Izidoro, tem 20 anos de existência e funciona com apoio cultural de estabelecimentos comerciais. São três locutores responsáveis pela programação diária da emissora. Os temas são os mais variados possíveis: vão de serviços, como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, moradia, habitação, até músicas sertanejas. A rádio<sup>23</sup> tem um perfil semelhante a uma emissora comercial do interior.

- Também foi realizada entrevista com Fernanda Cruz, jornalista e coordenadora de Comunicação da Assessoria de Comunicação da ASA (Asacom), instância da ASA com sede no Recife, responsável pela articulação do trabalho de comunicação nos

---

<sup>23</sup>Rádio Comunitária de Sertãozinho FM 104,9 está disponível também pela internet: <https://onlineradiobox.com/br/sertaozinho/?cs=br.sertaozinho&played=1>

territórios, por meio de diálogos com os representantes das organizações não governamentais nos estados e seus respectivos comunicadores/assessores técnicos ou pedagógicos. Importante destacar que do universo entrevistado neste estudo, não foram identificados comunicadores populares com formação acadêmica em jornalismo. Entre os chamados “comunicadores populares” e “assessores técnicos”, a formação acadêmica dos entrevistados está dividida em: pedagogia, história, sociologia, técnico em agropecuária, técnico em agroecologia. Outros possuem o ensino médio com registro de radialista ou apenas o ensino médio.

#### **6.4.1 – Como nasceu a denominação “comunicadores populares” no Semiárido**

Os sujeitos desta pesquisa, de alguma maneira, direta ou indiretamente, se relacionam, a partir de suas instituições, com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil ou simplesmente ASA).

A ASA é uma entidade composta por organizações da sociedade civil, que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com o Semiárido. Dela fazem parte atualmente cerca de 3 mil instituições, presentes em toda a região semiárida, e que trabalham com o tema da convivência (PORTAL ASA).

Para vinculação dessas entidades à ASA não é necessária nenhuma formalização financeira, como pagamento de mensalidades, anuidades ou taxas similares. Assim, a vinculação de uma instituição à ASA está associada à partilha de valores e princípios da convivência com o Semiárido, marcados na Carta de Princípios da ASA (anexo A) e na Declaração do Semiárido Brasileiro<sup>24</sup>.

São diversos os perfis das instituições vinculadas à ASA, entre elas, entidades ligadas à Igreja Católica, advindas de movimentos sociais, ONGs do campo do desenvolvimento territorial sustentável (frequentemente com enfoque agroecológico e/ou na agricultura familiar). Porém, cada uma delas possui suas próprias dinâmicas, públicos e modelos de gestão diferentes e independentes.

Neste estudo, do total de sujeitos entrevistados (18), apenas os professores da Escola Municipal João Mariano Filho e os radialistas da Rádio Comunitária Mundial FM e da Rádio Sertãozinho FM não estão vinculados à ASA.

---

<sup>24</sup>Disponível em: <[https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO\\_DO\\_SEMI-ARIDO.pdf](https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Para melhor compreensão deste trabalho, esta pesquisa considerou relevante explicitar aqui a dinâmica de funcionamento da ASA e como foi institucionalizada a figura do comunicador popular, no âmbito da organização.

Contudo, cabe esclarecer também que a figura do comunicador popular não se esgota na ASA. Eles estão presentes de forma não institucionalizada, nos diversos espaços do Semiárido, como no teatro Raízes Nordestinas, no Coletivo Macambira de Comunicação, nos espaços agroecológicos, onde as agricultoras recebem diversas caravanas para troca de experiências e saberes, e também nos espaços do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Mas, para fins de compreensão do sentido da palavra “comunicadores populares”, este trabalho utilizou como referencial Santos (2015), que, em sua dissertação de mestrado, buscou situar a figura dos comunicadores na estratégia de atuação da ASA.

Em 2002, nasceu a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), com sede no Recife (PE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico, formalizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

No âmbito da AP1MC estão os principais programas da ASA: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2). É nesse espaço que a comunicação popular está inserida nas práticas da ASA.

A comunicação popular foi uma estratégia adotada pela ASA ao reconhecer a necessidade de envolver as famílias agricultoras que conquistaram o direito de acesso às cisternas a se tornarem mais participativas nos processos de políticas públicas. Nessa direção, a ASA contratou comunicadores populares (jovens moradores dos territórios com as mais variadas formações acadêmicas) para atuar com a elaboração do boletim O Candeeiro, programas de rádio, oficinas de gerenciamento de recursos hídricos, e outros processos que incluíam a comunicação popular, feita pelo povo e para o povo.

A esse processo de contar as histórias e as experiências dos agricultores agroecológicos participantes do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), a ASA denomina “sistematização de experiências”.

Segundo Santos (2015), é papel da sistematização valorizar e reorganizar o saber acumulado nas comunidades, municípios e territórios, retroalimentando a formulação de novos conteúdos. A ASA compreende que esses processos de sistematização se

apresentam enquanto práticas coletivas de resgate e registros de saber local, no âmbito da convivência com o Semiárido, segundo Santos:

O P1+2 avançou na atuação política e metodológica, em relação ao P1MC, quando passou a se preocupar com a construção/sistematização do conhecimento gerado pelas experiências de convivência com o Semiárido, a partir das práticas de famílias que acessaram tecnologias sociais como àquelas de acesso à água, e tiveram mudanças no seu cotidiano em função delas. A construção desse conhecimento se deu a partir da socialização, viabilizada por intercâmbios entre agricultores, grupos locais e técnicos, de diversas comunidades, municípios e estados (SANTOS, 2015, p.51).

Cabe aos comunicadores populares da ASA com atuação nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano atuar como sistematizadores das experiências vivenciadas pelos agricultores do Semiárido.

Contudo, para efeito de esclarecimento, destaca-se que esta pesquisa não entrevistou somente comunicadores populares vinculados à ASA. O recorte inclui tais comunicadores, porém não é o critério de seleção da amostra deste trabalho. Os atores sociais foram selecionados para esta amostra a partir de suas vivências em organizações não governamentais com comunicação popular (teatro, rádio, fotografias, comunicação presencial, contação de histórias, cordel) e possíveis diálogos com a agroecologia.

## 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção e em suas partes serão descritos e analisados como os sujeitos desta pesquisa compreendem o papel da comunicação popular em seus espaços de atuação e como essa comunicação se relaciona ou não com a agroecologia nos dois territórios em análise.

Por meio de entrevistas com perguntas abertas, focadas nas histórias de vida e na atuação dos comunicadores, bem como vivências e observações, buscou-se identificar como a comunicação popular acontece nos locais, sua relação com a agroecologia e se as comunidades que a adotam ou a utilizam ampliam suas capacidades de compreender a dinâmica dos seus territórios e de acessarem as políticas públicas locais.

Buscou-se compreender também qual é a percepção dos entrevistados acerca da descontinuidade das políticas públicas em seus territórios, uma vez que os impactos da redução dos aportes financeiros em programas como Construção de Cisternas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), entre outros, já estavam sendo sentidos por ocasião da visita de campo realizada para a coleta de dados deste estudo<sup>25</sup>.

Assim, para melhor compreensão e análise dos dados coletados, foram criadas categorias, em um processo que Strauss e Corbin (2008) denominam de codificação aberta. Segundo os autores, “durante a codificação aberta os dados são separados em partes distintas, rigorosamente examinados e comparados em busca de similaridades e diferenças” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 104).

Para os autores, um analista codifica para compreender os fenômenos: “Conceituar, definir categorias e desenvolver categorias em termos de propriedades e dimensões – e depois relacionar categorias por meio de hipóteses ou de declarações de relações” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 121).

Dessa forma, este estudo agrupou os dados obtidos nas seguintes categorias: (a) autonomia dos sujeitos; (b) Semiárido e imaginário popular; (c) agroecologia; (d) políticas públicas; (e) rodas de conversa. O objetivo dessa categorização é identificar e agrupar temas e conceitos para serem objetos de análise das questões da pesquisa,

---

<sup>25</sup>Disponível em: <<http://jornaldealagoas.com.br/rural/26009/2019/05/23/entidades-denunciam-descaso-com-a-agricultura-familiar>> . Acesso em: 23 maio 2019.

relacionando todas essas categorias entre si e com o elemento central deste trabalho: a comunicação popular.

## **7.1– O PAPEL DA COMUNICAÇÃO POPULAR PARA A AUTONOMIA DOS SUJEITOS**

O conceito de comunicação popular, segundo Doimo (1995), redefiniu os marcos de problemática da comunicação. Durante muito tempo, falar de comunicação significava falar de meios, canais, mensagens. Com a comunicação popular, outras categorias passaram a ser consideradas, como a cultura, a relação e a interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo. Para a autora, trazer a comunicação para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito, da resistência e conseqüentemente a ideia de ação e práxis. Portanto, a comunicação popular é uma prática em conflito, interclasses e intraclasses.

Completando essa compreensão conceitual, Puntel (1994) demonstra que a comunicação popular surgiu de grupos de camponeses ou de trabalhadores falando entre si e para si, é resultado de um processo, realizando-se na própria dinâmica dos movimentos populares. Uma de suas características é a questão da participação voltada para a mudança social (PUNTEL, 1994).

Partindo-se da visão de comunicação popular de Puntel (1994) e de Doimo (1995), nesta seção será descrita e analisada a relação entre a trajetória de vida dos entrevistados e a relação com a comunicação popular para, a partir dessa análise, inferir se a comunicação popular está ou não contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos desta pesquisa.

Importante enfatizar que todos os processos de comunicação popular aqui categorizados relacionam-se diretamente com o conceito de agroecologia, ciência, na concepção de Petersen (2013), de abordagem sistêmica, que considera os processos sociais e o fluxo de saber entre os próprios agricultores. Portanto, esta pesquisa se referencia na compreensão que todos os elementos aqui considerados estão inseridos nas dimensões da agroecologia e da sustentabilidade ambiental: social, ecológica, política, econômica e ética (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Retomando ao tema desta seção, a comunicação popular e a autonomia dos sujeitos, percebe-se, a partir dos depoimentos dos entrevistados, que a cultura é um

elemento presente na formação das comunidades, estimula reflexões, e, por conseguinte, contribui na formação do pensamento crítico (DESGRANDES, 2010).

Isso pode ser notado a partir da visão de uma das entrevistadas, ou seja, que a cultura presente na identidade de um local também contribui para a forma como a comunicação popular acontece em um território: “Quando há no local uma ebulição de identidades, a comunicação acaba se dando de maneira muito forte” (Daniela).

A entrevistada também reforça a visão de Doimo (1995) sobre a incorporação de elementos, como cultura, resistência e conflito, quando se trata de comunicação popular. Daniela cita:

“É difícil trabalhar determinadas pautas só dentro do conceito teórico, então, a poesia me abre portas. A questão sobre violência doméstica na comunidade, a campanha da divisão sexual do trabalho, se você chega com uma poesia, as mulheres, as comunidades, elas começam a se desarmar” (Daniela).

Segundo Vargas (2011), com a divisão recente dos estados em territórios, a cultura passou a incorporar o planejamento de desenvolvimento em Sergipe. Vargas (2011) realizou pesquisa nos 75 municípios para realizar o inventário cultural estadual e o atlas da cultura sergipana. Pode-se notar que a visão da autora possui relação com as afirmações, citadas anteriormente pela entrevistada Daniela, de que a comunicação no Território Alto Sertão Sergipano dialoga fortemente com a questão das identidades e da cultura popular (fig.5).

Figura 6 – A comunicadora popular Daniela Bento utiliza o cordel como instrumento de trabalho em suas capacitações técnicas



Foto: Maria Clara Guaraldo, Poço Redondo (SE), 2019

Compreende-se por cultura popular, neste trabalho, um movimento ou um instrumento de luta política em favor das classes populares (FÁVERO, 1983). Para o autor, a cultura popular surgiu como crítica não apenas à maneira como se pensava folclórica e ingênua a cultura do povo brasileiro, mas principalmente se contraponto aos usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares, reforçada por meio dos aparelhos de reprodução de uma cultura colonizada. Fávero menciona:

É popular a cultura quando é comunicável ao povo, isto é, quando suas significações, valores, ideais, obras, são destinados efetivamente ao povo e respondem às suas exigências de realização humana em determinada época; em suma, à sua consciência histórica real. É popular a cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente do processo histórico em que se acha inserido (FÁVERO, 1983, p.23).

A análise do documento Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), do Território Alto Sertão Sergipano (BRASIL, 2006), nos permitiu observar a presença forte das tradições culturais no Território Alto Sertão Sergipano, constatação que fortalece a visão enfatizada por Fávero (1983) de que, em ambientes onde prevalecem fortes tradições culturais, o sujeito se faz protagonista de sua própria história.

Especificamente no caso do Território Alto Sertão Sergipano, o PTDRS o descreveu como um território multicultural e, ao mesmo tempo, de disputas, onde habitam assentamentos da reforma agrária, atingidos por barragem devido à Usina Hidrelétrica do Xingó, comunidades quilombolas e indígenas. No local, importantes manifestações culturais, como a literatura de cordel, o aboio dos sertanejos, a cavalhada, a troca de sementes crioulas, o artesanato indígena e da população ribeirinha (BRASIL, 2006) se somam à cultura das benzedeiros, parteiras, doceiras e bordadeiras.

É por meio do cordel, por exemplo, que a riqueza da cultura semiárida é retratada, assim como é pelo teatro e pelas cantorias que surgem importantes mensagens de luta contra a seca e de valorização do Semiárido enquanto um espaço de riqueza e de convivência. Portanto, percebe-se que as expressões culturais mapeadas nesses territórios relacionam-se diretamente com o nível de participação social e comunitária (ASA, 2018).

Na visão da entrevistada Daniela Bento, trata-se de um conjunto de manifestações culturais e tradições que se contrapõem ao turismo massificado, representado pela construção da Usina Hidrelétrica do Xingó. Com a usina, formaram-

se os cânions do São Francisco e as praias, que atualmente atraem turistas para os municípios ribeirinhos do Alto Sertão sergipano, especialmente Canindé de São Francisco (SE), que faz divisa com o município histórico de Piranhas (AL). Essa contradição cultural é assim explicitada pela entrevistada:

“Há um enfrentamento entre a cultura local e suas manifestações artísticas e o turismo, com seus hotéis, restaurantes, bares que causam profundos impactos ambientais. Nem todas as pessoas que estão envolvidas neste debate discutem essa ebulição e esse choque cultural. Então nós fazemos a luta e a resistência para manter nosso território por meio da comunicação popular. Quando você faz uma reunião com a pastoral dos pescadores, por exemplo, lá em Bom Sucesso, você discute o rio e ali entra, por exemplo, o cordel, mas também vai entrar a fala daqueles que sofrem os impactos e que assistem à morte do seu rio” (Daniela).

A exposição acima contribui para a reflexão sobre a convergência entre comunicação popular e cultura popular, pois cultura e arte ocupam espaço importante na comunicação popular, já que são experiências que adotam diferentes linguagens para transmitir importantes mensagens que buscam a transformação social, principal propósito da comunicação popular, na visão de Puntel (1994).

Para reforçar esse pensamento, apresentamos o documento da ASA intitulado “Comunicação popular no Semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida”, que diz: “é impossível elencar os diferentes meios que são utilizados por esse povo para expressar o seu jeito de conviver com o Semiárido. São tantas formas de fazer essa comunicação popular que fica difícil sistematizá-las” (ASA, 2018, p. 17).

A ASA, por meio do documento citado, considera expressões de comunicação popular os seguintes meios: contação de histórias, teatro, rádio poste ou rádio comunitária, rodas de leitura, rodas de debates, intercâmbios de conhecimentos (ASA, 2018).

Com esse mesmo propósito, o Grupo Cultural Teatro Raízes Nordestinas, do município de Poço Redondo, aposta na arte-educação, feita com e para jovens do Alto Sertão Sergipano como estratégia de valorização da identidade sertaneja e melhoria da qualidade de vida das populações.

O grupo, que completou 18 anos em 2019, nasceu da necessidade de articulação dos jovens em torno de objetivos comuns e em processos que buscassem a emancipação e a autonomia dos sujeitos. Isso pode ser observado a partir da narrativa de Euziane, uma das fundadoras do teatro:

“A gente queria mudar aquele contexto, dar significado para a juventude. Começamos a olhar um pouco mais para os nossos problemas. Na comunidade, tinha famílias que eram alcoólatras [...] o marido bebia o dinheiro todo em cachaça, batia na mulher, nos filhos [...] e isso se repetia cotidianamente[...]. Então fomos nos envolvendo em processos comunitários, sociais e no final do ano montamos o primeiro texto de teatro para apresentar na festa da padroeira. Encenamos a questão do alcoolismo, a vida da família, partindo de um pai alcoólatra e em como se dava a relação com o filho, com a mulher, com a comunidade” (Euziane).

O depoimento revela que, a partir dessa experiência, a metodologia de trabalho do grupo começou a ser delineada, surgindo proposta de construção das peças teatrais com a perspectiva da arte-educação. Por serem filhos de agricultores e, posteriormente, terem se engajado na luta pela terra e pela soberania alimentar, por meio do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Teatro Raízes Nordestinas hoje é bem diferente de quando começou.

Um dos primeiros contratos do grupo foi para atuar em peças voltadas para a sensibilização sobre o Programa DLIS (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), do governo Fernando Henrique Cardoso (Portal Semear, 2019).

No entanto, podemos notar no depoimento seguinte que a formação política dos integrantes do teatro Raízes Nordestinas junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) contribuiu para provocar mudanças em sua visão de mundo, e, conseqüentemente, para sua autonomia enquanto sujeito social.

“A gente já não dialogava muito bem com a política do Sebrae, não ia se identificando [...] já vai ficando distante, não se aproximando do povo [...] aí fomos conhecendo, nos identificando com o MPA. A gente precisava beber na formação política, então fomos adentrando, fomos virando raiz, tronco, folha, e por aí a gente foi avançando. [...] a nossa arte hoje é uma ferramenta que contribui pra essa formação social e política” (Euziane).

De acordo com os depoimentos, o grupo percebe o teatro como espaço de formação política, estratégia de mobilização social, de formação técnica para o agricultor, oportunidade de mostrar ao público o que é o Semiárido e a Caatinga, conforme relato a seguir:

“O nosso teatro não é somente um processo de arte de entretenimento, é também uma ferramenta de transformação. [...] A gente apresentava uma peça e começava a ver as pessoas participando[...] Querendo resolver os problemas” (Euziane).

Os relatos da entrevistada têm certa proximidade com o que propõe Walter Benjamin (1993), filósofo alemão citado por Desgranges (2010), segundo o qual o ouvinte de uma história, ao ouvi-la, compreendê-la em seus detalhes e empreender uma atitude interpretativa “choca os ovos da sua própria experiência, fazendo nascer deles o pensamento crítico” (BENJAMIN, 1993 *apud* DESGRANGES, 2010, p.6).

Segundo Desgranges (2010), a imagem de chocar os ovos da sua própria experiência está relacionada com a ideia de que o espectador, para compreender a história que lhe está sendo apresentada a partir da peça teatral, recorre ao seu patrimônio vivencial, suas histórias de vida e experiências, revê e reflete sobre seus pensamentos históricos e os confronta com a narrativa apresentada, surgindo daí o pensamento crítico que contribui para a conquista da autonomia dos sujeitos.

O pensamento de Desgranges (2010) também se reflete na fala de outro entrevistado deste estudo. Ele diz:

“Por isso, a gente luta para que essa comunicação popular busque histórias lá na raiz, vá a fundo mesmo. [...]É no cordel, é no teatro, é em uma divulgação de uma atividade em uma rádio comunitária, isso é o bacana da comunidade, pois ela valoriza essas ferramentas de base. [...] E você vai se identificar com aquele depoimento, com aquela experiência de troca de sementes. [...] Muitas vezes eu sou um camponês lá dentro de mim e ainda não sei disso, não valorizo” (Egídio).

O relato acima é do indígena Egídio dos Santos Neto. Observou-se que o fato de o entrevistado valorizar sua origem indígena e sua cultura, contribuiu fortemente para que ele percebesse que, para além de assessor técnico-pedagógico em agropecuária, seu papel também é o de comunicador popular que busca, em seu dia a dia, divulgar e valorizar as identidades locais e as origens da agricultura familiar ou camponesa. Ainda com essa reflexão sobre o papel da comunicação popular, Egídio acrescenta:

“Não é só divulgar aquela experiência, mas entender como nasce a experiência da família [...] isso pra mim é comunicação popular. Não é só você tirar a foto de uma agricultora ou agricultor. É entender qual é a estrutura da propriedade, o que ele faz, como conquistou a propriedade. A comunicação popular entende aquela estrutura familiar, seu histórico e não só a prática agrícola. Então a comunicação popular nos faz ter esse olhar humano de fato. Por isso a gente vai entender porque no Semiárido tem vida e resistência” (Egídio).

Pode-se interpretar que a compreensão do entrevistado circunscreve-se no que teoriza Freire (1983), para quem o extensionista deve exercer o papel de agrônomo educador, que valoriza e considera o camponês como um ser cultural e dialógico.

Com esse mesmo entendimento, o Coletivo Macambira valoriza sua estratégia de atuação em comunicação popular por meio da antropologia visual, na qual registros fotográficos de agricultores, indígenas, quilombolas, mulheres, praticantes de religiões de matriz africana passam a transportar-se para a esfera das funções sociais, como forma de perpetuação dos momentos da vivência histórica do homem (CAMPOS, 1996).

Na visão dessa autora, “no campo da antropologia visual a fotografia capta a aura da realidade e a transforma em imagens singulares compostas por elementos espaciais e temporais, mesmo que sejam apenas registros de frações das descobertas” (CAMPOS, 1996, p.278).

A autora enfatiza, no entanto, que para o registro fotográfico assumir o formato de documento antropológico, não basta apenas um fotógrafo experiente com o pleno domínio do equipamento, mas alguém dotado de sensibilidade investigadora, capaz de elaborar uma seleção consciente entre a realidade observada e a captada, fundando-se assim outro olhar sobre grupos sociais desconhecidos.

Os relatos obtidos mostraram que, entre as propostas de construção de metodologias de comunicação e educação popular, está a de atuar no sentido de (re) construir narrativas sobre o Semiárido brasileiro a partir das histórias de seus povos, especialmente das populações tradicionais.

Para isso, o Coletivo Macambira utiliza recursos da antropologia visual, de contação de histórias e de oficinas de valorização das identidades e ancestralidades, conforme anuncia a fala da entrevistada seguinte:

“A gente dá visibilidade a esses povos para que eles possam refletir e contar suas histórias. [...] Sem criar essa visão romaneada sobre o índio que habita o sertão, algo bem diferente daquele índio que turista gosta de ver. [...] São eles que vão nos dizer a imagem que querem passar. A ideia não é chegar e fotografar o índio fazendo isso ou aquilo, mas vivenciar com ele um processo de comunicação onde vamos construindo juntos a imagem. Não a imagem que eu tenho, mas a imagem que eles querem. E é dessa forma que vamos refletindo e construindo as narrativas dos povos tradicionais do Semiárido” (Bruna).

Os conteúdos dos relatos nos mostram que a experiência e a ação dos sujeitos históricos estão pautados em uma comunicação popular, conforme descreve Puntel (1994), para quem a comunicação não é vista apenas como algo que ocorre entre

receptor e emissor, mas como um processo participativo que se torna símbolo de oposição a um modelo autoritário e hegemônico.

É também um contraponto à Indústria Cultural, que na visão de Moraes *et al* (2014) homogeniza a cultura e enfraquece a capacidade criativa e reativa dos indivíduos: “Diversidade só se alcança com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais” (MORAES *et al*, 2014, p. 49). Na concepção do autor, somente a diversidade de pensamentos, de culturas e de modos de ser e agir irão assegurar uma comunicação transformadora capaz de enfrentar os processos hegemônicos da Indústria Cultural.

As ações aqui descritas pelos sujeitos desta pesquisa indicam também que há uma busca constante pela construção da autonomia, de acordo com o que propõe Freire (1983), para quem é preciso ser dialógico para se alcançar o humanismo verdadeiro.

### 7.1.1 – O Candeeiro: luz para “alumiá” os caminhos do sertão

Contar uma história utilizando-se das narrativas dos próprios agricultores e agricultoras do sertão é objetivo do Boletim O Candeeiro. Nos dois territórios, a ASA desenvolve um trabalho de comunicação popular, por meio do boletim, que busca sistematizar a experiência do camponês ou da camponesa, mas a partir do olhar não do comunicador que escreve a história, mas de quem conta.

Ao mesmo tempo em que o material é informativo, pois divulga as ações que estão ocorrendo no Semiárido a partir das experiências das organizações que compõem a ASA e executam os programas Uma Terra, Duas Águas(P1+2)<sup>26</sup> e Sementes do Semiárido, também trabalha com a questão da sistematização de experiência, na visão de Holliday (2006) e Falkembach (2000).

Para Holliday (2006), sistematizar uma experiência “é apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido” (HOLLIDAY, 2006, p. 21). Ele também explicita que sistematizar é:

interpretação crítica de uma ou de várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (HOLLIDAY, 2006, p.24).

---

<sup>26</sup>Programa Uma Terra, Duas Águas: terra para plantar e água das cisternas para consumo das famílias e para produção. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 17 jun. 2019

Em uma visão complementar, Falkembach (2000) aponta que a sistematização é uma ferramenta usada pelos movimento sociais para a recuperação e a reflexão das experiências vivenciadas, transformando o processo em espaços de discussão e aprendizagem, produção de conhecimentos e dialética.

O Candeeiro (figuras 7 e 8) tem versão impressa, publicado desde o início do P1+2, em 2007, e uma versão em *banner*, publicado desde 2012. O *banner* é uma produção que não está vinculada à versão impressa e tem o foco em imagens. Para este estudo, foram utilizadas para análises quatro experiências de agricultoras agroecológicas que foram retratadas na versão impressa do boletim de quatro páginas, no tamanho A4.

O informativo tem o mesmo modelo para cada rede estadual que o publica (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), no entanto, conta com uma identificação em cores diferentes para cada um dos estados.

Cada boletim é impresso com uma tiragem de 1.000 exemplares, e todos os exemplares devem ser entregues à família protagonista da história contada, para que possa utilizar da forma que desejar. Há casos, inclusive, nos quais as famílias ou as mulheres protagonistas do boletim se tornam referência em seus espaços de atuação, como nas feiras agroecológicas, nas associações ou cooperativas, a partir da distribuição do boletim que conta a sua história. Por sua vez, a ASA disponibiliza os exemplares dos boletins O Candeeiro, publicados a partir do ano de 2013, em sua página na internet. Lá é possível não só acessar os boletins, mas também fazer o *download* de cada um deles.

Figura 7 – Boletim O Candeeiro, ano 8, nº 1688, traz a história de Josefa de Jesus

### Dona Josefa, guardiã de histórias e sementes do Sitio Alto.

Dona Josefa e suas sementes



Sítio Alto descende de escravo  
 Daqueles negros sofridos  
 Que cresceram sem saber  
 O que era escola e cidadania  
 Nada disso eles sabiam  
 Nem direito nem dever  
 (Trecho do Hino do Sítio Alto - Composição Dona Josefa)

Em um tempo que o conceito de modernidade e produção de sementes passa pelos caminhos tortuosos da manipulação genética e a transgênia, registrar a história de Dona Josefa ganha uma significância toda especial.

A história de Josefa Santos de Jesus, 56 anos, conhecida como Dona Josefa ou Finha, casada com seu José (Zé de Toló), confunde-se com a própria história da sua localidade, o Sítio Alto, pequeno povoado localizado aproximadamente a 15 km da sede do município de Simão Dias – SE. Esse povoado guarda entre seus recortes montanhosos os registros da história de um povo negro que ainda hoje lutam pelo reconhecimento de povo quilombola.

Adentrar esses serrotes na companhia das memórias de Dona Josefa, é entrar em contato com a vida das 125 famílias que ali habitam e pelo menos 300 anos de histórias a serem contadas e registradas. É revisitar através dos tempos a luta permanente pela terra, quando até hoje, a parcela de terra para os que a possuem não ultrapassam duas lafeias. É poder sentir toda a resistência e luta dos povos negros em terras brasileiras, que ela nós conta, cantando o Hino da Comunidade composto por ela.

Assim esse relato poderia seguir qualquer trilha tão rica é a vida desse povo, tão vivas são as memórias de Dona Josefa, mas aqui essa história será contada a partir das suas sementes crioulas. Dona Finha é considerada na comunidade como a guardiã das sementes do Sítio Alto, em razão da quantidade e variedade de sementes que ela armazena, bem como a sua disponibilidade em doar aquelas que querem fugir da semente comprada e adulterada.

Fonte: acervo ASA, 2014

Figura 8– Boletim O Candeeiro, ano 12, nº 2386, conta a história de Ana Celma Góis

“TRANSFORMANDO SONHOS EM SOFOS”

“Um dos meus sonhos era de tocar um instrumento, e se fosse como outros, me agraço a quem deu. Realizá-lo ficou aqui em casa, com o fôlego do meu saxofone e os meus dedos, vez de a dia e estardecer”.



... Eu tenho esse sonho há muito tempo, mas não tinha dinheiro para comprar um saxofone. Já vi pagando pouco e já vi pagando muito. E foi subindo em escada. Só numa vitrolinha fazer. De lá de aqui quando...  
 E digo  
 Eu agradeço a Deus o criador soberano  
 Por me dar forças e coragem  
 Pra realizar os meus planos  
 E eles por não completarem meus sonhos e alguns anos.”

Celma Gois

### Dona Celma Gois: “CORAGEM PARA LUTAR E ESPERANÇA PARA VENCER”



Filha de agricultores, 60 anos de idade, pertencente de uma família de trabalhadores, nascida no Povoado Barra das Flores no município de Nossa Senhora Glória, Celma Gois, aos sete anos de idade começou a ajudar os pais nas atividades agrícolas nas parcelas realizadas no terreno da família, mas logo riu a impossibilidade de continuar estudando.

Como pai e mãe já tinham trabalhado muito no município de Ribeirópolis - SE. Diária com três filhos e os trabalhos do campo junto com os pais. Do na Celma de seu pai levou atividade de transportar do os animais do interior para a cidade, com isso acabou ficando um período sem estudar e pode a comunidade de sua qual reside só a consulta o nível no nível médio. Logo após, a família mudou-se novamente para Monte Alegre de Sergipe outro município do Alto Sertão Sergipano, pôde dar seguimento aos estudos, concluído o ensino médio, depois ela ingressou em escola técnica formada-se em Engenharia.

Nos anos 80, começou a trabalhar na Empresa de Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe (EMDAGR), lá desenvolveu suas atividades, sempre tendo suas contribuições, bem como adquirindo mais experiência no campo. Trabalhou vinte e cinco anos na empresa, porém optou por trabalhar em sua própria terra e voltar a ser agricultora, pois a maioria de seus colegas saíram da terra, pelo campo, pelo sertão. No entanto, não ficou apenas nisso, ali passou a integrar movimentos sociais e tornou-se liderança em sua comunidade e buscando melhor o seu para o seu desenvolvimento da mesma.

Fonte: acervo ASA, 2018

Angola (2018) desenvolveu estudos e apresentou uma dissertação de mestrado sobre os boletins, a partir do olhar das mulheres por ele sistematizado. Nesse estudo, Angola faz a seguinte citação:

Avaliamos que esse fato de os boletins estarem disponíveis na internet contribui para que essas histórias ultrapassem o espaço físico do Semiárido e se multipliquem cada vez mais. Em um contexto de concentração dos meios de comunicação, um instrumento que conta histórias de vida, experiências e práticas da população da zona rural do Semiárido contribui para que a história da própria região possa ser contada por seu povo. E esse espaço de armazenamento dos boletins no site da ASA se revela como um banco de dados e informações sobre a região (ANGOLA, 2018, p.80).

De acordo com Angola (2018), ainda que, ao trabalhar os processos de sistematização, a ASA parta do conceito de família e que, por vezes, mesmo a experiência sendo protagonizada por uma mulher, ela terá referência direta a outros membros familiares, em especial, maridos e filhos e filhas, O Candeeiro, quando analisado a partir do seu desdobramento, tem se revelado um forte aliado para a autoestima e a valorização das mulheres (ANGOLA, 2018).

É o caso das mulheres camponesas entrevistadas neste estudo. Elas relatam, a seguir, experiências com a agroecologia e a comunicação:

Josefa Vieira Barbosa (fig. 9), 54 anos, mãe de 8 filhos, é produtora agroecológica na localidade de Sítio Óleo, no município de Poço Redondo (SE). Separada desde os 45 anos, iniciou a transição agroecológica ao romper com o casamento.

“Tenho duas bancas na feira de onde tiro a renda e o consumo. Vendo coentro, cebolinha, alface, rúcula, couve, galinha caipira. Depois que me separei, parei de passar veneno. Ele passava veneno porque estava acostumado, mas eu achava que não devia e pensava assim: um dia faço do meu gosto” (Josefa Barbosa).

Josefa participou de quatro processos de sistematização de experiências. Sua história de ruptura com o casamento e com o agrotóxico, de transição agroecológica e de vivência nos espaços políticos da agroecologia foi apresentada pela primeira vez em um trabalho de sistematização realizado pela Rede Sergipana de Agroecologia (Resea), em 2012, depois pelo O Candeeiro, em 2015, e nas caravanas agroecológicas, movimento de troca de experiências que ocorreu no Território Alto Sertão Sergipano, em 2016.

“Eu já era uma agricultora agroecológica e não me dava conta. Hoje tenho consciência disso por conta das experiências que participo. [...] Quando vi a minha história contada no Candeeiro fiquei muito surpresa, nem eu pensei que fazia tudo isso. E nem tinha ideia que era uma guardiã de sementes” (Josefa Barbosa)

Figura 9 – Josefa Barbosa, agricultora agroecológica do Território Alto Sertão Sergipano



Foto: Maria Clara Guaraldo, Poço Redondo, 2019

Pode-se observar, a partir das narrativas da agricultora, que há elementos importantes que dialogam com os movimentos agroecológico e feminista: direito à renda, à equidade no acesso aos recursos produtivos, à busca da autonomia econômica no âmbito das relações familiares. Como explicita Pacheco (2009), “a sistematização cria espaços de autorreflexão das mulheres, construção de referências locais para a organização política e produtiva, contribuindo para a sua conscientização e para o seu reconhecimento” (PACHECO, 2009, p.5).

Por outro lado, o fato de as mulheres que protagonizam os boletins receberem os exemplares para distribuí-los aos seus públicos de interesse, contribui para fortalecer a imagem das mesmas em seus espaços de atuação. Assim explica a comunicadora popular Daniela Bento, que foi a responsável por conduzir o processo de produção do boletim O Candeeiro que conta a história de Jofesa Barbosa:

“Depois que fizemos o candeeiro eu nunca me emocionei tanto. Quando eu cheguei na banca [na feira agroecológica onde Josefa vende seus produtos] lá estava a dona Josefa entregando o jornal dela. Foi um orgulho e tanto. Outro dia, eu peguei uma van,ouvi umas pessoas conversando e falando de Dona Josefa quando passaram em frente a casa dela que fica na beira da rodovia. E disseram assim: olha ela planta tudo sem veneno. Ela já tem até jornal” (Daniela).

Coragem para Lutar, Esperança para Vencer foi o título dado à história de Celma Gois (fig. 10) n’O Candeeiro publicado em 2018. Agricultora experimentadora, ela reside em uma propriedade agroecológica, em Porto da Folha (SE), onde planta, cria cabras e galinhas, acessa o Pronaf e o Crédito Rural. Foi com recursos do crédito fundiário que adquiriu suas terras e iniciou a produção.

Figura 10–Ana Celma Gois, agricultora agroecológica



Foto: Maria Clara Guaraldo, Porto da Folha (SE), 2019

Na propriedade, faz experimentos com o plantio de palma forrageira, tem habilidade para manejar a serra elétrica que adquiriu para fazer pequenos reparos e construções. Ela diz: “Eu aqui moro só, mas não me sinto só. Eu converso pelo celular, pelas redes sociais. Quando viajo, trago sementes dos encontros e faço a partilha aqui mesmo. A gente planta o milho, faz o silo, tritura e faz a ração” (Celma).

Ao falar d’O Candeeiro e da repercussão de sua história de vida, se emociona: “Não esperava que isso fosse assim tão explícito e acessível a tanta gente. Não me envaideço, me dá mais responsabilidade para continuar a ser esse candeeiro para ‘alumiar’ as pessoas que me arroteiam” (Celma).

A mesma compreensão do papel de O Candeeiro é relatada na narrativa da agricultora de Igaci (AL), Maria Aparecida Vieira Barros (fig.11). Como membro da

Associação de Agricultores Alternativos (Aagra), participa de feiras agroecológicas, encontros, reuniões e de um quiosque na Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, onde vende lanches elaborados com produtos da agroecologia.

Figura 11–Maria Aparecida Barros, agricultora agroecológica



Foto: Maria Clara Guaraldo, Igaci (AL), 2020

A agricultora também apóia o fortalecimento do Banco Comunitário Olhos d'Água e da moeda Terra. Sua experiência foi sistematizada em 2016. “[...] depois do Candeeiro é que eu vi o quanto eu já me comuniquei, o quando eu já repassei para outras pessoas. Jornal, curso, capacitação [...] antes eu achava que eu não tinha importância nenhuma. Hoje me transformei e aos poucos vou transformando outras pessoas” (Aparecida).

Moradora do Povoado Sítio Alto, em Simão Dias (SE), Josefa Santos de Jesus (fig.12), mãe de 5 filhos, 61 anos, “quilombola com muito orgulho”, é agricultora agroecológica, guardiã de sementes e referência para a comunidade. Liderança feminista, vem de família de músicos e encontrou na cantoria sua resistência.

Figura 12– Agricultora guardiã de sementes



Foto: Maria Clara Guaraldo, Simão Dias (SE), 2020

A história de Josefa de Jesus foi relatada n’O Candeeiro, em 2014. Para ela, juntar comunicação, agroecologia, cultura e tradição representa a essência da sua história, conforme afirmação a seguir:

“A cultura e a semente são parecidas. A cultura se fortalece cantando a semente. A gente vai fazer uma roça cantando. É uma coisa que foi passando de pai para filho.[...] Eu me considero comunicadora sim, uma pessoa que só viveu no mato, não estudou, não teve contato com a sociedade. Todo dia eu faço uma palestra, participo de um conselho, me considero abençoada por Deus” (Josefa de Jesus).

Na compreensão de uma das comunicadoras populares da ASA, que participou das entrevistas para esse estudo, ao serem retratadas pelo O Candeeiro, as mulheres vão se vendo, se ouvindo, percebendo suas narrativas, conquistas, desafios superados e a serem enfrentados. Ela menciona:

“Na prática, trata-se de um “desocultamento” do trabalho feminino e do seu papel decisivo para a sustentabilidade da agricultura familiar. Porém, ao fazer esse ‘desocultamento’, é preciso antes de tudo a quebra do romantismo e naturalização das relações sexuais do trabalho. [...] Assim, um quintal produtivo é mais do que um espaço na paisagem, é maior que a possibilidade de produção de alimentos saudáveis, é o acúmulo de horas de trabalho e dedicação das mulheres” (Daniela).

A visão da entrevistada corrobora com o que define a ASA sobre comunicação popular: “Ao contarem suas histórias, os sujeitos do Semiárido se percebem também como sujeitos políticos, capazes de transformarem suas vidas e a realidade onde vivem, desenvolvendo um pensamento crítico sobre a realidade que o cerca” (ASA, 2018, p. 11).

Pode-se observar também, a partir dos depoimentos das agricultoras agroecológicas, o diálogo entre os processos agroecológicos e de comunicação popular, pois ambos buscam o fortalecimento ou o resgate da autonomia e a emancipação dos sujeitos. A participação das mulheres nos processos políticos da agroecologia contribuiu para sua emancipação. Isso ficou evidenciado ao analisarmos os depoimentos das agricultoras Josefa de Jesus e Maria Aparecida Vieira: elas afirmam terem se percebido enquanto lideranças da agroecologia ao serem retratadas pelo O Candeeiro e também por meio de suas participações em intercâmbio de experiências e caravanas agroecológicas.

Os dois relatos têm relação com a visão de Petersen (2013a) sobre a agroecologia política, e com a visão de Peruzzo (2007) sobre comunicação popular. No campo da agroecologia, ao contarem suas histórias, falarem sobre a experiência com a transição agroecológica, intercâmbio de conhecimentos, com a guarda e conservação das sementes crioulas, as agricultoras vivenciam o processo de se fazer a agroecologia política.

Os depoimentos acima também reforçam a percepção de Peruzzo (2007) sobre comunicação popular. Para ela, participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãos e demonstram suas capacidades de recontar suas histórias, a partir de reflexões acerca de suas realidades.

### **7.1.2 – Comunicação popular nas escolas: o caso da Escola Municipal João Mariano Filho em Alagoas**

A experiência de professores da Escola Municipal João Mariano Filho, na Comunidade Rural Lagoa da Areia dos Marianos, localizada na divisa entre Estrela de Alagoas e Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, alinha-se com a perspectiva de comunicação popular e de autonomia dos sujeitos relatadas até aqui.

Em 2017, a Escola Municipal João Mariano Filho recebeu a oficina de rádio (fig. 13) do Programa Cisternas nas Escolas. A oficina é uma estratégia metodológica levada pela ASA às escolas que recebem a cisterna para consumo e faz parte do programa Educação Contextualizada. Além de utilizarem os recursos tecnológicos para a produção de programas radiofônicos, a comunidade escolar debateu temas, no âmbito da oficina, sobre direito à água, educação e comunicação, bem como vivenciou o resgate de suas identidades e ancestralidades. Os estudantes fizeram entrevistas com os mais velhos da comunidade para ouvirem as histórias da fundação do povoado, a origem do nome do local, as danças típicas e os modos de vida dos povos mais antigos. Como resultado, produziram quatro programas de rádio<sup>27</sup>.

Figura 13–Síntese de um programa de rádio elaborado por alunos da Escola João Mariano

Aqui são disponibilizadas edições da Série Rádio Cidadão, entrevistas e arquivos de áudio para ampliar a voz dos povos do Semiárido e ecoar ainda mais a proposta da convivência.

**PROGRAMAS** 

05.09.2017

### Rádio Mariano



Este programa de rádio foi fruto da produção de crianças e jovens da Escola Municipal João Mariano Filho, durante a oficina de rádio do Programa Cisternas nas Escolas. Os 23 minutos de áudio são a soma de 04 programas que relatam alguns traços da comunidade Lagoa da Areia dos Marianos, localizado no município Estrela de Alagoas, a exemplo da produção de pinha e do pagode de aterro.



Acervo ASA, Estrela de Alagoas (AL), 2017

Não houve continuidade dos trabalhos em virtude da redução dos investimentos em políticas públicas na região. Isso ocasionou a ausência das visitas dos comunicadores populares da ASA, que não puderam retornar ao local por falta de recursos financeiros. Contudo, embora a experiência tenha sido pontual, o relato de uma das professoras que vivenciou o processo demonstra a contribuição da comunicação popular na construção da autonomia dos sujeitos e para o desenvolvimento crítico:

“Quando a semente finca, a qualquer momento, em qualquer situação ela pode renascer, pode ressurgir [...] Não consegue mais parar. Você não consegue porque ela está dentro de você. É como uma luz que nos guia para uma saída, é por aqui que eu vou, é por aí que eu faço” (Maria do Amparo).

<sup>27</sup>Os programas podem ser acessados em [https://www.asabrazil.org.br/radio-a/diversos?start=5#categoria\\_img](https://www.asabrazil.org.br/radio-a/diversos?start=5#categoria_img).

O relato acima tem forte relação com a visão de Puntel (1994) sobre a função da comunicação popular nos espaços onde é praticada: estimular a análise da situação social de cada um ou da própria comunidade, buscando transformar as consciências e conduzir à ação, ao envolvimento e à luta.

Embora o ato de fazer comunicação popular na escola municipal tenha sido interrompido, foi por meio dessa ação que professores e alunos puderam vivenciar verdadeiros processos de transformação social, um dos principais objetivos da comunicação popular (PUNTEL, 1994).

## **7.2 – A (DES) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEMIÁRIDO NO IMAGINÁRIO POPULAR**

Santos (2015) afirma que, historicamente, a região semiárida sempre foi tratada como problemática, dadas às suas características climáticas. Uma visão que até hoje influencia o olhar da população brasileira sobre a região, que é reforçada pelas coberturas sensacionalistas da mídia tradicional.

Nobre (2011) relembra o fato de que a própria cultura nordestina, com suas cantorias, músicas e literatura, reforçaram essa questão da desvantagem regional do Semiárido. É o que mostra Nobre (2011) ao citar que:

Mais tarde, Euclides da Cunha viria a eternizar o conceito da seca-flagelo em sua consagrada obra “Os Sertões”. Assim, a seca foi elevada à condição de vilã de oportunidade, principal causa impeditiva para o desenvolvimento regional (NOBRE, 2011, *apud* SANTOS, 2015, p.27).

Até o fim dos anos 1990, o poder público permanecia tratando a questão das estiagens no Semiárido como um problema emergencial a ser resolvido, portanto, buscavam programas e projetos que resolvessem a questão da seca de forma imediata, como os caminhões-pipa para a distribuição de água. Essas ações eram pautadas no combate, no enfrentamento e não na convivência de forma harmoniosa com o clima e o bioma Caatinga (SANTOS, 2015).

Para Brochardt (2013), a mídia convencional reforça a visão de que no Semiárido não há vida, que o gado morre de sede e de fome, que a pobreza e a má nutrição estão constantemente presentes. Essa forma de divulgação do sertão contribui para confirmar no imaginário popular que o Semiárido é uma região desprovida de condições para seu próprio desenvolvimento. Em seus estudos, Brochardt argumenta:

A hegemonia das políticas de combate à seca, com a contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular e na própria nação uma falsa ideia sobre o Semiárido: um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontram carcaças de gado morto, crianças desnutridas, agricultura improdutivo. Desse modo, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água; e o que era a ausência do Estado, enquanto provedor de políticas públicas adequadas, passou a ser a incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semiaridez da região (BROCHARDT, 2013, p. 17).

Nesse contexto, Oliveira (2018a), em pesquisa realizada junto a comunidades indígenas no Território Agreste Alagoano, destaca a questão da forma romaneada e estigmatizada como o Semiárido é visto pela população brasileira e a necessidade de se desconstruir tais imagens do imaginário coletivo, a partir da reconstrução de narrativas dos povos que habitam o bioma.

Em seus apontamentos, Oliveira (2018a) problematiza a questão da seguinte forma:

Falo de um Nordeste inventado, segundo Durval Diniz (2011), conseqüentemente o sertanejo folcloricamente construído, sobretudo na literatura que parece sempre ter estado ali, e, do outro lado, o índio sempre presente, que tem sido folclorizado, apartado de suas vivências reais, e, assim posto, um conflito e/ou uma multiplicidade de identidades que, ainda, em uma perspectiva euclidiana, muito mais disposto a atividades físicas, em disposição e resistência, que mesmo o pensamento estratégico de encontrar saídas, que mesmo o esforço em fazer denúncia, acaba reforçando estereótipos de um povo inculto e miserável (OLIVEIRA, 2018a, p.34).

Foi com essa compreensão que a pesquisa identificou como categoria analítica a questão da (des) construção de conceitos do Semiárido no imaginário popular. Objetiva-se verificar aqui como as narrativas adotadas pelos sujeitos em suas ações de comunicação popular contribuem ou não para a desconstrução desse imaginário popular sobre um Semiárido pobre e sem vida. Também busca-se verificar como essas narrativas dialogam com o conceito de agroecologia.

### **7.2.1 – Controvérsia: combate à seca ou convivência com o Semiárido**

Desde a criação da Articulação Semiárido brasileiro (ASA), em 1999, que vem se consolidando entre as organizações não governamentais associadas à ASA, a visão de que é preciso mudar a forma com que o Semiárido é mostrado para os brasileiros e para o mundo. Esse foi, inclusive, um dos propósitos pelo qual a ASA foi criada: propor uma nova forma de se trabalhar no Semiárido, que quebrasse a lógica vigente do combate à seca

e no seu lugar colocasse uma nova lógica – a da convivência com o Semiárido. E foi em torno desse novo olhar sobre a região que se formou a ASA (BROCHARDT, 2013).

Essa parece ser também a compreensão dos comunicadores populares que ampliam essa visão a partir da reflexão a seguir:

“A ASA é uma articulação que há 20 anos busca fazer essa articulação do Semiárido a partir do clima. Em seu primeiro momento, a ASA procurou consolidar o conceito de convivência com o Semiárido, porque até então era o combate à seca, então um dos primeiros desafios da comunicação foi este: fazer o debate entre combater o clima ou conviver com o clima, entendendo que há uma diferença ideológica e política nesse debate” (Daniela).

Essa preocupação da entrevistada possui relação com os argumentos de Santos (2018) quando ela relata que, durante muitos anos, a mídia convencional apresentou a região como inóspita, onde pessoas passavam fome e o gado morria por falta de alimento e água. Por muitos anos, este era mesmo o cenário do Nordeste: casas de taipas, sem luz elétrica, terra seca, gado magro. Por isso, havia a percepção de que era preciso combater a seca para garantir a sobrevivência do sertanejo.

Essa compreensão se amplia ao observarmos a continuidade do depoimento de da entrevistada sobre este tema. Daniela conta:

“Comunidades inteiras dependiam de carros-pipa para terem acesso à água, a chamada água centralizada, onde todo o abastecimento estava nas mãos do poder público local ou estadual. E, assim, ganhavam-se as eleições, negociando o voto por água ou alimento” (Daniela).

A partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), houve uma evolução nas relações do Estado brasileiro com os segmentos sociais historicamente marginalizados (MELLO, 2018).

A criação de secretarias especiais e o fortalecimento de ministérios sociais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi possível investir no tratamento diferenciado a grupos como quilombolas, assentados da reforma agrária, indígenas e extrativistas.

Também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ampliou o volume de investimentos (MELLO, 2018). Paralelo aos programas de fortalecimento da agricultura familiar nos territórios do Semiárido, a ASA, a partir de 2003, começa a se consolidar como uma parceira forte do governo federal na execução do Programa Um Milhão de Cisternas. (P1MC).

Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber. Isso é o que chamamos de descentralização e democratização da água. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família. A grande conquista dessas famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água (ASA, 2018).

Junto com a ação de construção de cisternas foi se consolidando uma nova narrativa sobre o Semiárido, não mais de combate à seca, mas de convivência com o Semiárido.

Foi justamente com essa intenção que o programa de construção de cisternas (fig. 14) passou a incluir como uma de suas principais ações a realização de oficinas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)<sup>28</sup> junto às comunidades. Essas oficinas são espaços onde as comunidades que conquistaram o direito a uma cisterna participam de formação em práticas para o manejo da água das cisternas e também de debates que problematizam as questões relacionadas à convivência como Semiárido (PORTAL ASA, 2019).

Figura 14– Cisterna para armazenamento de água para consumo humano



Foto: Maria Clara Guaraldo, Igaci (AL), 2019

E foi com o intuito de consolidar essa nova narrativa, de convivência com o Semiárido, tendo como simbologia a terra para plantar e a produção de alimentos saudáveis, que a ASA criou o slogan: “É no Semiárido que a vida pulsa”. O slogan passa a ser utilizado como referência nos processos de comunicação produzido pelos

---

<sup>28</sup>O GRH constitui uma oficina onde se discute, planeja e realizam-se práticas sobre o gerenciamento das águas da comunidade, a Convivência com o Semiárido e o uso tecnológico de cisternas de placa.

comunicadores populares da organização (PORTAL ASA, 2019). Isso pode ser observado no relato da comunicadora popular e assessora pedagógica da ASA em Sergipe, Daniela Bento:

“Um dos primeiros desafios da comunicação era compreender a diferença ideológica e política entre: combate à seca e convivência com o Semiárido, conviver com o clima ou combater o clima. Em seguida, fizemos uma campanha publicitária em que adotamos um novo conceito de Semiárido: Semiárido vivo, Semiárido produtivo. Mostrando que o que faltava eram investimentos públicos. Não era o clima que impedia a região de ser desenvolvida socialmente, economicamente, culturalmente, mas sim a falta de investimento” (Daniela).

Na visão da entrevistada, trata-se da desconstrução de uma narrativa consolidada desde o Brasil colonial sobre a questão da falta de água no Nordeste.

“É uma cultura que foi se consolidando ao longo dos séculos, por meio de canções, cordéis, teatro, novelas, séries exibidas em televisão, entre outras. Sempre passando a imagem de um Nordeste pobre, sem água, uma vegetação seca, que não oferece alimentos para o gado e muito menos para o ser humano. [...]E a comunicação pra você legitimar” (Daniela).

A partir dos relatos obtidos para este estudo, observou-se que temas como direito à água, direito à comunicação, sementes crioulas, cultura, convivência com o Semiárido são elementos que integram as narrativas dos sujeitos da pesquisa, conforme destacados no trecho a seguir:

“Assim como a gente consolidou esse debate de que água é direito, que não é esmola, a gente também vem nesse desafio de construir essa ideia de que a comunicação é um direito, todo mundo tem direito de consumir comunicação e de produzir comunicação” (Daniela).

Pode-se observar que a visão da entrevistada possui relação com o conceito de comunicação de Puntel (1994), para quem a comunicação popular busca a transformação social, e, por isso mesmo, é uma questão de direitos humanos.

Não é uma plataforma da sociedade dominante [...] que na verdade é a liberdade de propriedade [...]. A comunicação é então vista como um processo de mão dupla, no qual os parceiros, indivíduos e coletivo, mantêm um diálogo democrático [...] que requer participação (PUNTEL, 1994, p.157).

Essa também é a visão da ASA, para quem dialogar com as famílias sobre a convivência com o Semiárido é, ao mesmo tempo, falar sobre direitos e lutas por:

alimentação adequada, terra, moradia, educação contextualizada à realidade do campo, condições de produção, de comercialização e de comunicação (ASA, 2018).

De acordo com a ASA é papel da comunicação popular mobilizar e fortalecer os processos de convivência com o Semiárido e as experiências dos agricultores (ASA, 2018). São experiências que a comunicação popular busca tirar da invisibilidade, ao retratá-las por meio de boletins, fotografias, em encontros presenciais.

Assim, no documento intitulado “Comunicação popular no Semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida” (ASA, 2018), a instituição faz a seguinte abordagem:

É uma forma de comunicação que se contrapõe ao modelo instalado pela grande mídia, utilizando novas linguagens e novos meios, mas também bebendo da fonte do que não é tão novo assim, valorizando desde a roda de conversa que acontece ali no terreiro, até a possibilidade de postar na internet um vídeo feito a partir de um celular (ASA, 2018, p. 16).

A partir desse trecho do documento pode-se observar que a leitura de comunicação da ASA possui um olhar crítico de transformação e de diálogo, assim como propõe Puntel (1994), Freire (1983) e Lima (2001) em suas abordagens sobre comunicação popular e comunicação como um diálogo.

O relato seguinte indica a preocupação dos comunicadores em fortalecer a visão do sertanejo sobre a importância de se produzir ou criar animais de acordo com a realidade do Semiárido. Segundo Silva (2006), ainda é forte a resistência dos agricultores à criação de pequenos animais e ao consumo de seus derivados, embora estudos apontem ser a criação de cabras e ovelhas, por exemplo, mais apropriada para o clima e a vegetação da região, em vez de bois, animais que consomem maior quantidade de água (SILVA, 2006).

Em depoimento, a entrevistada do teatro Raízes Nordestinas revela:

“Surgiu a oportunidade de a gente montar uma peça sobre a criação de ovinos no sertão, para mostrar que é uma experiência que dá certo [...] Desmitificar essa questão de que só se deve criar boi, falar sobre a importância da caprinocultura como uma produção contextualizada” (Euziane).

Já os relatos das agricultoras agroecológicas sobre as sementes crioulas, também conhecidas no Semiárido por “sementes da paixão” (Paraíba), “sementes da liberdade” (Sergipe), “sementes da fartura” (Piauí), “sementes da gente” (Minas Gerais),

expressam a relação com a questão da soberania alimentar e forte simbologia de enfrentamento ao agronegócio.

As sementes crioulas e o seu intercâmbio entre os agricultores, o teatro do oprimido ou arte-educação, o boletim *O Candeeiro*, bem como outras manifestações culturais tão presentes nos dois territórios, como a literatura de cordel, o toré dos indígenas da comunidade da Ilha de São Miguel, da etnia Xokó, são expressões culturais que se contrapõem aos valores que o agronegócio busca passar para a sociedade, por intermédio dos aparatos da Indústria Cultural. Juntas, essas expressões nos territórios estudados buscam fortalecer a visão de que é no “Semiárido que a vida pulsa”.

Delgado (2013) problematiza essa questão da Indústria Cultural afirmando que nessa nova onda conservadora, marcada pelo fortalecimento do agronegócio, organizam-se vários aparatos ideológicos: uma frente parlamentar em defesa do agro, grupos de mídias (rádios, TVs e jornais) que fortalecem a visão ideológica do agronegócio para a sociedade e grupos financeiros com poder para investir em propagandas e mudar a percepção popular sobre as commodities brasileiras.

Foi assim que se fortaleceu a visão de que “o agro é tech, o agro é pop”, veiculada pela Rede Globo, em horário nobre, para milhões de telespectadores<sup>29</sup>. Chã (2016), em sua pesquisa intitulada “Agronegócio e Indústria Cultural: estratégia das empresas para a construção da hegemonia”, reafirma a intenção da Indústria Cultural em promover o fortalecimento do agronegócio. A pesquisadora afirma:

A imagem que melhor serve a esse propósito é a imagem espetacularizada. A produção de alimentos e outros produtos para exportação, agora todos eles mercadorias com preço regulado na bolsa de mercado, só poderia aparecer para a sociedade sob a forma do espetáculo, onde as imagens das grandes plantações, das gigantescas máquinas, mas também das megafeiras e shows se repetem e se articulam, dando essa dimensão da amplitude do setor e fazendo com que tudo isso adquira naturalidade e proximidade com as pessoas (CHÃ, 2016, p.133).

Em contraposição, as expressões de comunicação apresentadas neste estudo, consideradas populares, ou seja, elaboradas pelo povo e para o povo, buscam, conforme explicitado nas falas dos entrevistados, fazer a contraposição aos valores disseminados pelo agronegócio nas mídias, estimulando um diálogo que conscientiza e problematiza

---

<sup>29</sup>Campanha lançada pela Rede Globo visando a modernizar a comunicação do agronegócio. Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

(FREIRE, 1983) e trazendo para a sociedade a reflexão sobre as contradições de um modelo, responsável por impactos ambientais, desmatamento, trabalho precarizado, muitas vezes análogo ao escravo (CHÃ, BRASIL DE FATO, 2019)<sup>30</sup>.

Retomando a questão dos bancos de sementes crioulas, eles permitem formar estoques de reserva para o período de seca prolongada. E até 2016 recebia apoio do governo federal por meio do programa de sementes da ASA. A estratégia de armazenamento de sementes tem sido uma das ações de convivência (SILVA, 2006). Isso pode ser notado nas narrativas seguintes, das agricultoras entrevistadas:

“A cultura é uma coisa que nem a semente. A cultura e a semente são parecidas uma com a outra. A cultura se fortaleceu cantando a semente” (Josefa de Jesus).

“Eu costumo dizer que é a semente que move o povo, que faz esse chamamento. A UPC é mais o que a estrutura, a UPC é hoje vida, autonomia, é o enfrentamento, é a luta contra o agro. Tudo aqui é comunicação. A comunicação está para além do instrumental. A troca de sementes, os encontros com os agricultores e as agricultoras, tudo isso é comunicação. É mostrar a nossa luta pela soberania alimentar” (Iva).

A partir desse conjunto de relatos, pode-se inferir que os comunicadores populares, por meio de suas narrativas, estão contribuindo para a (des) construção do conceito de um Semiárido “ruim” no imaginário popular. Ao mesmo tempo, percebe-se que essas mesmas narrativas relacionam-se diretamente com as dimensões da agroecologia: ecológica, social, cultural, econômica, ética e política (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

As sementes crioulas, a produção agrícola apropriada às condições do Semiárido, a defesa dos direitos humanos, entre outros trechos de relatos selecionados das entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa corroboram com a visão de Costabeber *et al* (2013), para quem “a agroecologia surge como reação ao modelo agrícola que esgota recursos, configurando um novo campo de saberes práticos [...] orientada para o bem comum, autossustentabilidade e segurança alimentar das comunidades rurais” (COSTABEBER *et al*, 2013, p.163).

Essa mesma visão de Costabeber *et al* (2013) é compartilhada pela coordenadora do MPA em Sergipe, conforme evidenciado a seguir:

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida pela autora ao jornal Brasil de Fato, em 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/04/a-perigosa-relacao-entre-o-agronegocio-e-a-industria-cultural>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

“Agroecologia é um projeto de sociedade, é um modo de vida. Não se pode construir o poder popular nos territórios sem a agroecologia. Agricultura camponesa e agroecologia são as nossas principais bandeiras para construir esse campo mais saudável. Discutir o MPA é discutir a agroecologia” (Elielma).

Observa-se, ainda, que outros programas também contribuíram para o aprofundamento do debate acerca da convivência com o Semiárido.

De acordo com o relato de outro entrevistado, o Programa Territórios da Cidadania, por meio de suas metodologias de planejamento, como a estratégia de “análise de conjuntura”, promoveu no Território Alto Sertão Sergipano, entre os membros do colegiado, importantes debates sobre a diferença conceitual entre política estruturante (exemplo: construção de cisternas de placas e armazenamento de sementes crioulas) e política emergencial (exemplo: distribuição de água por meio de caminhões-pipa e distribuição de sementes de empresas).

“A gente sempre vinha naquela pauta de brigar por políticas estruturantes, não emergenciais, não de carro-pipa, não de programa de mecanização agrícola que só distribui semente na hora errada, mas sim de fortalecimento dos bancos de sementes, para o agricultor sempre ter a economia das suas sementes, então a gente veio sempre nessa pauta, na questão da contramão” (Egídio).

O entrevistado também menciona a época do acirramento nas relações entre as instituições associadas à ASA e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Em 2011, o Ministério da Integração Nacional começou a instalar cisternas de plástico no Semiárido, no entanto, a tecnologia não foi aceita pelas organizações e nem pelas comunidades<sup>31</sup>.

Na visão de Egídio, “a cisterna de plástico não é favorável para nós, pois não discute com a base, sua construção não envolve a mobilização social, porque já vem pronta, não briga por políticas estruturantes, favorece as políticas emergenciais”.

Essa narrativa mostra o papel da comunicação popular como importante processo para o desenvolvimento das famílias e para o enfrentamento de questões, como a citada por ele, sobre a instalação de cisternas de plásticos no Semiárido.

---

<sup>31</sup>Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/a-problemativa-cisterna-de-pvc/>>. Acesso em: 16 set. 2019

A comunicação popular nos territórios em questão conseguiu mobilizar um conjunto de parceiros para rechaçar a política pública do Ministério da Integração Nacional, criando, inclusive o slogan: “Cisternas de plástico, somos contra!” (fig. 15)

Figura15– Campanha contra a instalação das cisternas de plástico (PVC) no Semiárido



Fonte: acervo ASA, Recife (PE), 2011

As exposições dos entrevistados demonstraram a importância de elementos, como “sementes crioulas”, “cisternas”, “água descentralizada”, “quintais produtivos agroecológicos”, “ovinocaprinocultura”, “cultura”, presentes no trabalho de comunicação popular nos dois territórios e que vêm contribuindo para a construção de um novo imaginário popular sobre o Semiárido.

### 7.3 – COMUNICAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA

Para melhor compreensão do possível diálogo entre a comunicação popular e a agroecologia, retomamos nesta seção as reflexões teóricas sobre agroecologia na visão de Petersen, Caporal, Costabeber e Altieri, além de Gúzman.

Para Petersen (2013a), a agroecologia se afirmou como ciência a partir do desenvolvimento de uma teoria crítica à agricultura agroindustrial, fornecendo bases conceituais para a construção de uma agricultura alternativa. Como prática, a agroecologia valoriza o capital ecológico e social do campesinato; como movimento, mobiliza atores envolvidos na prática e na teoria para a construção de um novo paradigma de produção.

Na publicação “Agroecologia: alguns conceitos e princípios”, Caporal e Costabeber (2004) enfatizam o que não é agroecologia, pois, segundo os autores, existe muita confusão entre agroecologia e sistemas de produção de base ecológica.

A diferenciação está justamente no fato de a agroecologia se consolidar como um enfoque científico que se baseia não somente na incorporação de tecnologias de base ecológica, mas também de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, permitindo o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos na orientação do desenho e do manejo de agroecossistemas sustentáveis, estabelecendo processos de desenvolvimento rural sustentável.

Partindo dessa concepção dos autores, também é reconhecido que a agroecologia implica mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo, à conservação e aos padrões de produção e consumo sustentáveis e justos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Acrescenta-se aqui a visão de Oliveira *et al* (2017), que não apenas complementa a de Caporal e Costabeber (2004), como a amplia, ao destacar que a produção do conhecimento agroecológico é resultado do fortalecimento dos processos locais de inovação, melhorados pela vivência das famílias e comunidades rurais que podem se organizar em redes locais de experimentação, compartilhamento, intercâmbios de experiências e de organização social.

Como sustentação do pensamento, os autores se referenciam em Gúzman (GÚZMAN, 2001, *apud* OLIVEIRA *et al*, 2017), para quem o desenvolvimento participativo de tecnologias agrícolas permitirá aos próprios agricultores fortalecerem suas capacidades de experimentação, adaptação e inovação, considerando no processo a

articulação dos seus conhecimentos locais com os conhecimentos externos, ampliando assim seus acervos de saberes, conforme os valores de cada comunidade.

Oliveira *et al* (2017) também articulam o pensamento de Freire (1983) com o conhecimento agroecológico, partindo da premissa freireana de que a educação é comunicação e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos e interlocutores que buscam a significação dos significados e a coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer.

Nesse sentido, Oliveira *et al* (2017) afirmam que não se deve falar numa Educação com enfoque Agroecológico se esta não apresentar uma metodologia pedagógica que tenha forte relação com a Educação do Campo, a Educação Popular, a Educação Contextualizada.

O IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2018, em Minas Gerais, assim como ocorreu com o III ENA, reforçou a importância da comunicação popular, no entanto, a colocou como um desafio para os movimentos agroecológicos.

A comunicação e a cultura são formas de construção de conhecimentos e ampliação dos diálogos entre campo e cidade. Entretanto, é um desafio para o campo agroecológico assumir esses eixos de luta como políticos, não só como ferramentas e instrumentos de registro, divulgação e entretenimento (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018, p.37).

Essa sintonia entre comunicação popular e agroecologia está presente no relato de uma das entrevistadas para este trabalho. Pode-se observar a sintonia entre a teoria que aproxima a comunicação da agroecologia e a vivência dos comunicadores populares vinculados à ASA, bem como ao MPA.

A noção de que a agroecologia deve ser fortalecida pela comunicação popular ou, ainda, de que ações como intercâmbio de sementes, luta pela terra, direito à água, questões de gênero são dimensões da agroecologia estão presentes na fala de Daniela Bento:

“A agroecologia é um todo de uma relação. Eu posso produzir no meu quintal sem veneno, mas se todas as minhas relações dentro de casa não primam pela questão da divisão justa do trabalho [...], isso não é agroecologia, é produzir sem veneno. Todos os nossos projetos, formações são de base agroecológica. É aí que a gente dialoga. Nunca um Candeeiro vai relatar a experiência do assentamento Jacaré Curitiba, que produz com veneno. A ideia é você fazer esse enfrentamento” (Daniela).

Com propósito similar, o Grupo de Teatro Raízes Nordestinas, embora não tenha foco específico na agroecologia, busca, a partir de algumas de suas peças, dialogar essa temática com os seus diversos públicos.

A peça “O Segredo do poço redondo” conta a história de Chico e Glorinha, personagens centrais que saem de sua região em busca de um segredo revelado por Padre Cícero, em sonho. Chico é um camponês que acha que sua região (Semiárido) não tem mais perspectiva de sobrevivência. Ele não vê perspectiva na semente, na agroecologia, no sertão, porque é seco e não tem nada a oferecer para a sua população. A caminho de uma cidade grande, no caso, São Paulo, os personagens passam por regiões em seu estado que trazem a vivência da cultura nordestina, da feira agroecológica, das sementes, e, ao chegar ao local onde pretendem viver, descobrem que tudo que buscam está em sua região semiárida (PORTAL MPA, 2016).

A peça traz a representação dos camponeses em reuniões comunitárias e foi apresentada em espaços políticos e de formação camponesa, como nos encontros da Pastoral da Juventude, da ASA, da Embrapa, no Congresso Nacional de Agroecologia (CBA) e nas universidades. Ao todo, foram 300 apresentações (PORTAL MPA, 2016).

Os componentes do grupo (fig.16) compreendem que, ao abordar a questão das sementes, da igualdade entre homens e mulheres, da caprinocultura, do desenvolvimento baseado nos contextos locais, na convivência com o Semiárido, estão se referenciando à agroecologia, pois são questões intrínsecas ao dia a dia do camponês. E é dessa forma que seus integrantes percebem a importância do trabalho que realizam. Uma das entrevistadas explicita isso da seguinte forma:

“Nós não fazemos a arte tradicional, mas que mobiliza, que toca nas questões do povo. Se a arte não for integrada com as questões do povo, se não tiver ligada à realidade, talvez ela perca o sentido. Esse sentido de fazer a luta, transformar, de acrescentar. Ou até de resgatar, como no caso da agroecologia” (Euziane).

Figura 16 – Grupo de Teatro Raízes Nordestinas



Foto: Maria Clara Guaraldo, Poço Redondo, SE, 2019

Relatos de outros entrevistados confirmam a existência do diálogo entre a comunicação popular e a agroecologia, porém, nem sempre intencional. Trata-se de um diálogo que, muitas vezes, acaba acontecendo naturalmente.

“Querendo ou não, a agroecologia está na nossa essência. Eu, particularmente, sou indígena e a relação principal do índio é com a natureza. Então eu sempre fui, mesmo sem saber, conectado com a agroecologia. Sempre fiz a defesa da agroecologia. Em cada discussão, no território, nos encontros de comunicação, a gente sempre tem o tema central da agroecologia. Não vamos discutir a elaboração de um boletim de uma agricultora sem saber se a prática que ela desenvolve é agroecológica” (Egídio).

Observa-se que essa também é a visão da coordenadora da Assessoria de Comunicação da ASA (Asacom), Fernanda Cruz, de que o diálogo da comunicação popular com a agroecologia sempre existiu, porém, nem sempre era percebido coletivamente no contexto da convivência com o Semiárido. Sendo essa visão adquirida recentemente pelo coletivo:

“sempre estiveram na base da ASA organizações agroecológicas. [...] A ASA faz parte da ANA [Articulação Nacional de Agroecologia]. Então eu acho que isso fortaleceu muito a leitura que a gente fazia da agroecologia. E aí eu lembro bem de um evento da ASA no qual o Paulo Petersen estava e a explanação dele. Ele começou a dizer porque a prática da gente com o Programa Um Milhão de Cisternas [P1MC], sobretudo, com o programa Uma Terra, Duas Águas [P1+2], eram práticas agroecológicas. Para ele, a ação da ASA era a maior expressão agroecológica que existia no Brasil” (Fernanda).

A entrevistada expressa, no entanto, que, naquela época (entre 2003 e 2007), ainda não existia uma visão coletiva sobre a relação das políticas de convivência com o Semiárido e a agroecologia: “Eu acho que talvez individualmente [...] algumas pessoas fizeram essa leitura, mas, enquanto rede, institucionalmente, é a partir daí que a ASA começa a olhar” (Fernanda).

Por outro lado, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), desde a sua concepção, já atuava com a proposta da agroecologia, pois o movimento tem como um de seus objetivos resgatar a identidade e a cultura camponesas, em busca da soberania alimentar (PORTAL MPA, 2019).

Compreendendo aqui o conceito de camponês como quem faz agricultura e vive do acesso à terra e aos recursos naturais, em seus modos de produzir não há diferenciação entre aqueles sujeitos do campo que produzem e os que se apropriam dos resultados, pois seus trabalhadores são pessoas da própria família. No campesinato, são nas comunidades que acontecem as trocas de experiências, manifestações culturais, gestão política. São modos de ser e de viver próprios (COSTA; CARVALHO, 2012).

Partindo-se da conceituação sobre campesinato de Costa e Carvalho (2012), associando-a aos objetivos do MPA e aos relatos dos sujeitos desta pesquisa, observa-se que a agroecologia encontra-se fortemente presente nas falas dos integrantes do MPA, enquanto que, para os demais, embora valorizando e considerando o elemento “agroecologia”, prevalece a questão da “convivência com o Semiárido”.

Porém, na fala da entrevistada seguinte, pode-se interpretar que o entendimento de que “agroecologia” e “convivência com o Semiárido” sejam conceitos associados:

“O MPA trouxe a proposta agroecológica. Agroecologia é um projeto de sociedade, é um modo de vida. O MPA defende isso, sua mensagem principal é essa – construir um novo projeto no Brasil, a construção do poder popular. Não se pode construir o poder popular nos territórios sem a agroecologia. Agricultura camponesa, agroecologia camponesa são as nossas principais bandeiras para construir esse campo mais saudável. Discutir o MPA é discutir a agroecologia” (Elielma).

Por outro lado, analisando os relatos de outros sujeitos desta pesquisa que têm como fonte de renda o trabalho com a agroecologia, atuando como fornecedores de alimentos para programas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae), com contratos assinados com prefeituras e governos estaduais, observa-se que o grupo considera a

abordagem sobre a agroecologia e suas dimensões, em certa medida, romanceada. Ou seja, surge o contraditório, uma visão crítica sobre os processos que se criam ao redor da agroecologia:

“O romance da agroecologia termina no dia que a gente tem que fazer intervenção, implantar a agroecologia na prática, furar os buracos de 60 por 60 pra plantar um pé de bananeira, acabou esse romance, o casamento com a agroecologia [...]. A escola quer, por semana, dez caixas de tomates, esse tomate não pode ser com veneno e tem de ter toda semana. Você tem que se desdobrar, organizar o grupo para pensar diferente, para não usar o veneno [...] Acabou o nosso romance com a agroecologia”(Eunice).

No conjunto de relatos apresentados sobre a relação dos comunicadores populares e técnicos com a agroecologia, embora haja alguns contrapontos acerca do papel da agroecologia, percebe-se que há a percepção entre os sujeitos desta pesquisa de que a agroecologia é o fio condutor dos processos.

Mesmo para aqueles que estão envolvidos mais diretamente no manejo, na colheita, notou-se, na maioria dos relatos, uma compreensão de que, para a agroecologia dar certo, é fundamental a busca pela autonomia dos sujeitos, o rompimento com o sistema tradicional de produção e a luta pela manutenção de suas existências, como mostra o depoimento seguinte:

“Quem vê de fora acha que a gente tá trabalhando na produção, no fundo [...] a gente tá trabalhando com aquele grupo dizendo que ele pode ser autônomo, que ele não precisa se incorporar a um sistema, que ele precisa ter um sistema próprio. É a ideia da ruptura entre eu e esse sistema que tá posto, porque ele vai lhe engolir, não leva você em consideração [...] a gente não faz parte dele, né? [...] nós somos um grupo da Aagra, temos autonomia”(Eunice).

O relato da entrevistada vai na direção da Agroecologia Política defendida por Petersen (2013a), que aponta a necessidade de se trazer a dimensão política para o centro do debate sobre estratégias de transição agroecológica em âmbitos sociais e geográficos que extrapolem a escala das unidades de produção familiares (PETERSEN, 2013a). A fala da entrevistada também demonstra a interseção entre os valores da agroecologia e da comunicação popular, pois ambos buscam fortalecer a autonomia dos sujeitos, estimulando suas capacidades de pensar criticamente e buscarem a transformação social (PUNTEL, 1994).

### 7.3.1 – O intercâmbio de sementes – uma comunicação para além do instrumental

Nos relatos obtidos para esta pesquisa com os sujeitos da Unidade de Produção Camponesa (UPC), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), observou-se que o ato de intercambiar sementes é mais do que uma ação estratégica no campo da agroecologia, é simbólico e em contraponto ao agronegócio. Carrega uma forte simbologia que representa a luta pela autonomia, liberdade de poder escolher uma semente “limpa” para cultivar.

Por isso, para fins desta análise, consideramos o intercâmbio de sementes um ato de comunicação, tendo em vista a simbologia de sua representação, bem como as campanhas e mobilizações que são desencadeadas a partir da construção de uma casa de sementes ou de um ritual de troca de sementes.

A UPC (fig.17), apresentada nesta pesquisa na seção Caracterização dos Territórios e do Sujeitos, é o espaço de produção e de intercâmbio de sementes do Movimento dos Pequenos Agricultores, em Sergipe. Localizada em Canindé de São Francisco, a UPC é considerada um espaço de aprendizagem.

Figura17– Unidade de Produção Camponesa (UPC)



Foto: Maria Clara Guaraldo, Canindé de São Francisco (SE), 2019

Para Silva e Rocha (2014), roças e quintais são ambientes ricos de aprendizagens e trocas de saberes, no âmbito da educação popular. São saberes que

ultrapassaram gerações, trazendo grandes contribuições, inclusive para a ciência, como é o caso das sementes crioulas, que têm em sua essência provocado os agricultores na construção do conhecimento, de forma contextualizada.

É o que pode-se observar a partir do relato da agricultora e militante do MPA Iva de Jesus. Para ela, todas as atividades em torno da Unidade de Produção Camponesa (UPC) de sementes são geradoras de conhecimentos:

“Os agricultores pegam as sementes da UPC, multiplicam elas e nos devolvem pra gente guardar aqui. E aí temos a campanha nacional do MPA: Cada Família Adota uma Semente. A gente faz a festa da semente, uma feira grande, fizemos no mês de abril, que foi uma feira pra trocarmos as sementes. A Via Campesina trouxe camponeses de toda a América Latina, trouxe os agricultores, no ano passado. E no dia 19 de março fizemos um evento aqui na UPC de troca de sementes. [...]Aqui não é só um espaço de produção, mas de formação. Não é só germinar a semente, mas compreender todo o processo, desde colocar a semente no solo. Para além de trabalhar a agroecologia, a UPC vem com o processo de formar os indivíduos. O conhecimento teórico e o empírico” (Iva de Jesus).

Na concepção de Silva e Rocha (2014), as sementes são símbolos de identidade com a terra e materializam a agrobiodiversidade. Representam a resistência da cultura camponesa às determinações do mercado biogenético e asseguram a autonomia de cultivo, bem como, a segurança alimentar das comunidades camponesas (SILVA; ROCHA, 2014). É, também, como expressa Petersen (2013b): “As sementes das espécies cultivadas são portadoras de mensagens genéticas e de mensagens culturais” (PETERSEN *et al*, 2013, p. 36).

Desde 2004, a ASA realiza o encontro estadual de sementes, reunindo agricultores de diversas regiões do Semiárido. Além disso, a ASA financia bancos comunitários de sementes cujas instalações acontecem nas próprias comunidades. Os bancos são reservas mantidas pelo membros das comunidades que trocam sementes crioulas entre si e evitam o desaparecimento desse patrimônio (PORTAL ASA, 2019).

A fala da militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) dialoga com o que teorizam Peterson *at al* (2013b), para quem as sementes crioulas são portadoras de mensagens genéticas e de mensagens culturais.

Em seu depoimento, a militante do MPA Iva de Jesus também relata que a Unidade de Produção Camponesa nasceu da necessidade de o movimento fazer um contraponto ao modelo vigente do agronegócio no Estado de Sergipe: “O atravessador

vem com o pacote – fertilizante, semente e garantia de compra – e os produtores plantam e entregam a produção, com veneno” (Iva).

A área ocupada pela UPC faz divisa com o Projeto de Irrigação Assentamento Califórnia. Segundo o documento Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (BRASIL, 2006), o Assentamento Califórnia é caracterizado como um perímetro irrigado no qual os agricultores plantam conforme a demanda do agronegócio e utilizam agroquímicos no sistema produtivo (BRASIL, 2006).

### 7.3.2 – Campanhas de comunicação

Em 2018, o MPA nacional lançou a campanha “Cada família adota uma semente”. A estratégia era que cada família camponesa assumisse o compromisso de adotar uma nova variedade de semente de qualquer cultura vegetal ou raça animal.

A escolha da semente se daria conforme o “despertar” de cada família pelo material, reforçando o significado da identidade, de seu território e como afirmação de seu modo de vida. Feita a seleção da semente a ser guardada, a família passava a se tornar uma guardiã dessa semente, garantindo sua propagação, conforme explica no site do MPA uma de suas dirigentes nacionais<sup>32</sup>:

“A ideia é criar uma grande rede de sementes crioulas, recuperar as que estão escassas e ampliar a produção, explica Josi Costa, camponesa e dirigente do MPA. Como resultado dessa campanha, teremos milhares de famílias camponesas fortalecendo a biodiversidade, recuperando variedades, garantindo a Soberania e a capacidade produtiva. É uma ação direta para impedir que as multinacionais se apropriem das sementes crioulas, diminuindo nossa autonomia e biodiversidade. Sem as sementes crioulas, a Agricultura Camponesa se torna refém das multinacionais” (Josi Costa).

A partir do lançamento da campanha, foi realizada na UPC, portanto, no âmbito do MPA do Estado de Sergipe, a Festa da Semente, com uma grande feira de trocas, realizada no mês de abril de 2019. A Via Campesina também levou vários camponeses da América Latina para participarem dos intercâmbios.

A campanha (fig. 18) envolveu produção de peças, como fôlderes, cartazes, camisetas, bonés e uma divulgação ampla no Instagram e Facebook, onde o MPA também possui espaço para divulgação de suas ações para a sociedade em geral (PORTAL MPA, 2019).

---

<sup>32</sup>Disponível em: <[www.mpabrasil.org.br](http://www.mpabrasil.org.br)>. Acesso em: 22 set. 2019

Figura 18–A marca da campanha foi utilizada em peças como bonés e panfletos



Fonte: acervo MPA/2019

Observou-se durante o diálogo com o grupo de jovens camponeses do MPA, a percepção comum a todos os seus integrantes de que são responsáveis pelos processos comunicativos e que a própria forma com que a UPC organiza suas atividades é uma estratégia de comunicação. O depoimento seguinte apresenta um olhar de comunicação que vai além do instrumental. Vejamos:

“A comunicação está para além do instrumental. A troca de sementes, os encontros com os agricultores e as agricultoras, tudo isso é comunicação. É mostrar a nossa luta pela soberania alimentar... [...] Eu costumo dizer que é a semente que move o povo, que faz esse chamamento. [...] Quando eu mostro as sementes, estou comunicando resistência, autonomia e soberania alimentar” (Iva).

Nesse sentido, a partir dos relatos aqui situados, podemos interpretar que a comunicação popular foi considerada pelo grupo de entrevistados do MPA como uma de suas principais estratégias para que os valores propostos pelo movimento sejam melhores compreendidos pela sociedade.

Portanto, a partir desses depoimentos e registros, esta pesquisa pode inferir que a comunicação popular é um dos princípios do movimento. As entrevistadas Elielma, Iva e Euziane apresentam uma crença de que as mensagens chegarão aos brasileiros e serão melhores compreendidas com o apoio de diversas ferramentas: mídias sociais, intercâmbios, campanhas, bandeiras, resgate da memória camponesa, teatro, sites. Elielma acredita que:

“Para o povo camponês sempre existiram estratégias de comunicação. Na história da luta das Ligas Camponesas tinha muitas pessoas analfabetas, então elas usavam o cordel como ferramenta. A gente está buscando beber dessas fontes para se alimentar. Diante do golpe, a comunicação popular precisa estar enraizada no povo. Precisamos nos fortalecer, e fazer as denúncias, seja através de vídeos pequenos, panfletos, fôlderes, páginas, boletins, cordel, teatro. São formas de chegar as informações para o povo, para a base, numa linguagem mais simples, que possa entender a denúncia. [...] A educação popular e a comunicação popular são centrais” (Elielma).

Esse rico depoimento retrata o compromisso social da comunicação popular (PUNTEL, 1994; YAMAMOTO, 2008). A mesma entrevistada considerou o intercâmbio de sementes como uma importante expressão de comunicação popular, pois é a partir dos intercâmbios entre os camponeses que se dá a troca de experiências, o aumento do conhecimento e do nível de conscientização: “Num intercâmbio, a gente percebe que os agricultores trocam conhecimentos, que vão circulando entre eles, gerando outro conhecimento. Através das práticas agroecológicas a gente vai conseguindo fazer os intercâmbios” (Elielma).

As observações de campo mostraram (fig.19) ainda que a questão da simbologia é muito forte, como a bandeira do movimento, os cartazes de Paulo Freire e Mariguela, um espaço disponibilizado para uma biblioteca instalada no interior da UPC, com livros da editora Expressão Popular, para comercialização ou consulta. Os livros são de autoria dos próprios militantes do MPA e ou de especialistas na questão agrária (fig.20). “Nossa simbologia também comunica” (Elielma).

Figura19–Iva de Jesus e a simbologia presente na Unidade de Produção Camponesa (UPC)



Foto: Maria Clara Guaraldo, Canindé de São Francisco (SE), 2019

Figura 20 – Biblioteca instalada no interior da UPC (Elielma)



Foto: Maria Clara Guaraldo, Canindé de São Francisco (SE), 2019

Outra percepção, a partir dos diálogos com os integrantes do MPA, foi a presença do conceito de Paulo Freire de “educador-educando – educando-educador” (FREIRE, 1983) no trabalho diário do grupo. Isso pode ser observado na seguinte narrativa:

“Freire já dizia: o técnico tem de ser um educador popular, o educador popular deve saber comunicar uma expressão. A gente busca no dia a dia trabalhar essa comunicação que possa transformar a nossa realidade, seja pelo intercâmbio, no teatro, seja nas ruas com o povo, nos nossos atos, nos nossos espaços”(Elielma ).

Podemos observar que os depoimentos dos integrantes do MPA têm relação com a proposta freireana do diálogo problematizador. Em “Extensão ou comunicação?”, Freire (1983) evidencia que “o papel do educador não é encher o educando de conhecimento, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar através da relação

dialógica educador-educando, educando-educador a organização de um pensamento correto em ambos” (FREIRE, 1983, p.36).

Esta seção mostrou as inúmeras possibilidades de diálogos e sinergias entre a comunicação popular e a agroecologia para o enfrentamento do paradigma da Indústria Cultural e do agronegócio. Os integrantes do MPA, bem como os comunicadores populares em geral, dos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, expressaram neste estudo suas iniciativas nessa direção, tais como a campanha “Cada família adota uma semente”, o ato pedagógico de intercambiar sementes crioulas, o teatro por meio da arte-educação, a antropologia visual como estratégia para a valorização das identidades.

Enfim, um conjunto de expressões de comunicação capaz de estabelecer a sinergia entre a comunicação popular e os participantes dos processos, que se identificam e se percebem nos contextos. É justamente esse diálogo, essa problematização, essa análise dos símbolos, que podem contribuir para que as comunidades se enxerguem dentro do contexto da agroecologia, se conscientizem do seu papel, para, a partir de então, fazer o contraponto ao agronegócio brasileiro.

A seguir, falaremos sobre a relação da comunicação popular e as políticas públicas vigentes no recorte temporal deste trabalho.

#### **7.4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO POPULAR**

As políticas públicas do recorte temporal desta pesquisa (2003–2016) trouxeram para os municípios o enfoque territorial de desenvolvimento rural. De acordo com Porto (2015), a opção por este enfoque teve como objetivo trabalhar com um conjunto amplo de temáticas: gestão social, territórios rurais, competitividade territorial, articulação de políticas públicas, participação social, fortalecimento dos atores sociais, articulação urbano rural e desenvolvimento sustentável.

E é justamente com as temáticas de participação social e fortalecimento dos atores sociais que a comunicação popular dialoga no âmbito das políticas públicas territoriais. Destaca-se, ainda, que nos dois territórios, Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, as políticas públicas territoriais, com recorte na convivência com o Semiárido, também dialogaram e continuam a dialogar com os processos agroecológicos.

É o que pode ser constatado ao analisarmos o documento “Convivência com o Semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social” (CONTI;SCHROEDER, 2013), que aponta forte sinergia entre os princípios da convivência com o Semiárido e os princípios da agroecologia.

Rocha (2013), um dos autores do referido documento, ao abordar o tema soberania e segurança alimentar no Semiárido, explicita que programas voltados para a captação e armazenamento de água das chuvas, como no caso das cisternas de placas, cisternas calçadão, barraginhas e outras tecnologias sociais, ao mesmo tempo em que fornecem água e autonomia para as famílias do sertão, também ampliam os conhecimentos sobre o acesso à água e à terra, as sementes crioulas, os sistemas de produção familiar com base nos princípios da agroecologia, “elementos fundamentais para a soberania e a segurança alimentar e nutricional no Semiárido” (ROCHA, 2013, p.115).

Ancorados nos referenciais acima destacados, passaremos a analisar a relação entre a comunicação popular e as políticas públicas voltadas para o Semiárido, cujos princípios são pautados pelo diálogo com a agroecologia.

Considerada política pública de acesso à água, de acordo com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania, os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra, Duas Águas (P1+2)<sup>33</sup> não só levaram água para milhões de sertanejos, mas debateram, por meio de oficinas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)<sup>34</sup>, temas como o do direito à água e à educação contextualizada nas escolas públicas, o acesso às sementes nativas para plantio e soberania alimentar, economia solidária, agroecologia, entre outros (PORTAL ASA, 2019). E coube aos comunicadores populares da ASA, entre outros profissionais, articular e atuar nessas oficinas.

Segundo Costa (2013), em publicação editada pela Fundação Banco do Brasil, as cisternas de placas são consideradas tecnologias sociais e um dos principais elementos aglutinadores das entidades que mais tarde passaram a constituir a ASA. E como toda a

---

<sup>33</sup>O Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2) garante terra para produção e dois tipos de água: consumo e produção de alimentos. Incorpora a figura dos comunicadores populares da ASA. Seu principal objetivo é de [...] fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover soberania, segurança alimentar e geração de renda. A metodologia do programa inclui: favorecimento de processos educativos e formativos, valorização das experiências dos agricultores, adoção da agroecologia. Disponível em: <[www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em: 16 out.2019

<sup>34</sup> O GRH constitui uma oficina onde se discute, planeja e realizam-se práticas sobre o gerenciamento das águas da comunidade, a Convivência com o Semiárido e o uso tecnológico de cisternas de placa. Disponível em:<<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 14 dez. 2019

tecnologia social, o seu processo de construção é mais importante do que o produto final: “As almeçadas dinâmicas de empoderamento e de inclusão social não são geradas *a posteriori* pelas cisternas; são, sim, resultantes do processo de construção desses artefatos” (COSTA, 2013, p. 51).

No caso específico da construção de cisternas, o curso de Gestão de Recursos Hídricos, em algumas regiões, foi ministrado por comunicadores populares ou assessores pedagógicos para as famílias que receberam os equipamentos.

O curso aborda a importância da captação e do manejo da água para a melhoria das condições de vida das famílias e situa a água como um direito básico fundamental. As famílias também refletem sobre a importância da produção de alimentos apropriada às condições do Semiárido, momento em que são desconstruídos elementos do imaginário dos participantes: a ideia equivocada de progresso associado aos monocultivos ou à criação de bovinos, com a destruição da vegetação nativa para a produção de pastos; as consequências da concentração da água nas grandes propriedades rurais; o debate entre a água centralizada, nas mãos do poder público (abastecimento por meio de carros-pipa) ou da iniciativa privada (açudes e barragens dentro das propriedades de latifundiários) e a água descentralizada, um direito do sertanejo de acessar a água, por meio das cisternas de placas.

Segundo dados do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), da ASA, até dezembro de 2019, o programa alcançou o total de 1.092.884 de cisternas de primeira água, construídas com capacidade para armazenar 16 mil litros de água, 6.910 cisternas escolares com capacidade de 52 mil litros e 203.841 de produção para uso na agricultura, também com capacidade de armazenamento para 52 mil litros<sup>35</sup>.

Na visão de Oliveira (2018a), a cisterna é apenas um elemento pedagógico para a mobilização das comunidades. Em seus estudos, Oliveira (2018a), que também participa do Coletivo Macambira, uma das organizações pesquisadas neste estudo, afirma:

As tecnologias sociais produzem um efeito processual, onde a cisterna de placa é apenas um instrumento pedagógico para uma consequente mobilização das comunidades, famílias, criação de comissões locais, formações e capacitações em gerenciamento de recursos hídricos. A metodologia adotada junto às famílias constrói uma dimensão política, contribuindo na tomada de decisões e perspectivas de aprofundamento das políticas de convivência (OLIVEIRA, 2018, p.106).

---

<sup>35</sup>Disponível em: <[https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo\\_id=11021](https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11021)>. Acesso em: 14 dez. 2019

Entre os anos de 2011 a 2016, o Coletivo Macambira atuou nos territórios Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, em parceria com a ASA/AL, em projetos de construção de cisternas em áreas rurais camponesas, indígenas e nas escolas.

Oliveira (2018a) relata que coube ao Coletivo realizar oficinas de Gerenciamento de Recursos Hídricos no território indígena Kalankó<sup>36</sup>. As oficinas incluíram trabalho com importantes elementos de resgate das histórias de identidades e tradições do povo Kalankó, como o toré, pinturas corporais, danças em círculo, construção de mapas imaginários das comunidades, com uso da fotografia.

A experiência relatada por Oliveira (2018a) dá conta da presença da comunicação popular, no caso a fotografia, como um instrumento de mobilização e reflexão das populações indígenas participantes do curso de GRH. Outra integrante do Coletivo Macambira, Bruna Fernandes, entrevistada neste trabalho, explica que a própria criação e consolidação do grupo se deu a partir da sua atuação em oficinas para povos indígenas. Ela diz que:

“Os Xukuru-Kariris estavam em processo de retomada do território. Fizemos várias vivências na aldeia [...] na época conseguimos recursos do Fundo Nacional de Solidariedade<sup>37</sup> para realizarmos as oficinas de uso e ocupação do território indígena. Uma formação com os indígenas, desde as crianças até os mestres das comunidades. [...] Era justamente para discutir esse empoderamento dos povos indígenas sobre o seu território tradicional. Falávamos não apenas de uma terra, uma aldeia, mas do território, as tradições e como estava se dando a retomada da terra que os Xukuru-Kariris ocuparam no passado” (Bruna).

A fala da entrevistada reforça a relação que se deu entre a comunicação popular e as políticas públicas vigentes no recorte temporal desta pesquisa. Entre os anos de 2003 a 2016, foram demarcadas 102 terras indígenas (homologadas), 25 declaradas e 44 identificadas (PORTAL ISA, 2016). Uma portaria de declaração de posse permanente foi publicada em 2010 para as terras dos Xukuru-Kariris (PORTAL FUNAI, 2010)<sup>38</sup>.

E o trabalho do Coletivo Macambira de Comunicação contribuiu, por meio de oficinas temáticas, para o resgate do sentimento de cidadania e pertencimento do povo. O mesmo pode ser observado no trabalho destacado por Oliveira (2013a), em sua dissertação de mestrado, o qual explicita como o curso de Gerenciamento de Recursos

---

<sup>36</sup>Povo indígena situada na zona rural do município de Água Branca, no sertão de Alagoas.

<sup>37</sup>Fundo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos destinado ao financiamento de ações para o desenvolvimento comunitário. Disponível em: <<https://campanhas.cnbb.org.br/fns>>. Acesso em: 14 dez. 2019

<sup>38</sup>Informações sobre a retomada do território indígena Xukuru-Kariri. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2236-ti-xukuru-kariri-e-declarada-de-posse-permanente-dos-indios>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Hídricos, uma das ações da política de construção de cisternas, contribuiu para a valorização das identidades dos povos Kalankó.

As experiências apresentadas nesta seção se relacionam com o que descreve Lima (1981) sobre o papel da “ação cultural”, ao interpretar as ideias de Paulo Freire no livro “Comunicação e Cultura”. Para Freire (LIMA, 1981), a cultura do silêncio, tão característica do povo brasileiro, em consequência de sua história de povoamento e colonização, poder ser rompida com o que Freire chamou de “ação cultural”. Assim afirma Freire:

Os oprimidos vivem mergulhados numa cultura do silêncio e é o processo de conscientização mediante a práxis da ação cultural das classes populares que lhes torna possível de intervir, tornar-se Sujeitos de seus movimentos, isto é, capazes de escolha, de autodeterminação, de uma postura crítica face ao mundo, libertos do temor de existir criativamente em relação aos outros Sujeitos (LIMA, 1981, p.106).

Outra análise presente na fala da entrevistada (Bruna) é sobre a intencionalidade do Coletivo Macambira em atuar no sentido de desconstruir a imagem do Nordeste como um território inóspito e pobre, bem como desmistificar a figura do índio como um homem forte, corajoso, capaz de caçar e enfrentar a seca. Essa percepção pode ser ilustrada a partir de sua próxima fala:

“A intenção era dar visibilidade a esses povos, contar sua história, trazer a vivência deles. Sem estar tanto romanceada como a gente vê. Do índio que habita o sertão, como é esse índio [...]que não era aquilo que turista gostar de ver, gente foi vendo fazendo as vivências [...] mostrando que índio também bate feijão, que tem seus processos na comunidade” (Bruna).

Com esse relato e os demais apresentados, pode-se perceber que a atuação dos sujeitos desta pesquisa nos seus respectivos territórios, no campo da comunicação, são exemplos sobre como as políticas públicas favoreceram a comunicação popular no Semiárido.

Ao pesquisar o surgimento da figura do comunicador popular na ASA, Santos (2015) observa que foi justamente a partir da política pública P1+2, implementada a partir de 2007, que surgiu a figura do comunicador popular: “Um sujeito capaz de fazer a intermediação entre as histórias geradas pelas políticas públicas [aqui chamadas de sistematização de experiências], a população do Semiárido e as instituições responsáveis pelo fomento da tecnologia e pela mobilização social” (SANTOS, 2015, p.52).

Aqui vale a pena retomar a experiência de professores da Escola Municipal João Mariano Filho, de Estrela de Alagoas, os quais relataram que entre os anos de 2016 e 2018 funcionou um serviço de alto-falante durante os intervalos e, alguns anos antes, um jornal impresso elaborado pelos alunos e distribuído para a comunidade.

Professores e alunos participaram de processos de formação em comunicação liderados pela ASA em Alagoas e chegaram a produzir programas de rádio sobre temas como meio ambiente, alimentação, resgate e valorização da cultura local, acesso à água, conforme a fala reproduzida a seguir:

“Na primeira oficina foi pedido para as turmas identificarem a comunidade através de desenhos, para conhecer mais a sua localidade, as necessidades, os problemas [...] Eles também aprenderam a editar, a fazer o roteiro [...] eu lembro que eles visitaram e fizeram entrevistas com pessoas da comunidade, trabalharam o resgate de suas identidades”(Amparo).

A experiência vivenciada pelos alunos da Escola Municipal João Mariano Filho dialoga com os conceitos teóricos de Puntel (1994) sobre comunicação popular. Para a autora, esse tipo de comunicação começa por uma análise da própria situação social de cada um, que transforma as consciências e conduz à ação, ao envolvimento e à luta. Puntel (1994) explicita o significado de “popular” como um movimento de emancipação. Sua visão compactua com a perspectiva de Freire (LIMA, 1981) sobre ação cultural, já mencionada anteriormente nesta seção.

Peruzzo (2007) complementa o pensamento de Puntel (1994) e Freire (LIMA, 1981) ao ressaltar que é “participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária/popular, as pessoas vivenciam processos educativos que contribuem para sua formação enquanto cidadãos” (PERUZZO, 2007, p.83).

Os professores entrevistados para este estudo relataram, contudo, que, atualmente, com a descontinuidade do projeto e ausência de atividades de monitoramento pela ASA, a rádio saiu do ar e os temas já não são tratados com tanta profundidade, conforme demonstram as falas que se seguem:

“Hoje em dia eles ficam um pouco superficial. Mas a gente já teve trabalhos bem mais aprofundados [...] a questão da vegetação, dos animais [...] o nome da comunidade [...] o projeto da escola intitulado o ‘Peixe só nada, sem nada de lixo’[...]O MPA deu muita contribuição, assessorava no sentido assim de atividade e assistência técnica e também dando formações [...] então com esse projeto a gente tinha um leque aí de diálogos” (Maria do Amparo).

Outro professor entrevistado evidencia a sua preocupação com o futuro da comunidade, a partir da interrupção das políticas públicas que estavam em execução no período de 2003 a 2006. Ele demonstra isso na seguinte fala: “Com as políticas públicas é mais fácil encontrar parceiros para desenvolver trabalhos. A gente tinha um contato muito bom com a Aagra, ASA, o MPA” (Leandro).

Essa fala do entrevistado possui certa aproximação com o que diz a representante da Aagra. Para ela, os movimentos sociais entregaram o seu protagonismo ao governo e às políticas públicas durante o período de 2003 a 2016. “Eu acho que nós éramos um pouco mais do que hoje, éramos visionários no passado e hoje não” (Eunice).

A entrevistada é a atual coordenadora institucional da Aagra e tem sua origem nos movimentos sociais, junto às Comunidades Eclesiais de Base e à Comissão Pastoral da Terra (CPTs). Ela complementa o seu relato sobre as políticas públicas citando:

“Hoje a gente perdeu o foco. Quando a gente dizia no passado que a gente fazia educação, a gente fazia o construtivismo acontecer e pautava a educação formal. Quando o governo de esquerda assume e diz que vai fazer, a gente fica sem foco, porque ele assume e diz que vai fazer. [...] A escola do movimento, que era comunitária, passa a ser uma escola pública, com os professores do município. Essa é a educação que a gente vai ter de voltar agora, a gente nunca devia ter se afastado. Até 2002, a gente tinha essa afinidade da organização comunitária, focada na sustentabilidade, na recuperação do meio ambiente. Um debate muito mais arrojado. E aí quando a gente acha que o governo assume aquele sonho, a gente se perde, porque achou que era governo também. Aquilo que a gente fazia com muito mais agilidade aqui embaixo, o governo se perdeu na formatação, nos conceitos dos estudiosos, nos grandes eventos” (Eunice).

Esse depoimento aponta para um olhar crítico sobre o processo. Por outro lado, há também relatos que demonstram que as políticas públicas permitiram novas conquistas, como no caso do grupo de Teatro Raízes Nordestinas, que se tornou Ponto de Cultura em 2011 (fig. 21), por meio do Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva.

Trata-se de uma política pública implementada pelo Ministério da Cultura, a partir de 2004, com o intuito de incentivar organizações culturais excluídas dos circuitos de financiamentos. Ao serem reconhecidas como pontos de cultura ou pontões de cultura, além de ganharem notoriedade nacional, os pontos ou pontões ainda participavam de editais para terem acesso a recursos públicos (MEDEIROS *et al*, 2013).

Figura 21– Ponto de Cultura Teatro Raízes Nordestinas



Foto: Maria Clara Guaraldo, Poço Redondo (SE), 2019

O reconhecimento proporcionou a chegada de recursos para a instituição, que pôde adquirir instrumentos musicais e ampliar sua atuação, com a Escola de Música Popular.

Antes, porém, o grupo já havia participado da política pública Comunidade Ativa, do governo de Fernando Henrique Cardoso, encenando peças teatrais durante os encontros dos fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que ocorriam nos territórios do Estado de Sergipe. O Sebrae contratou o grupo para se apresentar nos eventos do DLIS e a peça encenada abordava a criação de caprinos e ovinos no sertão.

Contudo, de acordo com o relato de uma das entrevistadas, foi a partir de 2003, com o Programa Fome Zero, que o grupo passou a atuar de forma mais consolidada em oficinas de formação de agricultores que discutiam a inclusão produtiva rural contextualizada. Assim disse: “Em vez de criar boi, a peça montada buscava mostrar que o bode era a solução para o Semiárido” (Euziane).

A peça circulou por todos os estados do Nordeste e foi apresentada também em Brasília e São Paulo. Dentre as falas dos entrevistados do grupo, ficou claro o amadurecimento político dos participantes que começam a compreender, de forma mais política, a questão da convivência com o Semiárido, como demonstrado nesta fala: “Já tínhamos agregado muito politicamente da compreensão do que é o Semiárido, da convivência, já se começava a discutir essas coisas do desenvolvimento sustentável” (Euziane).

Para participar de editais de fomento ao teatro e à arte em geral, o grupo constituiu, em 2005, a Associação Cultural Raízes Nordestina (Acrane). Em 2006, passaram a integrar a metodologia de trabalho do Projeto Dom Helder Câmara<sup>39</sup> junto às comunidades rurais no âmbito do Projeto Cabra Nossa.

“O Projeto Cabra Nossa nos permitiu olhar para as comunidades e suas necessidades. Refletir sobre como poderíamos intervir nas comunidades aproveitando o que elas já tinham e também levando mais formação. Com o projeto Arte e Movimento, atuamos nas comunidades atendidas pelo Projeto Dom Helder. [...] Ali tinha oficina de associativismo, da questão de gênero, das questões culturais, fazíamos visitas nas comunidades e no primeiro dia tinha a noite cultural, que aí a gente provocava a comunidade a também apresentar o que ela tinha. Fazíamos o Teatro do Oprimido com as intervenções a partir dos temas da comunidade” (Euziane).

A fala de Euziane reforça a visão de Santos (2015) de que as políticas públicas interferiram positivamente no fortalecimento da comunicação popular nos territórios, no período de recorte temporal desta pesquisa.

Em seu depoimento, a entrevistada aborda que o grupo participava de processos de formação dos agricultores em temas técnicos e que as peças apresentadas buscavam sensibilizar os participantes da importância de se produzir alimentos e criar animais conforme a realidade do Semiárido. Ela menciona que:

“Em 2003, surgiu a oportunidade de a gente montar uma peça sobre a criação de ovinos no sertão, que é uma experiência que dá certo, então nós construímos a peça. E aí já teve uma ajuda maior, um apoio do Sebrae, da Petrobras e do Fome Zero. Um projeto maior que dialogou com o sertão todo [...]. Ainda hoje o Adilson das Queimadas [agricultor da comunidade de Queimadas que participou do projeto] cria [cabras], é um dos criadores que se identificou muito com a questão da cabra desde esse período. São 15 anos, muito tempo, então ficou uma semente do bem. Outros não porque a cultura do gado está muito enraizada na cabeça do nosso povo. [...] Primeiro que muita gente não gosta de carne de bode, né? Já começa por aí, tem que criar o que você gosta de comer. O nome do projeto era ‘Cabra nossa’ e da peça era ‘A cabra e o consórcio do bode’” (Euziane).

O conteúdo expresso nessa fala respalda a visão de Silva (2003), segundo o qual o desconhecimento da complexidade do Semiárido conduziu a práticas agropecuárias inadequadas, por exemplo, a criação de gado bovino, introduzido no Nordeste pelos

---

<sup>39</sup>Executado, desde 2001, pelo governo federal e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Projeto Dom Helder Câmara tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural no Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://portalsemiar.org.br/fida/projeto-dom-helder-camara/>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

colonizadores portugueses no século 17, um animal que necessita consumir muita água para a sua sobrevivência, ao contrário da caprinocultura.

Observa-se a partir dos diversos relatos dos integrantes do grupo de teatro e também de outros coletivos de comunicação popular que associar o teatro aos processos formativos locais, por meio do processo denominado pelo grupo de arte-educação, vem contribuindo para a desconstrução do imaginário da população local e modificando a visão dos agricultores do Semiárido sobre as tecnologias apropriadas ao sertão. De acordo com Silva (2006):

A convivência é uma prática cultural que visa a contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo da história da sua ocupação (SILVA, 2006, p.226).

A partir de entrevista realizada com outro comunicador popular (Egídio), com atuação no território Alto Sertão Sergipano, observou-se que a articulação que ocorreu entre as entidades em torno do território, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania do MDA, propiciou uma visão mais crítica sobre o desenvolvimento rural, suas implicações, bem como sobre a conjuntura.

O programa Território da Cidadania permitiu a organização das entidades em redes, e, ao mesmo tempo, instrumentalizou os comunicadores populares, que também participaram das reuniões para a análise de conjuntura, conforme destaca a seguir Egídio dos Santos Neto:

“Quando eu estava na escola agrícola não tinha muito sentido esse entendimento [...] E aí, quando eu vou para os territórios com a representação do CDJBC [Centro Dom José Brandão de Castro], vi todo mundo ali discutindo pautas comuns e saindo no final encaminhamentos pra resolver aquela pauta que é comum pra todos, aí você vê o entendimento desse trabalho em rede” (Egídio).

A fala de Egídio encontra-se refletida na visão de VALENCIA *et al* (2018). Os autores, ao fazerem uma análise da contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios, destacam o caráter mobilizador do Programa Territórios da Cidadania, que surge em 2008 como um espaço adequado para que o Estado pudesse empreender políticas públicas diferenciadas, a partir de uma ação de

Estado descentralizada que estimulasse a criação de institucionalidades mais democráticas, articulando atores sociais e políticas públicas.

Assim, apesar dos contrapontos destacados pelos entrevistados, ao longo desta seção, foi consenso que as políticas públicas de inclusão produtiva, de infraestrutura e educacionais dialogavam entre si e fomentavam o desenvolvimento dos territórios. Isso é ilustrado no conteúdo do depoimento seguinte:

“Foi um período de construção, de conquistas, associando luta e direitos. [...] Na linha dos programas da educação, o ProUni, eu mesmo sou formado na linha de administração pelo ProUni, com bolsa pelo Sisu. Lá na minha comunidade tem vários jovens formados através dessas políticas de educação. E aí, na área da agricultura, o PAA, o Pnae deu essa garantia do agricultor produzir seus alimentos e ter onde comercializar [...] o programa Água pra Todos da Cisterna, Luz para Todos, promovendo melhor qualidade de vida pra famílias. E aí a gente sai desse cenário para um cenário que é só corte, hoje cada vez mais, a gente vê nitidamente que não se quer ver pobre, negro, índio, em faculdade, né? Essa é a forma deles dizerem que não querem nós nesses espaços” (Egídio).

Podemos observar nessa fala a constatação pelo entrevistado da descontinuidade das políticas públicas. Com essa mesma constatação, outra entrevistada também enfatiza que as políticas públicas muitas vezes só alcançam bons resultados tendo em vista a história da comunidade, suas experiências passadas e formas de atuação. É o que pode ser observado a partir da fala de Maria Eunice de Jesus, ao contar a história do desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) leite de cabra no território. Ela diz: “O nosso primeiro PAA foi o PAA leite de cabra. E por que não PAA leite de vaca? Porque não é assim: vamos vender o leite de cabra que é uma beleza, não é bem assim. Tem uma história que já existia com a ovinocaprinocultura no território” (Eunice).

#### **7.4.1 – A percepção do golpe e a descontinuidade das políticas públicas**

Conforme já destacado em seções anteriores, as políticas públicas de desenvolvimento territorial estimularam as relações entre sociedade civil, Estado e governos, a partir da criação dos conselhos de desenvolvimento territoriais, e mostraram as lacunas existentes no país de espaços de participação social, principalmente nos contextos rurais.

Os conselhos de desenvolvimento territoriais são parte da metodologia de trabalho do Programa Territórios da Cidadania, onde os atores locais se reúnem para

debater as prioridades do território e mapear os desafios e pontos positivos. Os territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano instituíram seus Planos de Desenvolvimento Territorial (PDTRs) entre os anos de 2006 e 2011, incluindo neste marco temporal a revisão dos planos.

Coube aos planos indicar as políticas públicas necessárias aos territórios e como deveriam se articular. Recursos para o fomento das ações também entraram na pauta. Nesse sentido, durante o período de 2003 a 2016, foram várias as políticas implementadas, conforme já relatadas neste trabalho, entre elas, o PAA, o Pnae, o programa de construção de cisternas para consumo e para produção agrícola, o Pronaf, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, as feiras agroecológicas, bem como ações que buscavam a soberania alimentar, como o Programa de Sementes da ASA e os intercâmbios de conhecimentos agroecológicos.

No entanto, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, toma posse, em 12 de maio de 2016, Michel Temer, o qual até então ocupava o cargo de vice-presidente da República. Com a aprovação no Senado do afastamento definitivo da presidenta eleita, o vice-presidente passa a exercer efetivamente o cargo de presidente em 31 de agosto de 2016. Desde que assumiu de forma interina a Presidência da República, o governo de Michel Temer adotou um conjunto de medidas que mudou drasticamente as políticas voltadas ao meio rural (BOZIKI *et al*, 2019).

Dentre as medidas, Boziki *et al* (2019) apontam a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Medida Provisória nº. 726, de 12 de maio de 2016, e a junção dos programas do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Social, voltados para o campo, na Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), vinculada à Presidência da República. A Sead passou a congregar as seguintes pastas: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, responsável pelo programa “Amazônia Legal” (BOZIKI *et al*, 2019).

Essa mudança no cenário político administrativo do Governo Federal repercutiu nas regiões desta pesquisa. Isso pode ser observado nos relatos dos entrevistados. Um exemplo dado foi a desaceleração do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que desestruturou a cadeia de produção dos agricultores associados à Aagra, responsáveis pelo fornecimento do leite de cabra para o PAA leite,

com doação simultânea para famílias em vulnerabilidade. Isso pode ser observado a partir do depoimento seguinte:

“Famílias que até então recebiam três litros de leite, cinco dias por semana, passaram a receber, em 2018, apenas um litro de leite, três vezes por semana, o que criou um estoque do produto junto aos produtores rurais que passaram a receber menos recursos pelo repasse do PAA e, com menos quantidade de leite fornecida aos programas sociais, também passaram a ter de lidar com o problema do excedente da produção em seus estabelecimentos” (Gleice).

Essa situação se agrava com o governo Jair Bolsonaro, que assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2019. O novo desenho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) passa a não mais fazer distinção entre agricultores familiares e agronegócio, conforme observa Bozik *et al* (2019):

Hoje se observa que as políticas voltadas à agricultura familiar não foram extintas em sua totalidade, no entanto sofreram cortes significativos de orçamento [...] Muito além das disputas normativas, tais mudanças refletem disputas sobre o entendimento do desenvolvimento rural como sinônimo de agrícola, produtor de bens para inclusão e valorização no mercado. O rural enquanto um modo de vida, produtor e guardião de diversos bens materiais e imateriais, cede espaço para o rural forjado no empresarial, o *agrobusiness* (BOZIK *et al*, 2019, p.10).

De acordo com Bozik *et al* (2019), os territórios rurais que conseguiram continuar com suas atividades dependem agora, fundamentalmente, da atuação das organizações da sociedade civil e do protagonismo dos atores locais. Essa visão do autor é compartilhada pelos entrevistados desta pesquisa. Um exemplo ocorre no Território Alto Sertão Sergipano, no qual representantes dos movimentos sociais, até então membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial, perceberam a importância de continuarem dialogando entre si no âmbito do conselho e também junto às Câmaras de Vereadores dos municípios e às instâncias estaduais.

Essa realidade pode ser observada a partir da fala de uma das entrevistadas:

“Aqui no Alto Sertão, uma das estratégias que nós estamos traçando de resistência é a rearticulação do território, não da política territorial que foi extinta, mas da identidade do território enquanto espaço de debate e de luta e de resistência por essas políticas públicas. Então a gente já teve agora a nossa primeira reunião, conseguimos mobilizar, inclusive, a presença do secretário de Agricultura do Estado, quando nós apontamos também a necessidade de que ele pudesse dialogar conosco com alguns aspectos da agroecologia, da assistência técnica. Nós também temos buscado a ocupação das câmaras municipais, em audiências públicas com os vereadores. A ASA tem assumido esse papel juntamente com a federação dos trabalhadores, que também faz parte da coordenação estadual da ASA. Outra perspectiva que nós temos no Estado de Sergipe é a questão do plano estadual de agroecologia. Temos

visto isso como uma boa estratégia de movimentação e debate, assim como a questão da lei das sementes crioulas” (Daniela).

Nesta fala de Daniela, podemos visualizar formas de resistência à descontinuidade das políticas públicas. No Território Alto Sertão Sergipano, observou-se também a preocupação em despertar consciências, por meio da comunicação presente nos processos formativos, no teatro, na arte, no resgate de identidades locais, conforme relato a seguir:

“Não temos ainda a receita, mas sabemos que a tarefa é de manter o povo animado, na luta, consciente. [...] Nossa linguagem é o ideal. Às vezes a gente não consegue falar, a comunidade não quer ouvir nada sobre a violência contra a mulher, sobre a reforma da previdência, mas se eu chego lá fazendo uma encenação, com uma bombinha nas costas, passei o veneninho no tomate, o menino comeu tomate e morreu, não é preciso dizer mais nada a ninguém, né? Então é assim, a nossa mensagem tem que ser criativa” (Euziane).

Por outro lado, os entrevistados afirmaram também que a consciência política que conquistaram durante esse período se deu não apenas pelas políticas públicas vigentes, mas também por suas experiências passadas com as comunidades eclesiais de base, na Cáritas Diocesana, em movimentos agroecológicos, entre outras.

Portanto, o fato de as políticas públicas e a ruptura dos programas territoriais serem interpretados conforme a vivência de cada comunidade e/ou território nos remete ao que já discutimos em seção anterior: a questão da formação das identidades de um povo. Recorremos novamente a Bourdieu (2010), para quem “a diferença cultural é um produto da dialética histórica da diferenciação cumulativa” (BOURDIEU, 2010, p. 115). Para o autor, o que faz a região não é o espaço, mas o tempo e a história de um povo.

Por outro lado, essa percepção dos entrevistados sobre sua consciência política dialoga com o que afirmam Puntel (1994) e Peruzzo (2017) sobre a relação histórica entre as Comunidades Eclesiais de Base, pastorais e Cáritas Diocesana e a comunicação popular. Para Puntel (1994):

Em outras palavras, as Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil, desenvolvem um processo participativo de comunicação, com base em uma dinâmica de partilha horizontal das mensagens. Não há emissores e receptores: o povo é, ao mesmo tempo, transmissor e receptor (PUNTEL, 1994, p.246).

Trata-se, segundo as autoras, de um processo de contrainformação, de despertar consciências, de educação não formal. Portanto, as experiências relatadas pelos sujeitos

desta pesquisa demonstram que todo esse conjunto de expressões comunicacionais (teatro, fôlderes, campanhas de fortalecimento das sementes crioulas, rádios escolares, espaços de diálogos interpessoais, cordel, vídeos) buscam expressar como os grupos vivem, pensam ou desejam. E na visão de Freire (LIMA, 1981), é justamente a reflexão dialética sobre a realidade que permitirá o rompimento da cultura do silêncio. Portanto, não há como retroceder.

Assim, em cada território, as políticas implementadas tiverem um desenho próprio, não se homogeneizaram, pois, antes de execução, os grupos já existiam e resistiam nos territórios, conforme demonstram os relatos a seguir:

“Nos projetos que trabalhei, sempre digo que o que tem de deixar implantado na comunidade não é simplesmente aquela estrutura física. É a tecnologia e o empoderamento das famílias. Nossa resistência maior foi sendo construída lá atrás, a partir de uma série de conquistas, dos projetos, dessa mobilização e da comunicação. Hoje conseguimos resistir e lutar devido a essa consciência política [...] E temos de levar essa consciência política para outras pessoas através da comunicação popular, uma ferramenta que faz a gente ouvir e ser ouvido, que nos faz acreditar que a luta nunca deve parar” (Egídio).

“Passamos por uma era muito boa de políticas públicas, nos esquecemos que não poderia ser assim porque o governo é governo e a gente vai ser sempre a gente. Agora temos de fortalecer nossas relações de confiança, de solidariedade, de sinergia, porque será a manutenção desses grupos, dessa rede viva, dessa comunicação presencial, da presença humana, da solidariedade que vai garantir que a gente passe por essa travessia. Sem isso não tem como” (Eunice).

## **7.5– O PAPEL DAS RODAS DE CONVERSA NOS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS**

Para melhor compreensão do papel das rodas de conversa nos espaços comunitários dos grupos aqui analisados, faz-se necessário refletir e problematizar sobre a relação entre os conceitos de comunicação popular e comunitária e a visão de Freire (LIMA, 2001) sobre a Comunicação como um Diálogo.

Assim, nesta seção, será retomado e aprofundado o debate conceitual sobre comunicação popular e comunitária e sua relação com as ideias de Paulo Freire (LIMA, 2001) sobre comunicação como um diálogo, com o objetivo de melhor compreender o papel das rodas de conversa nos espaços comunitários onde a comunicação alternativa acontece.

Consideramos para este trabalho as rodas de conversa como uma das expressões de comunicação popular muito utilizadas pelos atores sociais que atuam nesse campo.

Joana Puntel (1994), em seus estudos conceituais sobre comunicação popular, discorre sobre a origem do conceito. Segundo a autora, refere-se a um tipo de comunicação “do povo” na América Latina, e é outra importante dimensão da Igreja Católica em matéria de comunicação. Puntel (1994) enfatiza que a comunicação popular, em sua gênese, não é um tipo qualquer de produção multimídia em grupos, como programas de rádio, vídeos, áudios, entre outros.

Também não é um tipo de comunicação no qual especialistas em agricultura falam para camponeses. Ao contrário, ela surgiu de um movimento em nível mais profundo: "Grupos de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares" (PUNTEL, 1994, p. 133).

Para a autora, a comunicação é uma questão de direitos humanos. Assim como na percepção da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), evidenciada em seção anterior, Puntel nos aponta ser a comunicação popular o direito à participação, o direito de dar e também de receber a informação, de forma não padronizada.

No resgate histórico que faz sobre o termo, Puntel (1994) afirma que a Teologia da Libertação teve grande influência na comunicação alternativa. Na década de 1970, a Igreja Católica, especificamente a Teologia da Libertação, as comunidades eclesiais de base e as pastorais já denunciavam a manipulação ideológica exercida, por meio da mídia, pelos grupos de poder político econômico. Dentro da perspectiva libertadora, participação era a palavra-chave em todas as atividades inspiradas pela Teologia da Libertação. É o que afirma a autora:

A teologia tem um efeito de caráter ideológico no desenvolvimento da comunicação alternativa: ela ajuda as pessoas a se tornarem, através de um processo participativo, em agentes de transformação. Nesse sentido, a comunicação assume um papel libertador na criação de um espaço democrático para desenvolver o potencial e a mobilização dos setores populares no trabalho de transformação social (PUNTEL, 1994, página 27).

Puntel (1994) também traça a relação histórica entre os termos “Difusão de Inovações”, “Comunicação Popular” e a teoria de Paulo Freire sobre “Comunicação como um Diálogo”.

De acordo com a autora, entre 1960 e 1970, surge a Teoria da Modernização que, segundo Everett Rogers (citado pela autora em sua obra), buscava atualizar tecnicamente as estruturas consideradas arcaicas dentro do padrão capitalista americano. Tratava-se de um movimento de mudança por meio da difusão cultural, buscava-se alcançar o bem-estar da população a partir da adoção de inovações tecnológicas e de

padrões estrangeiros de industrialização. Essa visão de desenvolvimento e modernização foi introduzida no Brasil por governos nacionalistas, agências internacionais, como Banco Mundial, OEA, FMI, Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

Na perspectiva da autora, era uma forma de modernização baseada nos processos e modelos dos países desenvolvidos, centrado na crença de que as nações subdesenvolvidas tinham de superar suas estruturas políticas arcaicas e o marasmo de suas sociedades tradicionais se quisessem repetir a mudança histórica experimentada pelas nações ditas desenvolvidas, “no entanto, mais da metade da década de 60 se passou e o fosso entre os dois mundos tornou-se maior, não tendo diminuído como se esperava” (PUNTEL, 1994, p. 87).

É também nesse mesmo período que as ideias de Paulo Freire influenciaram no Catolicismo da América Latina, fazendo a contraposição. Segundo Puntel:

No âmago da visão política e pedagógica de Paulo Freire há a percepção filosófica de uma humanidade libertada. As ideias de Freire fundamentam-se no respeito à vida e no reconhecimento de que a esperança futura não justifica uma aproximação paternalista junto ao oprimido, mas promove formas de crítica e de luta contra as forças da opressão (PUNTEL, 1994, p.91).

Na concepção de Puntel (1994), a conscientização é um dos princípios relevantes para atingir a libertação, o que demonstra, na visão da autora, a influência no pensamento de Freire na Igreja da América Latina.

Em estudos que desenvolveu sobre as ideias de Paulo Freire, Lima (1981) destaca o pensamento do filósofo, para quem “dialogar não significa invadir, manipular, ou fazer slogans. Trata-se sim de um devotamento permanente à causa de transformação da realidade” (LIMA, 1981, p. 65). O autor, que dedica a obra Comunicação e Cultura a analisar e avaliar as ideias de Paulo Freire, ainda enfatiza que na concepção de Freire:

A comunicação implica uma reciprocidade que não poder ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência à sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicação (LIMA, 1981, p.64).

Puntel (1994) destaca que, em nível cultural, nesse período surgem pesquisadores de renome no campo da comunicação com a mesma perspectiva sobre o tema: Antônio Pasquali, da Venezuela (Teoria da Informação), Elísio Veron, da

Argentina (Semiologia), Ramiro Beltran, da Bolívia (Políticas de Comunicação) e Paulo Freire, Brasil e Chile (Abordagem Crítica em Comunicação).

Puntel e Freire, embora tenham escrito suas publicações sobre comunicação popular e comunicação como diálogo na década de 1990 e de 1980, respectivamente, seus conceitos são mais atuais do que nunca. Trazendo a reflexão dos dois autores para a década 2000, Yamamoto (2008), em estudos produzidos pelo Núcleo de Pesquisas em Comunicação para a Cidadania, do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), reflete sobre a necessidade de se trabalhar conceitualmente a distinção entre os termos comunicação popular e comunicação comunitária, referindo-se tanto às comunidades eclesiais de base quanto às ideias de Freire para diferenciar a origem dos dois conceitos, sem, no entanto, deixar de considerar e valorizar ambos.

Na visão do autor, reconhecer as formas discursivas ideológicas de grupos e movimentos sociais que fazem uso da comunicação é o primeiro passo para aplicar o conceito de popular ou comunitário.

Na sua perspectiva, para melhor definição do tipo de comunicação praticada, é importante que sejam observadas onde estão inseridas as práticas comunicacionais, sua institucionalidade, os tipos de atividades que as instituições que praticam a comunicação popular ou comunitária desenvolvem, suas relações internas e externas, bem como toda a sua forma de organização social.

Portanto, na visão de Yamamoto (2008), esse tipo de comunicação se restringe a grupos sociais e é preciso que se leve em conta sua peculiaridade histórica, ou seja, sua origem voltada para o processo de redemocratização, quando grupos populares das décadas de 1970 e 1980 reivindicavam, além da abertura democrática, melhores condições de vida (YAMAMOTO, 2008).

É nesse ponto que Puntel (1994) e Freire (LIMA, 2001) convergem suas perspectivas. Enquanto Puntel discorre sobre o nascimento da comunicação popular, a partir das comunidades eclesiais de base e dos pressupostos da Teologia da Libertação, Lima (2001), a partir da releitura das Ideias de Paulo Freire, relaciona a comunicação popular à Teoria do Diálogo, uma teoria desconsiderada pelos Modelos Teóricos para o Estudo das Comunicações, identificados como Manipulação, Persuasão, Função, Informação, Linguagem e Mercadoria.

O modelo teórico do Diálogo, que tem como referências Paulo Freire e José Marques de Melo, embora tenha surgido entre 1960 e 1970, até hoje pouco é citada ou considerada nos estudos dos modelos teóricos conceituais de comunicação. Elaborado

por Paulo Freire, caracteriza-se pela interatividade, diferenciando-se da comunicação de massa, unidirecional e centralizada, e hoje tem se tornado mais atual do que nunca, com o advento das mídias sociais, produto da recente revolução digital (LIMA, 2001).

Nesse sentido, Yamamoto (2008) revisita o conceito de comunicação popular e comunitária, destacando que no período de 1970 a 1980, as expressões comunicacionais ditas alternativas buscavam a transformação social e a luta pela redemocratização. No entanto, o autor reconhece que as atuais práticas comunicativas perderam muito da identidade daquela época, influenciadas pelo novo contexto político e econômico. Para Yamamoto:

Observa-se que a palavra “comunitário” suscita um significado menos subversivo que “popular”; ou pelo menos não carrega as marcas de um perigo iminente. Naquela época, o uso da expressão “comunitário” constituía uma estratégia política dos grupos populares para enganar a repressão ou a censura de seus veículos. Esta significação ainda hoje é preservada, mas seu uso tem a finalidade política de esvaziar o sentido histórico do popular (YAMAMOTO, 2008, p.28).

Por fim, o autor faz a diferenciação entre os dois conceitos da seguinte forma:

O significado histórico de comunitário e popular indica práticas contrárias e conflitivas: ao passo que o primeiro busca a conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas, o segundo procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular” (YAMAMOTO, 2008, p.16).

Trazendo a discussão sobre os conceitos de comunicação popular e comunitária para esta pesquisa, observa-se que boa parte das expressões de comunicação aqui relacionadas e seus respectivos atores sociais praticam e valorizam as rodas de conversa em seus espaços comunitários como estratégia de transformação social.

Analisando os documentos oficiais da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), observa-se que entre as ferramentas mais utilizadas no campo da comunicação popular, destacam-se as rodas de conversa, o intercâmbio e a sistematização de experiências, ou seja, uma comunicação que se caracteriza por ser face a face, presencial.

Assim detalha o documento “Comunicação Popular no Semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida” (ASA, 2018):

Qualquer lugar serve como espaço de aconchego para o povo do Semiárido prostrar. Ali, bem do lado da cisterna que está sendo construída, nascem também diálogos importantes para a vida das pessoas dessa região. Não precisa de televisão para dar o tom da conversa. São as experiências de cada um e cada uma que saem mostrando os desafios das famílias e, muitas vezes, naquela mesma conversa, são encontradas as soluções para a superação

desses desafios. Alguém tem dúvida que isso é comunicação popular? (ASA, 2018, p.13).

Essa visão da ASA sobre comunicação popular encontra respaldo junto ao trabalho que a Aagra desenvolve com os agricultores agroecológicos, bem como na forma de atuação do teatro Raízes Nordestinas e no intercâmbio de sementes praticados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. Há um sentimento entre os atores sociais dessas instituições de que a comunicação interpessoal é mais importante do que a comunicação que acontece por meio das mídias digitais, do rádio ou da televisão. Assim destaca uma das entrevistadas:

“Hoje, essas redes facilitam, mas não são necessárias para fazer acontecer a sinergia entre os seres humanos. São nos processos formativos, como no curso de agroecologia, nas reuniões do grupo de produtores de hortaliças, de milho, de pequenos animais, entre outros, que se dão a troca de conhecimentos, o diálogo de saberes. As ferramentas de comunicação não são tão necessárias, pois parte-se do pressuposto que é nesse contato presencial que se fortalecem os laços, os compromissos com a produção e com o coletivo” (Eunice).

Essa visão sobre comunicação coincide com o que observou Costa (2006) durante pesquisa de campo na Amazônia para trabalho intitulado “Comunicação e Meio Ambiente – Análise de campanhas de prevenção de incêndios florestais na Amazônia”. Para o autor, a comunicação estabelecida com agricultores e agricultoras por parte das organizações não governamentais está baseada em um método de trabalho que envolve reuniões e cursos nas próprias localidades, associados ao uso dos meios, sobretudo os impressos (cartilhas, cartazes, calendários, fôlderes.).

Durante a fase de campo desta pesquisa também foi possível perceber que a vivência histórica de parte dos sujeitos, a maioria oriunda dos movimentos sociais, como a Aagra, a Cáritas Diocesana, facilitou sua mediação junto aos grupos de agricultores. Fazer parte do mesmo universo foi apontado pelos entrevistados como o principal fator que leva a esta mediação, a esta credibilidade por parte dos comunicadores populares e líderes de movimentos sociais.

A identidade e a identificação com as causas sociais dos agricultores são fundamentais para a garantia de quorum nos processos formativos ministrados pela Aagra ou nas apresentações teatrais do Raízes Nordestinas: “Se eu não fizer parte desse universo, tudo que eu fizer de comunicação não vai fluir” (Eunice).

Eunice afirma que a comunicação presencial jamais será substituída pela comunicação das mídias sociais. Essa estratégia de comunicação digital apenas

contribui, reforça, mas é possível sobreviver sem ela, pois, de fato, a comunicação é mais forte e mais presente durante os processos formativos, onde as pessoas estão reunidas por uma causa comum que gera sinergia, gera aquisição de conhecimento. “Na formação continuada, existe aquisição de conhecimento, precisa de gente, pessoas, cheiro, comida, perfume, contato, olhar, você precisa disso pra formação fluir e a transformação acontecer com a pessoa”, diz ela.

A afirmação acima reforça a visão de comunicação popular dos teóricos Puntel (1994), Freire (Lima, 2001) e Yamamoto (2008) e também coincide com o que se propõe os processos agroecológicos baseados na tríade ciência, prática e movimento (PETERSEN, 2013).

A entrevistada (Eunice) não reconhece, no entanto, as ferramentas de comunicação como jornal comunitário, rádio, vídeos e redes sociais como essenciais no processo participativo. Ela afirma que a comunicação presencial, que acontece por meio de rodas de diálogos, debates, místicas, processos de formação continuada e intercâmbios de experiências, é mais importante e necessária para a mobilização e o desenvolvimento comunitário. Para ela, os movimentos sempre se organizaram nesse sentido, assumindo com responsabilidade o compromisso com as datas e horários de reuniões, sem necessidade de redes sociais.

“As redes sociais são coisas muito novas. [...] o máximo que acontece é que vai ter um evento não sei onde e antes a gente tinha que ir lá atrás da pessoa garantir que a pessoa fosse, agora ficou fácil, né? Manda uma mensagem [...] Ajudou. Agora, essa outra parte não ajudou, porque para garantir a presença precisa sinergia e a sinergia só se faz com a presença humana, as pessoas precisam se sentir, o meio de comunicação facilita, mas não ajuda, não agrega. Esse debate é fictício porque, na hora do ‘vamos ver’, você precisa de uma presença humana, não se consolidam as coisas sem a presença humana. Você pode fazer o que quiser, mas se as pessoas não estiverem presentes, esse grupo num vai rolar não” (Eunice).

O relato da entrevistada corrobora com a visão de comunicação popular da ASA, para quem esse tipo de comunicação, feita de forma simples, porém cuidadosa, pode promover grandes transformações. Para a instituição, a comunicação popular pode ocorrer debaixo de uma árvore, em sítios, assentamentos, nas portas das igreja, nas feiras, nas reuniões das associações, nas rádios comunitárias, nos intercâmbios. “Não vem pronto e embalado, como acontece com a comunicação que é feita pela grande mídia: televisões, jornais, revistas e rádios comerciais” (ASA, 2018, p. 14).

Eunice atua na Aagra desde a sua criação, há aproximadamente 30 anos. Em entrevista concedida para este estudo, ela relata que os processos de comunicação presenciais são históricos e foram determinantes, inclusive, para a criação da própria Aagra. Assim relata a entrevistada:

A Aagra começa a se organizar em 1986, eu não acompanhei essa primeira etapa que era uma etapa da agricultura alternativa, juntar os pequenos agricultores, trabalhar na preservação do meio ambiente, através dos mutirões, principalmente no trato a terra, cobertura morta, vender na feira. O primeiro projeto que eles conseguiram foi uma rádio poste para vender na feira os produtos da agricultura. [...] Era um sistema que andava. Por exemplo, a feira era em Igaci, tinha atividade, se fosse em Estrela de Alagoas, um pólo forte, o sistema de som ia pra lá também. O sistema de som ia chamando as pessoas para a feira, para comprar. Na prática era um projeto de mobilização social, os agricultores, cerca de 20, juntavam sua produção e levavam para a feira, para essa grande banca em Palmeira dos Índios. Eles estavam na feira, participavam de debates, formação. Na época existia uma atividade com as Comunidades Eclesiais de Base, e uma ação em Pernambuco com um grupo que pensava agricultura alternativa. Esse movimento inspirou e contribuiu para o surgimento de organizações como o Serta<sup>40</sup>, a Aagra, o Centro Sabiá, e um grupo lá de Minas que era o CAA. Esse grupo surge de um processo de formação em agricultura diferenciada, mas que no fundo era um debate político sobre o modelo de produção.

Essa mesma visão de que a comunicação popular pode se dar em diversos espaços de interação social é percebida no trabalho que o Grupo de Teatro Raízes Nordestinas desenvolve no Semiárido. As peças apresentadas pelos jovens são consideradas importantes expressões da comunicação popular, junto com as rádios comunitárias, o boletim O Candeeiro, apresentado em capítulo anterior deste trabalho, os vídeos populares, as feiras e o cordel, conforme atestado em publicação institucional da ASA:

Nesses veículos, estão registrados o jeito de as famílias produzirem, com seus desafios e conquistas, bem como questões relacionadas ao acesso à água e à terra, às formas de comercialização, à cultura, outras tantas. Na verdade, eles expressam os caminhos que essas populações trilham na luta por mais qualidade de vida e que podem ser inspiradores (ASA, 2018, p. 14).

Essa também é a visão partilhada pelos integrantes do grupo de teatro Raízes Nordestinas. Os jovens apostam na chamada arte popular: “Uma arte que toca, preenche

---

<sup>40</sup> O Serta – Serviço de Tecnologia Alternativa – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como missão formar pessoas para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, na promoção do desenvolvimento sustentável, com foco no campo. A organização foi fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. Desde sua origem, teve como foco o desenvolvimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar. Disponível em << [www.serta.org.br](http://www.serta.org.br)>> , acesso: mar/2020.

e mobiliza. Nosso objetivo é fazer com que os participantes [do teatro e da escola de música popular] se percebam para além do palco e da música, no sentido de também compreenderem a sociedade” (Euziane).

A partir dos relatos dos entrevistados e das análises dos documentos da ASA, observou-se que as perspectivas dos grupos – que praticam a comunicação popular – de contribuir para transformarem a realidade condizem com o que preconiza Puntel (1994) e Freire (Freire *apud* Lima, 2001), para quem a verdadeira comunicação só se faz com o diálogo. Ainda nessa direção, Petersen e Almeida (2006) acrescentam outro elemento que se soma ao debate sobre o papel social da comunicação popular. Os autores enfatizam que, assim como ocorreu com a comunicação popular, a gênese do movimento agroecológico no Brasil foram os processos educativos estabelecidos pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Pastoral da Terra.

Com essa mesma percepção, Puntel (1994) se refere às Comunidades Eclesiais de Base, à Teologia da Libertação e aos processos de educação popular de Paulo Freire como gênese da comunicação popular praticada pelos movimentos sociais. A articulação dopensamento de Petersen e Almeida (2006) e Puntel (1994) contribui para inferirmos ser possível e, em crescimento, a relação entre a comunicação popular e a agroecologia, e nos ajuda a compreender ser a agroecologia um campo fértil para o florescimento das ações estratégicas de comunicação popular.

## 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de atualmente estarmos vivendo um período de instabilidade institucional, pautada pela redução dos investimentos em políticas públicas e, especialmente, pela extinção de programas e projetos que foram implementados nos governos Luiz Inácio da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), esta pesquisa optou por estudar os processos de comunicação popular e de agroecologia nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, fazendo um recorte temporal de 2003 a 2016.

Essa escolha se deu pelo fato de que, nesse período, foram diversos os movimentos sociais com atuação em programas de políticas públicas que adotaram algum tipo de expressão popular para ampliar a compreensão sobre cidadania, conquista de direitos e papel da comunicação popular nesse contexto.

Durante o percurso acadêmico, propus analisar as políticas públicas para municípios com perfil predominantemente rural e qual a relação entre o que aconteceu em termos de investimentos sociais e os processos de comunicação popular e agroecologia. Nesses dois anos, também me propus a analisar a relação entre a comunicação popular e a agroecologia, como vem se dando esse diálogo, quais os seus avanços e limitações.

Com este trabalho, estabeleceu-se um objetivo geral e três específicos, a fim de buscar respostas para as questões de pesquisa. Porém, nessa trajetória, como ocorre com pesquisadores em busca de respostas para suas questões, nos deparamos com “achados” que permitiram compreender melhor o conceito de comunicação popular, cuja origem se deu com a Teologia da Libertação, com atuação das comunidades eclesiais de base e com a Teoria do Diálogo de Paulo Freire.

Também foi possível fazer a distinção entre a comunicação comunitária e a comunicação popular e perceber que são conceitos diferentes, conforme explicitado na última seção desta dissertação.

Contudo, essas não foram as principais conclusões deste trabalho, mas constituem-se em importantes informações que, esperamos, possam contribuir para a ampliação do conhecimento neste campo.

A partir das entrevistas realizadas com os comunicadores populares, agricultores agroecológicos, técnicos que atuam no campo da extensão rural e da comunicação popular, foi possível identificar o quanto as políticas públicas, no âmbito do recorte

temporal proposto, foram importantes para o fortalecimento da comunicação popular e o desenvolvimento rural. Mas também observou-se que as identidades e modos de vida das comunidades que participaram dos processos influenciaram na forma como as políticas foram implementadas.

Como exemplo, podemos citar a relação entre as políticas de acesso à água e a comunicação popular. A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), responsável pela execução do Programa Nacional de Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, instituído pela lei nº 12.873/2013, atualmente subordinado ao Ministério da Cidadania, implementou em 14 anos (2003–2016), 1,3 milhão de cisternas em todo o território ocupado pelo Semiárido brasileiro.

Segundo Costa (2013), as cisternas de placas são consideradas tecnologias sociais e um dos principais elementos aglutinadores das entidades que mais tarde passaram a constituir a ASA. E como toda a tecnologia social, o seu processo de construção é mais importante do que o produto final: “As almejadas dinâmicas de empoderamento e de inclusão social não são geradas *a posteriori* pelas cisternas; são, sim, resultantes do processo de construção desses artefatos” (COSTA, 2013, p. 51).

Nessa direção, lembramos aqui o que apresentamos em seção anterior, o fato de que os cursos de Gestão de Recursos Hídricos, coordenados também por comunicadores populares ou técnicos em extensão rural com forte relação ou visão de comunicação popular, propiciaram que o debate entre direito à água fosse feito entre os moradores das comunidades. E isso ampliou suas capacidades de discernimento entre o que é um direito e o que é um benefício. A população do Semiárido que conquistou o direito a um equipamento, como a cisterna, também teve a oportunidade de fazer o debate sobre políticas públicas, direito à água, direito à comunicação, cultura e identidades.

Esse exemplo ilustra bem o importante papel da comunicação popular enquanto elemento que contribui para a transformação e a implementação de ações agroecológicas no meio rural, pois a transformação só ocorre quando o ser humano se dá conta do lugar que ocupa e do seu direito de reivindicação enquanto cidadão do Semiárido. Portanto, difundir programas e projetos de convivência com o Semiárido, como tem feito a ASA e as organizações associadas a ela, como a Aagra, Sasac, Centro Dom José Brandão de Castro e outras apresentadas nesta pesquisa, tem sido a missão da comunicação popular no Semiárido.

Não se trata apenas de comunicar, por meio de vídeos, áudios, redes sociais, jornais impressos ou internet. A comunicação popular é mais ampla, pois no seu cerne

estão as mensagens de transformação social e os espaços de encontros comunitários. Portanto, este estudo demonstrou que apenas os instrumentos de comunicação não são capazes de promover a mudança. O “olho no olho” entre os participantes das rodas de diálogos são essenciais para o fortalecimento de ações e projetos que buscam a construção de novas narrativas sobre o Semiárido e, principalmente, a desconstrução de paradigmas, como, por exemplo, da importância econômica do agronegócio e do uso de tecnologias descontextualizadas com as realidades locais.

Ao contrário do preconizado pelas mídias e pela Indústria Cultural, o agronegócio não tem sido visto por essas comunidades como a solução de seus problemas. Ao contrário, os grupos aqui estudados buscam romper com esse sistema por meio da agroecologia e da comunicação popular.

Por outro lado, foi possível observar que essas expressões de comunicação ainda continuam sendo iniciativas de organizações da sociedade civil que ocupam espaços entre as fissuras da Indústria Cultural, que continua impondo seus valores para a sociedade brasileira. Porém, com o advento das mídias sociais, há possibilidades maiores de ampliar o diálogo entre os atores sociais, como vem fazendo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Jovens, filhos de agricultores, criaram suas próprias estruturas de comunicação, com o uso do Facebook, Instagram, redes de WhatsApp e os intercâmbios de experiências.

Nessa direção, no sentido de ocupar as fissuras da Indústria Cultural e ampliar a penetração da comunicação popular, encontramos o boletim O Candeeiro, publicação impressa produzida pela ASA para as comunidades rurais, em espaços como feiras agroecológicas, seminários, congressos, intercâmbios entre agricultores para troca de experiências ou de sementes crioulas.

Ao analisarmos os resultados que O Candeeiro vem provocando entre os sujeitos desta pesquisa, como, por exemplo, as agricultoras agroecológicas que se viram retratadas no jornal, foi possível perceber o potencial de comunicação desse instrumento. Embora um jornal impresso de caráter comunitário, o boletim se diferencia dos demais por ser elaborado em um processo participativo, no qual a personagem principal, normalmente uma agricultora ou agricultor, chamado de experimentador ou agroecológico, tem a possibilidade de construir o conteúdo em parceria com o comunicador popular.

Depois de finalizado, o texto retorna para as famílias, a fim de verificar se, de fato, a personagem principal se vê refletida corretamente no veículo. Feito isso, o

boletim é impresso e entregue nas mãos do agricultor que contou a sua história para que ele mesmo, ao contrário das mídias tradicionais, possa levar a sua história para a comunidade. Portanto, essa é a grande diferença entre a comunicação popular e a comunicação hegemônica: a história é contada sob a ótica da comunidade, que se vê e se percebe no texto.

Outra experiência que foge aos padrões da comunicação hegemônica é o intercâmbio de sementes. Visitamos a Unidade de Produção Camponesa (UPC), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em Canindé de São Francisco, interior do Estado de Sergipe. Lá ocorre o intercâmbio de sementes crioulas, onde o agricultor tem a oportunidade de perceber que o ato de trocar sua semente com outro agricultor não se restringe à ação em si. É algo que vai muito mais além, pois é carregada de simbologias, como a questão da soberania alimentar e o enfrentamento ao agronegócio.

O teatro do grupo Raízes Nordestinas também faz parte do rol de expressões populares que buscam superar o modelo hegemônico vigente de comunicação. Ao contrário do teatro tradicional, ele acontece nas ruas da cidade, em shoppings, seminários, congressos e gratuitamente aos espectadores. Os temas são diversos, mas todos visam à autonomia dos sujeitos, ao despertar da cidadania e à valorização do Semiárido.

O grupo é formado por jovens das zonas rurais de Poço Redondo, terra por onde andou Lampião e Maria Bonita, espaço que, por si só, já vem carregado de simbologias, como avaliaram os entrevistados do Território Alto Sertão Sergipano.

Em suas peças, os jovens abordam temas que buscam desconstruir narrativas conservadoras ainda muito presentes no Semiárido brasileiro, entre elas, a de que o Semiárido é um lugar de pobreza e falta d'água, onde o gado morre de sede e de fome. Ao contrário, eles mostram que no Semiárido é possível viver da agroecologia, garantir a soberania alimentar, por meio de ações importantes como o intercâmbio de sementes. Eles ainda desconstróem a antiga ideia de que o que é bom para o sertão é aquilo que vem de fora do Nordeste ou até mesmo do país.

As peças do grupo de teatro também têm sido utilizadas como ferramenta pedagógica em processos de capacitação/formação de agricultores, como no caso do Projeto Dom Helder Câmara, que contratou o grupo para encenar uma peça sobre a questão da ovinocaprinocultura no Semiárido.

Em resumo, a pesquisa mostrou que a comunicação popular praticada pelos movimentos sociais nos dois territórios estudados tem como princípio combater a forma

romanceada e estigmatizada como o Semiárido é visto pela população brasileira e desconstruir o imaginário coletivo, a partir da reconstrução de narrativas dos povos que habitam o bioma. A desconstrução desse imaginário coletivo também deve ser um componente a ser considerado dentro das políticas públicas.

Assim, concluímos que não basta adentrar o sertão com uma proposta ou um programa de política pública que vise, por exemplo, ao aumento da renda do produtor rural, se não forem considerados os modos de vida dessa população, suas crenças, identidades e formas de ver o mundo. E, nesse contexto, fazer uso dos instrumentos de comunicação popular, como o rádio, o teatro, o cordel, as místicas, para promover esse debate deve ser um dos caminhos a ser seguido, caso, de fato, os governos tenham a intenção de enfrentar a pobreza rural.

Por outro lado, também pudemos observar neste estudo experiências que sobreviveram enquanto as políticas públicas existiam, porém, entraram em declínio, por falta de apoio e pelo desinvestimento nos programas por parte do governo federal. A título de exemplo, citamos aqui o Ponto de Cultura Meninos do Sítio, coordenado pela Associação Comunitária de Arte e Cultura do Agreste (Aaca), mantenedora da Rádio Mundial FM, localizada na zona rural de Igaci, no Território Agreste Alagoano.

A Rádio Mundial FM foi criada no começo dos anos 2000, por intermédio da Associação Comunitária de Arte e Cultura do Agreste (Aaca). Em 2011, foi reconhecida pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura Meninos do Sítio. Situada na zona rural denominada Sítio Cachoeira, a rádio chegou a ter programação diária das 6h às 18h.

Atualmente, a rádio funciona somente aos domingos, quinzenalmente, das 6h às 14h, porém, sem regularidade. Apesar de valorizar a cultura local e as manifestações culturais, foi observado durante a visita de campo e a partir de uma conversa com os moradores do entorno, que a rádio, embora denominada comunitária, possui suas instalações fechadas durante a semana.

Após o reconhecimento do Ministério da Cultura, outras ações foram desenvolvidas, como a formação de grupos folclóricos, pesquisa cultural, acesso à internet para a comunidade, curso básico de informática e cursos de locução e operação de áudios. Também foram adquiridos máquinas de costura e computadores.

No entanto, os cursos não são mais ministrados e os maquinários permanecem depositados no interior da associação. Portanto, o princípio da comunicação popular, que pressupõe participação e transformação social, não se concretizou.

Com base nos exemplos apresentados e com o intuito de encerrar este trabalho, vamos retomar as questões que nos guiaram ao longo de todo esse percurso, indicando as respostas encontradas.

Assim, as considerações apresentadas a seguir constituem-se em pontos de chegada, e, ao mesmo tempo, em pontos de partida para trabalhos posteriores, desenvolvidos por mim ou outros pesquisadores. Ressaltamos, no entanto, que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, em alguns momentos, as respostas para essas questões poderão se sobrepor ou se complementar.

Sobre a primeira questão (como a comunicação alternativa, popular, horizontal, dialógica, está presente nos processos de desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro?), podemos conceber que essa comunicação está presente de diversas formas: (1) por meio do teatro popular, que fala sobre a convivência com o Semiárido; (2) no cordel que conta a história de um rio, uma cidade, da agroecologia, das sementes, das mulheres, das comunidades; (3) nos sistemas de som instalados em feiras e escolas públicas que fazem o debate sobre o meio ambiente, os direitos e a cidadania, resgatando as origens da comunidade e a sua ancestralidade; (4) no intercâmbio de sementes crioulas e suas campanhas que estimulam as famílias agricultoras a adotarem uma semente; (5) nos processos formativos em agroecologia, por meio de rodas de conversa, consideradas o ponto de partida para formação do agricultor agroecológico; (6) no boletim O Candeeiro, em seu processo participativo de construção da notícia; (7) nas imagens que se constroem sobre a identidade de uma comunidade, por meio da fotografia em um processo de antropologia visual, no qual, segundo Campos (1996), registros fotográficos de agricultores, indígenas, quilombolas, mulheres, praticantes de religiões de matriz africanas passam a transportar-se para a esfera das funções sociais, como forma de perpetuação dos momentos da vivência histórica do homem.

Para respondermos a nossa segunda questão de pesquisa (A comunicação popular contribui para a autonomia dos sujeitos e para o desenvolvimento do território?), este estudo agrupou os dados obtidos a partir das entrevistas e observações nas seguintes categorias: (a) autonomia dos sujeitos; (b) Semiárido e imaginário popular; (c) agroecologia; (d) políticas públicas; (e) rodas de conversa.

Os resultados abordados nesta pesquisa permitem conceber que ocupar os espaços por entre as fissuras da Indústria Cultural ainda é uma tarefa árdua, mesmo nos governos progressistas, pois, ao mesmo tempo em que as políticas públicas de inclusão social e os arranjos institucionais territoriais cresceram, em termos de volume e de

recursos, e incentivaram o fortalecimento dos movimentos sociais e suas estratégias de comunicação, as políticas públicas de financiamento do agronegócio também cresceram e, ainda, superaram os valores investidos em outras políticas.

Por outro lado, este estudo demonstrou, a partir das categorias de análises que foram criadas (seção 7) que a comunicação popular, quando dotada de um sentido o qual busca a transformação social, a (des) construção de narrativas e a valorização da cultura, contribui de forma efetiva para a autonomia dos sujeitos. Tem potencial para ser ampliada, apesar de atualmente não contar com o apoio de recursos advindos de políticas públicas. O caminho que ela irá trilhar dependerá de seus sujeitos.

Sobre o terceiro quesito (Qual é o papel da comunicação nos contextos locais de agroecologia?), as mesmas categorias de análises foram consideradas e observou-se que o elemento comunicação popular é fortemente presente nos movimentos sociais, entre eles no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e naqueles relacionados à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Porém, o diálogo com a agroecologia de forma mais efetiva ainda é incipiente, se manifestando de uma forma mais efetiva no MPA.

Percebeu-se que ainda não existe uma visão mais aprofundada sobre a articulação Comunicação Popular e Agroecologia Política. Petersen (2013a) defende a necessidade do desenvolvimento do ramo disciplinar da Agroecologia Política, justamente para se colocar em debate a questão do paradigma da modernização, representado pelo agronegócio, e o paradigma em construção, representado pela agroecologia.

Nesse sentido, esta pesquisa mostra que essa relação entre a agroecologia e a comunicação popular aparece somente nos Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia, no qual, pela primeira vez, se observou essa relação de forma mais objetiva: “A agroecologia torna-se mais visível a partir da atuação conjunta de seus protagonistas, rompendo sistematicamente com o monopólio da comunicação imposto pelo binômio: agronegócio e grande mídia” (ANAIS III ENA, 2014, p. 29). No entanto, essa mesma relação ainda não ganhou espaço nos congressos de agroecologia nem nas falas de seus representantes. Ainda carece de estudos.

A fala de uma das entrevistadas neste trabalho contribuiu sobremaneira em nossas reflexões sobre essa questão. As práticas agroecológicas são antigas, pois seu povo acredita, após vivenciar experiências contrárias, que utilizá-las é fundamental para a convivência com o Semiárido, e, por isso mesmo, já vem sendo realizada há tempos por organizações da base da ASA. Porém nem sempre percebida como agroecológica, mas sim de convivência com o sertão.

Nessa direção, esta pesquisa mostrou que é a questão da convivência com o Semiárido que traz o debate da agroecologia. E também que os congressos de agroecologia e suas instâncias representativas, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) necessitam ampliar o debate sobre a comunicação agroecológica, incluindo elementos importantes, como a construção de novas narrativas e a desconstrução de paradigmas. A comunicação não informa apenas ou divulga experiências exitosas. Ela conta histórias de gente, promove o debate sobre direitos, ela é cordel, é música, é manifestação cultural. Porém, só é popular quando, a partir dessas iniciativas, se propõe a estimular os sujeitos a contribuir com as transformações sociais desejadas. Espera-se que esses resultados possam ser vistos como mais alguns passos em busca de uma nova dimensão para um desenvolvimento rural justo e digno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, Bruno. *Os colegiados territoriais do programa Territórios da Cidadania: da gestão social da política pública à governança territorial*. Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). Presidente Prudente (SP), outubro de 2015. p.1-12.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANAIS DO III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2014.
- ANGOLA, C. *Comunicação para o Desenvolvimento na ASA: análise das representações sociais sobre mulheres no Candeeiro*. 2008. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. *(Des) Caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural*. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, 2010. p. 1-21.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). *Comunicação popular no semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida*. Recife, 2018. Disponível em: <[https://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo\\_id=11006](https://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo_id=11006)>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E.M.B. *Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental e comunitária*. In: Anais do X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.
- BASTOS, M. D. *Colonização do inconsciente, colonização da natureza: elementos para uma crítica da articulação entre comunicação rural, revolução verde e indústria cultural*. In: Bastos, M. D.; Gonçalves, F. C. (Orgs.). *Comunicação e disputa da hegemonia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 85-104.
- BASTOS, M. D.; GONÇALVES, F. C. *O Comunicador como Produtor*. In: Bastos, M. D.; Gonçalves, F. C. (Orgs.). *Comunicação e disputa da hegemonia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 7-13.
- BASTOS, M. D.; STEDILE, M. H.; VILLAS BOAS, Rafael L. *Indústria Cultural, Hegemonia e Educação*. In: Bastos, M. D.; Gonçalves, F. C. (Orgs.). *Comunicação e disputa da hegemonia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 27-39.

BELTRÃO, S.L.L.; NOTAROBERTO, M.C.; ALEXANDRE, D.B. *et al.* *Ações de comunicação para a convivência com o semiárido brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2017.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *Além dos Meios e Mensagens – introdução à comunicação como processo, tecnologia e ciência*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

BOZIKI, D. M.; BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C. *A política de desenvolvimento territorial e os instrumentos de ação pública no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, UFRRJ, v. 27, p. 307-327, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos, PAA: resultados das ações da Conab em 2017. Compêndio de Estudos Conab, vol. 13, Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste de Alagoas, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Sergipano, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Documento Institucional 01 SDT/Condraf. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009. Presidência da República, Casa Civil. Dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar. 2009.

BRASIL. Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Presidência da República, Casa Civil. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012.

BRASIL. Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011. Presidência da República, Casa Civil. Institui o Plano Brasil Sem Miséria, 2011.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. *Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido: a experiência da ASA*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação (Facom), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CALLOU, A.B.; TAUKE SANTOS, M.S. *Extensão Rural – Extensão Pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento*. Recife: Fasa, 2014.

CAMPOS, S. M. *LA imagem como método de pesquisa antropológica: um ensaio de antropologia visual*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, n.6, p. 275-286, 1996.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA – IICA, 2004.

CARTA POLÍTICA DO IV ENA: *Agroecologia e democracia unindo campo e cidade*. Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2018.

CARTA SERGIPANA DO XI CBA: *Ecologia de Saberes: ciência, cultura e artes na democratização dos sistemas agroalimentares*. Aracaju: ABA: Associação Brasileira de Agroecologia, 2019. Disponível em: <[https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia\\_Carta-Sergipana.pdf](https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia_Carta-Sergipana.pdf)>.

CEPATEC. *Teatro e transformação social*, volume 1, São Paulo, 2006.

CHÃ, A.M.de Jesus. *Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo, 2016.

CONTI, I.L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: IABS, 2013.

CONTI, I.L. *Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar*. In: CONTI, I.L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: IABS, 2013, p. 117-126.

COSTA, A.B. *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo: Instituto Pólis. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins. *Agricultura camponesa*. In: *Dicionário da Educação do Campo*. CALDART *et al.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2006.

COSTA, W; LINS, J. *Banco e moedas locais ampliam crédito financeiro de pequenos comerciantes de Igaci*, AL. G1, 30 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/banco-e-moeda-locais-ampliam-credito-financeiro-de-pequenos-comerciantes-de-igaci-al.ghtml>>. Acesso em: 1º dez. 2018.

COSTABEBER, J.A.; CAPORAL, F.R.; WIZNIEWSKY J.G. *O conceito de transição agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis*. In: COSTA GOMES, J.C.; ASSIS, W.S. *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 145-180.

- COSTABEBER, J.A.; CAPORAL, F.R. *Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável*. In: VELA, H. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. UFSM: Santa Maria, 2003. p. 157-194.
- COX, Mônica. *Revolução verde*. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 685-689.
- DELGADO, G. *Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra*. Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária, Edição Especial, p. 61-68, julho de 2013.
- DELGADO, G.; LEITE, S.P. *Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos autores*. Revista Dados de Ciências Sociais, UERJ, vol. 54, n. 2, p. 43-473, 2011.
- DESGRANGES, Flávio. *A Pedagogia do espectador*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DUARTE, Jorge. *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-82.
- FALKEMBACH, E.M.F. *Sistematizando, juntando cacos, construindo vitrais*. In: *O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas*. São Paulo: CUT, 2000.
- FÁVERO, Osmar. *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FÁVERO, Osmar. Conferência: *Educação Popular: Histórico e Desafio*. Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2010. Disponível em >>[www.youtube.com/watch?v=5cK\\_0ZKO9Eg](http://www.youtube.com/watch?v=5cK_0ZKO9Eg)<<, acesso em 12 de março de 2020.
- FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, S. *Educar com a Mídia: novos diálogos sobre educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GERHARDT, Tatiana; TOFO, Silveira Denise. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. *Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil*.

Revista de Economia e Sociologia Rural, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), vol.52, supl.1, 2014.

GUZMÁN, E. S. *Uma Estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre. v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HOLLIDAY, O. Jara. *Para sistematizar experiências*. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO DE CIDADANIA, Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. São Paulo, 2006.

KÁPLUN, Mário. *Processos educativos e canais de comunicação*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Comunicação e Educação – Multimídia e Educação em um Mundo Globalizado, maio de 1998, São Paulo, Brasil.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1981.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. *Desafios da Integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, UFPR, vol. 24, n.57, p. 49-65, 2016.

MEDEIROS, Anny Karine de. *et al. Programa Cultura Viva como política pública: análise de políticas públicas pela perspectiva institucional das organizações*. Artigo apresentado no XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, novembro de 2013.

MELLO, Clayton. *Trabalho, tecnologia e solidariedade: agricultores familiares do Semiárido brasileiro que superam o modelo tradicional de negócio*. Florianópolis: Insular, 2018.

MORAES, Denis. *O papel e os desafios da comunicação contra-hegemônica em rede*. Blogdaboitempo. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/27/o-papel-e-os-desafios-da-comunicacao-contrahegemonica-em-rede/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MORAES, Denis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder – da concentração monopólica à democratização da informação*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

NOBRE, Paulo. *Mudanças climáticas e desertificação – os desafios para o Estado Brasileiro*. In: MARIN, A.M.P; LIMA, R.C.C; CAVALCANTI, A.M.B. (Orgs.).

*Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2011.

NOGUEIRA, M.C. *Geraes a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Moisés. *Os Kalankó: memória da seca e técnicas de convivência com o Semiárido no Alto Sertão Alagoano*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018a.

OLIVEIRA, Moisés. *A (Re) construção da autoimagem Kalankó*. Revista Mundaú, UFAL, n. 4, 2018b.

OLIVEIRA, T.C.; TAVARES, E.D.; CAPORAL, F.R.; CURADO, F.F.; COLLADO, A.C. *Diálogos entre educação, pesquisa e extensão: contraponto ao processo convencional de transferência de tecnologia no Território do Alto Sertão Sergipano*. Cadernos de Agroecologia, Anais do II SNEA, Vol.12, número 1, julho de 2017.

PACHECO, M.E. L. *Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres*. In: Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia, v.6, n.4, Rio de Janeiro: ASPTA, p. 4-7, 2009.

PERAFAN, Mireya; AVILA, M. *Repensar as estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil, um desafio conjunto para os governos, sociedade civil e universidades*. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade, UnB, vol. 3, n.1, p. 163-176, 2017.

PERUZZO, Cicília. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. Anais do Congresso, p. 46-61.

PERUZZO, Cicília. *As ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação Popular e Comunitária*. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2017.

PERUZZO, Cicília. *Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB–Brasil)*. Revista Ciência e Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 2, p. 183-208, 2015.

PERUZZO, Cicília. *Observação participante e pesquisa-ação*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 125-144.

PERUZZO, Cícilia. *Rádio comunitária, Educomunicação e desenvolvimento*. In: Paiva, Raquel (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do Social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 69-94.

PETERSEN, P. e ALMEIDA, S.G. de. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA*. ASPTA, Rio de Janeiro: Mimeo, 2006.

PETERSEN, Paulo *et al.* *Sementes ou grãos? Lutas para a desconstrução de uma falsa dicotomia*. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 36-45, 2013b.

PETERSEN, Paulo. *Agroecologia e a superação do paradigma da modernização*. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Orgs). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013a, p. 69-103.

PORTAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). Carta sergipana, XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), 2019. Disponível em <<https://aba-agroecologia.org.br/carta-sergipana-xi-cba-agroecologia/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PORTAL ASA. *Ações do Programa Um Milhão de Cisternas*. AÇÕES P1MC, 2019. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

PORTAL ISA. *O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas de conservação?* 2016. Disponível em: <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PORTAL FUNAI. *TI Xukuru-Kariri é declarada de posse permanente dos índios*, 2010. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2236-ti-xukuru-kariri-e-declarada-de-posse-permanente-dos-indios>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PORTAL SEMEAR INTERNACIONAL, 2019. *Boas práticas na convivência com o Semiárido*. Disponível em: <<http://portalsemear.org.br/boaspraticas/arte-popular-engajada>>. Acesso em: 1º set. 2019.

PORTAL MPA. *Raízes nordestinas apresenta o segredo do poço redondo*, 2016. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/noticias/raizes-nordestinas-apresenta-o-segredo-do-poco-redondo>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PORTO, José Renato Santana. *Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil*. Novos Cadernos NAEA, UFPA, vol.18, n.1, 2015, p. 145-168.

PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.

ROCHA, J.C. *Soberania e Segurança Alimentar no Semiárido*. In: CONTI, I.L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: IABS, 2013, p. 107-116.

SANTOS, Fabíola Moura Reis. *O Sertão que a TV não Vê: o jornalismo contextualizado com o Semiárido Brasileiro*. Teresina: Edupi, 2018.

SANTOS, L.F.P. *Comunicação popular e convivência com o Semiárido: o caso das comunicadoras e dos comunicadores populares da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA*. Dissertação (Mestrado). Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres na agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento sustentável (CDS), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Marilza Pereira; ROCHA, Ana Karine L. Torres. *Sementes crioulas e educação popular: significados para a construção de uma cultura de sustentabilidade entre ser humano e natureza*, Anais do XVIII Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Fortaleza, 2014, EdUECE, Livro 3, p.381-384.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, CDS, Brasília, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semiárido*. Revista Sociedade e Estado, UnB, vol.18, n.1-2, p.361-385, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. *A Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção*. In: APARICI, Roberto (Org.). *Educomunicação para além do 2.0*. 1ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2014, v. 1, p. 7-27.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*, Porto Alegre: Artmed, 2008.

VALÊNCIA, M.; SABOURIN E.; SAYAGO, D.; BALESTRO, M. *Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*. In: GRISA, Cátia; SABOURIN, Éric (Orgs.). *A difusão das políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. Porto Alegre: Escritos, 2018, p. 89-114.

VILLAS BÔAS, R. *O novo ciclo de modernização conservadora e a centralidade da Indústria Cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia*. In: BASTOS, M. D; GONÇALVES, F. G. (Orgs.). *Comunicação e disputa da hegemonia*. Caderno 3. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 41-84.

VARGAS, M.A. M. *Territórios de Identidades nos territórios de planejamento*. Revista da ANPEGE, vol.7, n.1, p. 99-109, 2011.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. *A natureza da comunicação popular e comunitária*. In: FUSER, Bruno; *Comunicação para a Cidadania: caminhos e impasses*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Público: comunicadores e educadores populares dos movimentos sociais, ONGs e associações/cooperativas locais

Objetivos a serem alcançados: 1 e 2

#### **I – Dados da entrevista**

1.1 – Data:

1.2 – Local:

1.3 – Forma de entrevista: ( ) Presencial ( ) telefone

#### **II – Dados de identificação do entrevistado**

2.1 – Nome:

2.2 – Idade:

2.3 – Sexo:

2.4 – Instituição:

2.5 – Formação:

2.6 – Tempo de vínculo:

2.7 – Cidade:

#### **III – A Comunicação popular no território**

3.1 – Quais são as ações de comunicação presentes na sua instituição/espços de atuação? E como elas acontecem?

3.2 – Como você caracteriza essas ações: comunitária/popular ( ) tradicional ( )

3.3 – Quais são as mensagens que vocês querem passar para a comunidade com o uso desse canal de comunicação/expressão comunicacional?

3.4 – Quem participa do processo de elaboração das mensagens e como são elaboradas?

3.5 – Por que você acha que este canal/expressão de comunicação é popular?

3.6 – Qual a relação entre esta ação de comunicação e a agroecologia?

3.7 – Como comunicador/educador popular, você acredita que pode contribuir para o desenvolvimento rural do seu município? Por quê?

3.8 – Na sua opinião, qual a relação entre comunicação popular e desenvolvimento rural?

3.9 – Por meio da comunicação popular é possível estimular a comunidade a refletir sobre seus direitos? Exemplifique.

## APÊNDICE B –ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Público: agricultores agroecológicos, técnicos de extensão rural

Objetivos a serem alcançados: 1 e 2

### **I – Dados da entrevista**

1.1 – Data:

1.2 –Local:

1.3–Forma de entrevista: ( ) presencial ( ) telefone

### **II – Dados de identificação do entrevistado**

2.1 –Nome:

2.2 –Idade:

2.3 – Sexo:

2.4 – Instituição:

2.5 – Formação:

2.6 – Tempo de vínculo:

2.7 – Cidade:

### **III – A Comunicação popular no território**

3.1 – Você participa de algum tipo de produção comunitária local? Qual?

3.2 – Como a comunicação popular pode contribuir para o seu dia a dia, para a sua vida?

3.3 – E para a vida de outros agricultores como você?

3.4 – Quais as informações você gostaria de obter com a comunicação popular?

3.5 – Você percebe a diferença entre a comunicação popular e a comunicação tradicional?

3.6 – Como a mídia tradicional e como a comunicação comunitária retratam o lugar onde você vive? É diferente?

3.7 – Conte uma experiência sua com a comunicação popular

3.8 – Você consegue perceber a relação entre a comunicação popular e a agroecologia?

Explique como.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) entrevistado (a):

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa sobre comunicação popular, agroecologia e políticas públicas nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano, realizada por MARIA CLARA GUARALDO NOTAROBBERO, estudante de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, Campus Planaltina (MADER/FUP/UnB).

1 – Descrição da pesquisa

A sua participação nesta pesquisa consistirá em permitir a observação de atividades da sua instituição ou propriedade rural e participar respondendo à entrevista semiestruturada, que será gravada. Os dados servirão para posterior análise e interpretação. Esta pesquisa não lhe acarretará nenhum custo, como também nenhum dano moral ou físico. Os participantes da pesquisa não serão identificados, em nenhum momento, sem autorização prévia, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados.

2 – Consentimento da participação da pessoa como participante da pesquisa:

Eu \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa “A comunicação agroecológica nos territórios do Semiárido: o papel dos atores sociais e das políticas públicas”, respondendo a questionários, permitindo a observação e respondendo à entrevista semiestruturada. Autorizo que o material e as informações obtidas sejam publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos, sem que sejam identificados por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

## ANEXOS

### **Anexo a– Carta de Princípios da ASA**

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios:

1. A Articulação Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada.
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção – de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido.
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o Semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido.
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido.
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas.
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs – Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas –, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassu (PE), 15 de fevereiro de 2000.